

# BrasilInteligente

ISSN 2 238-6017

Publicação da CNTU - 2014 - Nº 3

[www.cntu.org.br](http://www.cntu.org.br)



## A CNTU e as eleições

50 propostas para avançar no nosso desenvolvimento

  
**CNTU**  
CONFEDERAÇÃO  
NACIONAL DOS  
TRABALHADORES  
LIBERAIS  
UNIVERSITÁRIOS  
REGULAMENTADOS

  
**BrasilInteligente**

Campanha

# Brasil Inteligente para unir e fazer a diferença



Campanhas são instrumentos de conscientização e mobilização decisivos para mudar um país. Com “O petróleo é nosso”, viabilizamos uma nação industrializada; nas “Diretas já”, reconquistamos a democracia; a partir da “Ação da cidadania, contra a fome e a miséria e pela vida”, começamos a fazer justiça social.

A campanha Brasil Inteligente, alicerçada nestes oito temas estratégicos da CNTU, das federações, dos seus sindicatos e parceiros, continua a luta rumo a uma nação mais próspera, democrática e avançada tecnológica e culturalmente.

São conquistas que os 12 milhões de profissionais de nível universitário e o conjunto da sociedade brasileira precisam alcançar para acelerar e dar um salto rumo ao nosso desenvolvimento pleno.

Você é parte imprescindível dessa construção.



Instituir um sistema nacional de educação continuada dos profissionais universitários



Implantação da Internet pública



Reabilitação bucal para inclusão social



Por uma alimentação saudável e contra o uso abusivo de agrotóxico



Uso racional de medicamentos



Com mobilidade urbana todos ganham



Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia



Qualidade na saúde pública

[www.cntu.org.br](http://www.cntu.org.br)

 **CNTU.ProfissionaisLiberais**

 **cntu\_sindical**

 **CNTUSindical**

  
**CNTU**  
CONFEDERAÇÃO  
NACIONAL DOS  
TRABALHADORES  
LIBERAIS  
UNIVERSITÁRIOS  
REGULAMENTADOS

# Desafios do sindicalismo e propostas para o Brasil

É com imensa satisfação que a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) lança a terceira edição da revista *Brasil Inteligente*. A publicação, que já se tornou referência para nossas lideranças e bases, traz em 2014 uma pauta dupla fundamental

A primeira delas trata dos desafios do sindicalismo de profissionais universitários no Brasil. O tema, que foi objeto de debate no nosso 2º Encontro Nacional, realizado em dezembro de 2013, continua na nossa pauta, tendo em vista a busca constante pelo aprimoramento na nossa atuação em defesa das categorias representadas pela CNTU e também de nossa inserção qualificada como organização da sociedade civil. Esse esforço é abordado em uma série de matérias, que tratam da preocupação com a centralidade do trabalho, da organização das entidades, da formação dos nossos dirigentes.

*Trazemos 50 propostas em direção ao bem-estar da população, ao fortalecimento da nossa democracia e a iniciativas que garantam desenvolvimento econômico*

O segundo ponto fundamental que integra esta *Brasil Inteligente* está no caderno especial, visando às eleições de 2014. São 50 pontos que trazem indicações de rumos a seguir, divididos em diretrizes cruciais: Estado, democracia e participação social; Universalização dos serviços públicos; Defesa do trabalho e dos trabalhadores; Infraestrutura econômica, social e urbana; Desenvolvimento, mercado interno, reindustrialização e sustentabilidade; e Bem-estar social, qualidade de vida e ética. Elaboradas com amplo debate e construídas de forma coletiva, essas propostas são a contribuição dos

profissionais de formação universitária ao bem-estar da nossa população, ao fortalecimento da nossa democracia e a iniciativas que garantam desenvolvimento econômico.

A revista traz ainda, a importante, participação dos membros do nosso Conselho Consultivo, assim como das federações filiadas, por meio de artigos dos seus presidentes. Também nesta edição, apresentamos iniciativas fundamentais como o 1º Encontro da Profissional Universitária e a criação do Coletivo do Jovem Profissional.

Mais que uma proposta editorial, este conjunto de conteúdos reúne preocupações centrais para a nossa confederação e delineia um leque de preocupações voltados à construção de uma sociedade justa e avançada. Esta nova edição de *Brasil Inteligente* é, portanto, um convite à leitura e à reflexão, mas também à união de forças e à participação.

**Murilo Celso de Campos Pinheiro**  
Presidente





## Diretoria CNTU

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Gilda Almeida de Souza

Diretor Administrativo

José Erivalder Guimarães de Oliveira

Diretor de Finanças

Wellington Moreira Mello

Diretora de Finanças adjunta

Maria Maruza Carlesso

Diretor de Relações Sindicais

Cláudio da Costa Manso

Diretor de Articulação Nacional

Allen Habert

Suplentes

Marcos Cintra, José Carrijo Brom,

Clóvis Abraham Cavalcanti, Fernando

Palmezan Neto, Waltoviano Cordeiro

de Vasconcelos, Cláudia Beatriz Câmara

de Andrade, José Carlos Ferreira Rauen

Conselho Fiscal

Titulares

Wilson Roberto Villas Boas Antunes

"Betinho", Carlos Alberto Grandini Izzo,

José Ailton Ferreira Pacheco

Suplentes

José Campos Sobrinho, Maria Rita de Assis

Brasil, Edson Kiyoshi Shimabukuro



## Expediente

Diretor responsável  
Allen Habert

Projeto e pesquisa  
Marta Rezende

Assessoria de Comunicação  
Rita Casaro

Produção Editorial  
Publisher Brasil

Edição  
Adriana Delorenzo

Redação  
Anna Beatriz Anjos, Gabriela Pessoa, Guilherme Franco, Marcelo Hailer e Vinicius Gomes

Diagramação  
Caroline Michelon e Daniel Bryan

Colaboradores  
Karina Colaço e Felipe Tonieri

Ilustrações  
Vitor Teixeira

Revisão  
Denise Gomide

Fotos  
Beatriz Arruda

### Coordenação gráfica

Antonio Hernandez  
Impressão  
Formacerta Soluções Gráficas

Tiragem  
2.000 exemplares

Agosto/2014

SDS Edifício Eldorado, sala 108

CEP: 70392-901 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3225-2288

cntu@cntu.org.br – www.cntu.org.br

facebook.com/CNTU.ProfissionaisLiberais

twitter.com/cntu\_sindical

youtube.com/CNTUSindical



2º Encontro Nacional da CNTU em dezembro de 2013



Acesse versão eletrônica em  
<http://www.cntu.org.br/cntu/publicacoes>





|                                                                                        |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Editorial.....</b>                                                                  | <b>3</b>  |
| <b>Fortalecer o sindicalismo dos profissionais universitários.....</b>                 | <b>6</b>  |
| <b>Brasil 2022: Um novo grito de soberania e desenvolvimento.....</b>                  | <b>12</b> |
| <b>Movimento sindical debate fortalecimento do MTE.....</b>                            | <b>16</b> |
| <b>Protagonismo feminino em pauta.....</b>                                             | <b>20</b> |
| <b>Unidade na América Latina: os desafios dos trabalhadores universitários.....</b>    | <b>24</b> |
| <b>Especial: A CNTU e as Eleições 2014.....</b>                                        | <b>29</b> |
| <b>Os jovens e o movimento sindical.....</b>                                           | <b>55</b> |
| <b>Campanha Brasil Inteligente</b>                                                     |           |
| Por um país justo e saudável .....                                                     | 58        |
| Farmácias terão status de posto de saúde.....                                          | 59        |
| São Paulo pode ser exemplo de alimentação saudável na merenda escolar.....             | 59        |
| Alimentação escolar: oportunidade para impulsionar padrões agrícolas sustentáveis..... | 61        |
| <b>Formação para a luta sindical.....</b>                                              | <b>63</b> |
| <b>Palavra das entidades</b>                                                           |           |
| Segue a luta dos engenheiros pelo desenvolvimento.....                                 | 67        |
| Romper com o tripé econômico que amarra os investimentos sociais.....                  | 68        |
| Educação continuada e o desenvolvimento social e econômico do Brasil.....              | 69        |
| Brasil Sorridente: uma década de história.....                                         | 70        |
| O Brasil que os brasileiros desconhecem.....                                           | 71        |
| Uma vela na escuridão.....                                                             | 72        |
| <b>Conselho Consultivo da CNTU é o maior do Brasil.....</b>                            | <b>73</b> |
| <b>Prêmio Personalidade Profissional.....</b>                                          | <b>79</b> |



# Fortalecer o sindicalismo dos profissionais universitários

*Valorizar as entidades é a chave para construção de uma sociedade justa e democrática. O Brasil tem condições favoráveis para isso*

RENOVAR as entidades sindicais para que atuem em defesa de uma sociedade justa e igualitária é um dos temas que a CNTU tem debatido em suas atividades. Entre os desafios para avançar nessa direção está a construção da unidade da classe trabalhadora. Soma-se a isso o cenário que o movimento sindical brasileiro enfrenta atualmente, com baixo índice de desemprego e valorização do salário mínimo. Ao mesmo tempo, internacionalmente, vive-se uma das piores crises do capitalismo, que teve início em 2008. Outra questão é como lidar com as novas formas de mobilização, que se articulam em rede e defendem a horizontalidade. Como exemplo, basta lembrar junho de 2013, quando milhares de jovens foram às ruas de diversas cidades brasileiras, sem vínculo com movimentos sociais tradicionais, como o sindical.





Cláudio Manso, Darlene Ramos, José Carrijo Brom, Gilda Almeida, Jacó Lampert e Allen Habert encerram 2º Encontro Nacional da CNTU, em dezembro de 2013

O tema foi objeto de debate durante o 2º Encontro Nacional da CNTU, realizado em São Paulo nos dias 5 e 6 de dezembro de 2013, que colocou em pauta os desafios do sindicalismo de profissionais universitários.

“É preciso vencer o desafio da construção de uma sociedade do conhecimento através de formas avançadas de democracia representativa e direta”, diz o documento básico, elaborado pela CNTU, “Desafios do sindicalismo dos profissionais universitários no Brasil”, que traz o tripé que norteia as ações da entidade: “a luta pelo desenvolvimento sustentável, inclusivo do ponto de vista social e que respeite a dinâmica dos processos naturais, a melhoria da qualidade de vida da população e a defesa dos direitos humanos”. Para a CNTU, o sindicato deve ir além das lutas específicas e das ações de campanha salarial e negociações coletivas. É preciso exigir transformações mais robustas no País, como a qualidade do emprego e a promoção da igualdade.

Segundo Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da Confederação, o sindicalismo entre os profissionais universitários beneficia-se de um momento favorável das organizações trabalhistas brasileiras. “O movimento sindical como um todo vive um momento positivo, pois desde a Conclat [Conferência

Nacional da Classe Trabalhadora], em 2010, quando se fechou uma pauta unitária de luta, as diversas entidades têm conseguido atuar de forma coesa e ter papel relevante no País”, afirma. “A nossa aliança com o conjunto do movimento sindical e as lutas comuns dos trabalhadores é uma diretriz essencial de ação.” A unidade entre as centrais sindicais tem permitido ao movimento não só defender bandeiras comuns, mas também realizar ações conjuntas. “É preciso aliar nossa luta sindical, por salários, condições de trabalho etc., que tem que ser fortalecida cada vez mais, às lutas por um País melhor”, destaca Pinheiro. “A CNTU atua, por exemplo, promovendo os debates que as nossas entidades filiadas e seus dirigentes consideram importantes. Aqui, os temas incluem a luta pela igualdade de gênero, a integração latino-americana, a valorização do trabalho. Outra vertente é o apoio às ações sindicais. Um esforço são os cursos de formação, que vêm sendo realizados e têm tido ótimo resultado. Além disso, a CNTU atua em parceria com suas entidades filiadas, apoiando-as nas pautas específicas.”

Allen Habert, diretor de articulação nacional da CNTU, destaca que a realização do 2º Encontro Nacional da CNTU, sobre o sindicalismo dos profissionais universi-

tários, com o apoio de mais de cem entidades sindicais, foi um momento importante de reflexão e novas perspectivas para a ação. “Lembro que a CNTU tem o papel de contribuir com a orientação unitária do nosso movimento. Com esse evento, fechamos o ciclo dos últimos cinco anos de debates das grandes questões nacionais, construindo de modo inovador algo inédito na história do país: dar voz e vez às categorias universitárias no sentido de um protagonismo progressista”, assinala Habert, que foi coordenador do encontro.

Segundo Ronald Ferreira dos Santos, presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), “o movimento sindical tem o desafio de se articular em torno de pautas unitárias, como as que foram aprovadas na Conclat, em 2010, e que têm o objetivo de fazer avançar no direito dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil”. Mas ele destaca que é fundamental enfrentar iniciativas que tentam retirar direitos e que ainda persistem no Congresso Nacional. A luta contra o Projeto de Lei 4.330/04, que estende a terceirização a atividades-fim e representa retirada de direitos, por exemplo, uniu entidades sindicais. Na opinião de João Guilherme Vargas Netto, consultor da CNTU, graças à mobilização e unidade, a proposta não passou pela Câmara dos Deputados. “A maior vitória foi impedir que se votasse a lei da terceirização. Se aprovado, o projeto teria desorganizado o movimento”, comentou.





Com auditório repleto em São Paulo, CNTU discute organização sindical das camadas médias

## Cenário favorável às condições de luta

Apesar de ataques como o projeto sobre a terceirização, o professor de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Armando Boito Jr. considera que as condições de luta do sindicalismo melhoraram muito nos últimos anos: “Saímos de uma condição de desemprego, em 2002, em torno de 13%, para 5%, em 2013. Ou seja, caiu para menos da metade. E aquilo que mais atemoriza o trabalhador para se organizar e lutar sindicalmente é o desemprego”.

Ainda segundo o professor, essa queda no desemprego deu mais coragem para os trabalhadores fazerem a luta sindical. “O resultado disso é que saímos de uma média de 300 greves por ano, em 2003, para 800 greves em 2012, um aumento de quase três vezes”, comemora. Outro fato que confirma a melhoria nas condições de luta é quando comparar as reivindicações dos movimentos. “Levantamentos do Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos] mostram que as reivindicações na década de 1990 eram, principalmente, defensivas, como protestos por salários atrasados, contra ameaça de demissão, direitos ou cláusulas de convenção não cumpridas. Na década de 2000, eram ofensivas por aumento real dos salários. E têm sido muito bem-sucedidas.”

Dados do Departamento Intersindical de

Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) revelam que, em 2013, 95% das unidades de negociação pesquisadas conquistaram reajustes acima da inflação para os pisos salariais, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). “A correlação positiva entre a política de valorização do salário mínimo e a valorização dos pisos salariais, assim como a dos demais salários, é um dado importante para o debate sobre a continuidade da referida política, a partir de 2016”, afirma o órgão.

Para Boito, isso mostra que a massa salarial cresceu e puxa o crescimento baseado no consumo. “Em 2003, apenas 18% das convenções e acordos coletivos de trabalho tiveram reajuste superior à inflação; 82% eram igual ou inferior, ou seja, perdendo poder de compra. Mas o número de reajustes superiores à inflação vem crescendo linearmente até 2012, quando 96% dos acordos ou convenções obtiveram reajuste acima da inflação”, compara.

Apesar do cenário favorável às negociações, o professor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Cesit/Unicamp) Waldir Quadros alerta que o grande desafio do Brasil, desde a década de 1980,

continua sendo a industrialização. “O consumo no Brasil vai bem, mas é um consumo que em grande medida é atendido por importações. Reduzimos desemprego, reduzimos miséria e grande parcela dos pobres sobe para a chamada baixa classe média, há mobilidade social das camadas populares. Porém, as classes médias não tiveram o mesmo crescimento.”

Quadros destaca que, com a tecnologia, robótica e inteligência artificial, os empregos vão desaparecendo, o que representa, um desafio para o movimento sindical. Mas, segundo o professor, o Brasil tem a oportunidade de crescer, com a industrialização e ampliação de serviços sociais principalmente, saúde, educação e segurança, diz ele, que são os que mais empregam. Portanto, o perfil do emprego deve mudar nos próximos anos.

Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, também acredita que o desenvolvimento industrial é uma questão central para o Brasil, mas o “grande desafio, como agenda macrosindical, é enfrentar a desigualdade”. “Temos que constituir unidade política para uma intervenção de classe para escolhas estratégicas. Como classe trabalhadora temos que fazer a disputa nesse sentido geral do desenvolvimento, o que significa estruturarmos o nosso desenvolvimento para sermos uma sociedade que tem capacidade de agregar valor considerando o tamanho do nosso território e a riqueza, o tamanho da população, dinâmica econômica”, comentou.

Para Ganz Lúcio, o Brasil passa por um momento em que tem condições de promover um salto nesse sentido, já que, diferente de outros países centrais, conseguiu não recuar diante da crise internacional. “O mundo se encontra em grave crise, e nós estamos em pé. Por um lado, porque aproveitamos bem a onda internacional da última década e desenvolvemos uma série de políticas voltadas à distribuição de renda importantes. No passado a agenda era o que fazer com os milhares de



*Vargas Netto: a unidade é crucial ao fortalecimento dos profissionais universitários*



*Dirigentes de todo o Brasil, das seis categorias ligadas à CNTU, participaram dos debates sobre os desafios do sindicalismo*

trabalhadores desempregados, tudo levaria a estarmos reunidos numa crise internacional discutindo isso. O fato de estarmos em pé deveria ser considerado por nós como um grande ativo”, argumenta. E, para ele, o fato de “estarmos em pé” é uma chance de colocar em curso uma nova estratégia de desenvolvimento que garanta a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos brasileiros.

## Profissionais universitários

Representando um universo de 12 milhões de trabalhadores e cerca de 10% da mão de obra assalariada brasileira, os universitários têm uma função estratégica para o futuro do Brasil. “Os profissionais universitários, e o que chamamos de camadas médias, têm muito a contribuir com a luta por desenvolvimento, justiça social e bem-estar para a população. Para tanto, é preciso que tenham a oportunidade de participar dos rumos do País, sempre, em aliança com o conjunto dos trabalhadores”, argumenta Pinheiro. Em sua avaliação, essas categorias profissionais podem não só oferecer o conhecimento que detêm de suas respectivas áreas, mas também fazê-lo de forma militante. E é incentivando o engajamento, diz, que a CNTU deve atuar: “O papel da CNTU é justamente catalisar essa energia e servir de canal para a ação desses quadros técnicos que ela representa”.

De acordo com Pinheiro, os profissionais universitários representados pela CNTU alinham-se a uma proposta de atuação com

pautas comuns com outras categorias. “Lutamos pela redução da jornada de trabalho, valorização das aposentadorias, contra a precarização etc, mas também por questões como jornada e piso das nossas categorias, acesso à educação continuada, condições de trabalho adequadas. Além disso, é parte importante da nossa militância os temas que dizem respeito às nossas profissões. A CNTU traduziu essas preocupações na Campanha Brasil Inteligente, que trata de: qualidade na saúde, saúde bucal, mobilidade, internet pública, uso racional de medicamentos, contra o uso abusivo de agrotóxicos, ciência e tecnologia na Amazônia e educação continuada.”

Para Ronald dos Santos, presidente da Fenafar, “enfrentar esses desafios passa, sem dúvida, pela luta para que o País consolide um projeto nacional de desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho”. “Temos que unificar a luta geral e nas lutas particulares de cada categoria procurarmos sempre fazer um movimento sindical que contribua para elevar a consciência de classe. Neste sentido, as entidades sindicais precisam aprofundar, cada vez mais, suas instâncias democráticas, para garantir a pluralidade e, também, ampliar o diálogo com suas bases. É fundamental, também, incorporar na ação sindical pautas políticas do movimento popular.”

Em relação aos farmacêuticos, por exemplo, Santos relata que a Fenafar tem procurado relacionar essas agendas. Ao mesmo tempo em que luta pela valorização da categoria,

defendendo salários compatíveis com as responsabilidades, a redução da jornada de trabalho e ambiente de trabalho adequado, também defende o Sistema Único de Saúde (SUS), uma das maiores demandas do povo brasileiro, e está à frente da luta por mais recursos para o setor. “Para isso, temos que fortalecer os sindicatos, com uma intensiva política de formação para capacitar os dirigentes e assessores sindicais, promover uma política de apoio para a realização das negociações coletivas, ampliar as lutas locais de maneira a trazer cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras para a atuação sindical. Esses percebem a relevância do sindicato quanto maior for sua atuação e seu protagonismo.”

Na opinião de Ernane Silveira Rosas, presidente da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran), o principal desafio para os trabalhadores universitários, em especial os da categoria, é aumentar a união em torno da entidade sindical, gerando com isso uma maior procura de apoio e também de ajuda na solução dos problemas cotidianos. “A grande maioria dos sindicatos de profissionais liberais não sabe como pensam os seus representados e causa uma grande dificuldade para trazê-los para dentro das entidades. Precisamos aprender a nos comunicarmos melhor entre nós e com as outras categorias de trabalhadores”, acredita.

Organizando debates e diálogos, como os encontros nacionais realizados em 2011 e 2013 e as várias jornadas Brasil Inteligente, a CNTU espera fortalecer e renovar o sin-



dicalismo dos trabalhadores filiados a ela. Trata-se de um processo fundamental ao fortalecimento das classes médias, a fim de se construir durante os próximos anos um País mais justo, educado e empreendedor.

## Importância das entidades sindicais

Na opinião do consultor sindical Vargas Netto, a unidade é crucial ao fortalecimento dos profissionais universitários, mas a categoria não deve se manter isolada. Pelo contrário, para ele, é fundamental o diálogo com o movimento sindical como um todo. “O movimento dos profissionais universitários merece uma representação visível e atuante, como tem procurado fazer a CNTU. Essa representação precisa trabalhar com a ideia de reforço e unificação das federações e dos sindicatos, além da aproximação com todo o movimento sindical”, pontua.

Ele argumenta que embora o sindicalismo entre os profissionais universitários tenha ganhado importância e caminhado no sentido da integração, com o surgimento da CNTU, em 2006, a categoria ainda é caracterizada pela dispersão. “No caso do profissional universitário, o sindicato coexiste com outras entidades, conselhos, associações profissionais e acadêmicas. Isso reforça a necessidade de mostrar a entidade sindical, para ela ser visível, aparente, e é a partir daí que qualquer política sindical de representação pode ser exercida”, afirma o consultor.

É necessário, contudo, diferenciar a atuação que caracteriza o sindicato entre outras associações profissionais. “O sindicato discute salário e condições de trabalho. Óbvio que agrupa outros interesses mais amplos, como interesses culturais etc. No entanto, a função essencial é representar o trabalhador em termos de condição de trabalho. Já a associação profissional tem como objetivo a melhoria de condições culturais da profissão.

Outras têm o controle e a fiscalização do exercício da profissão”, explica Vargas Netto.

Pedro Afonso Gomes, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo (SindeconSP), acredita que a principal função da entidade – seja em um contexto mais amplo ou no dos profissionais liberais – é ser um organismo que pensa a profissão e dá suporte a sua categoria, funcionando como uma boa fonte de informações. “Se ele pensa a profissão, deve estar sempre atualizado e oferecer o que é necessário ao progresso profissional dos sindicalizados, seja autônomo ou empregado em carteira. É mais um pensar do que dar informação somente. O sindicato é catalisador desse processo e favorece os trabalhadores com uma nova visão, mais atualizada, a pensar o futuro”, diz.

Murilo Pinheiro também defende a importância do sindicato, para autônomos e funcionários registrados em carteira. “Os profissionais de formação universitária, mesmo os que não são empregados e, portanto, não estão incluídos numa campanha salarial, por exemplo, têm no seu sindicato um importante anteparo em defesa da sua categoria e de luta por valorização.

O sindicato também é o canal adequado

## *O sindicalismo precisa usar a força de sua mobilização para pensar um novo projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil*

para que o profissional se insira no debate social, político e cultural do País, tendo em vista a múltipla atuação das entidades que representam essas categorias”, argumenta. É o que também defende Armando Boito, professor do departamento de Ciência

Política da Universidade Estadual de Campinas: a classe média pratica e organiza a luta sindical, isso contribui para a melhor distribuição de renda e a aproxima do movimento operário.

A partir de perspectiva semelhante à de Boito, Pedro Afonso Gomes acredita que só a organização da classe média pode reverter a degradação das condições de trabalho e de vida como o um todo. Tudo isso a fim de garantir novos direitos sociais e trabalhistas em uma economia capitalista que, se de um lado aposta na aceleração da produtividade, do outro empobrece, “desemprega e confisca direitos dos trabalhadores”.

“A participação nas lutas trabalhistas e sindicais, aliada à inserção política democrática, pode gerar condições e conquistas para uma maior valorização profissional, melhor produção e distribuição dos frutos do trabalho. Eventuais diferenças de interesses e contradições entre os diversos segmentos dos trabalhadores, que de fato existem, devem se manifestar e ser tratadas com métodos democráticos”, diz o presidente do SindeconSP.

Geraldo Ferreira Filho, presidente da Federação dos Médicos (Fenam), concorda e defende a importância do sindicalismo entre a classe média, tendo em vista o momento que o Brasil vive. “Médicos, engenheiros e economistas, por exemplo, são profissionais que estão profundamente envolvidos com a realização de políticas públicas em questões cruciais. Não há dúvida de que todos os sindicatos devem auxiliar o poder público a formular projetos. Estamos muito mais do que envolvidos na questão das políticas públicas em áreas a sociedade está extremamente carente”, acredita.

O desafio que se apresenta ao sindicalismo dos profissionais universitários é o de usar a força de sua mobilização para pensar um novo projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil. Para tanto, é necessário fortalecer e ampliar as entidades representativas da categoria. A tarefa não é fácil. Mas o cenário econômico e a articulação entre os trabalhadores com formação universitária são mais do que favoráveis para levar o debate adiante.



# Dez recomendações para o sindicalismo

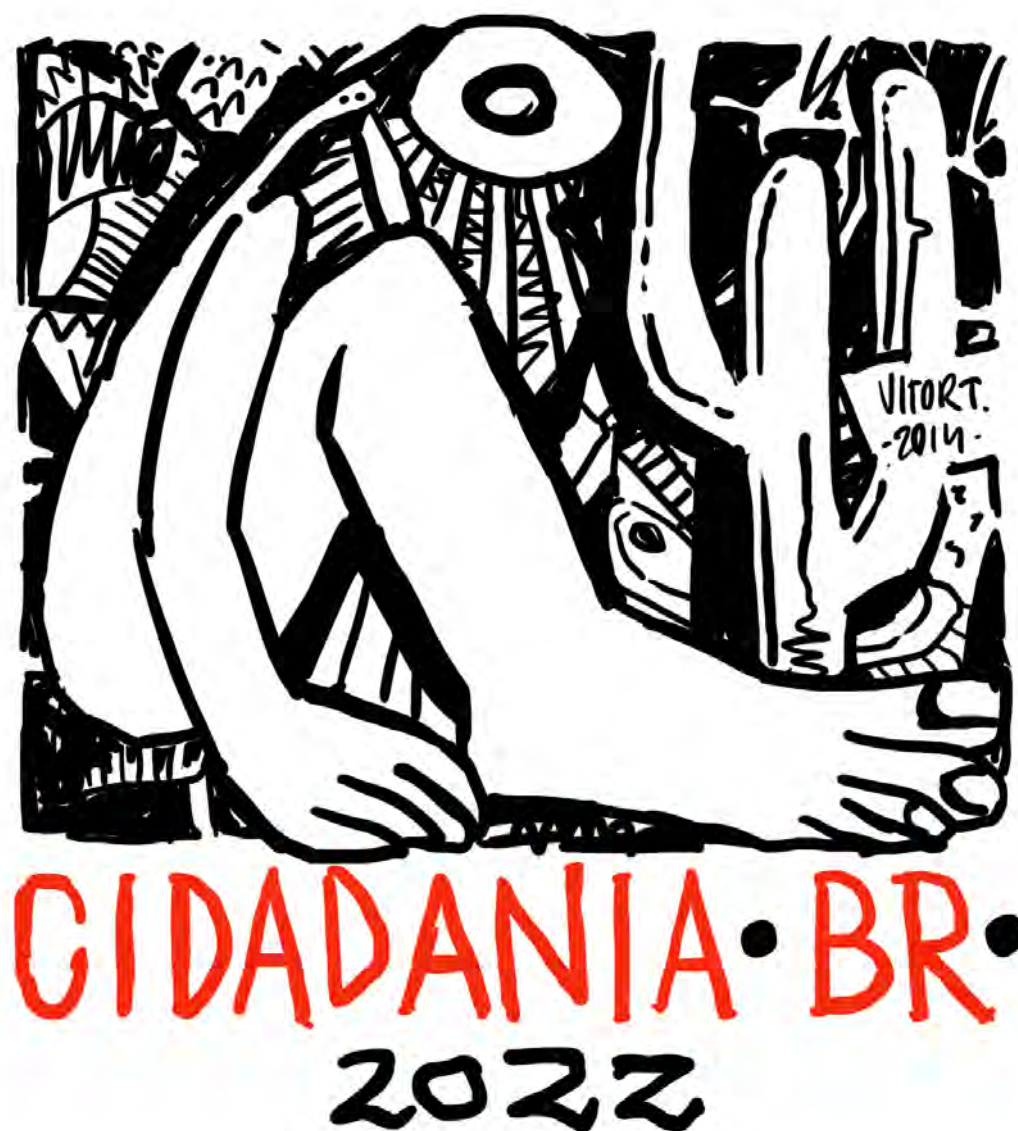
*Fortalecer o sindicalismo das camadas médias é uma forma de promover a melhora na qualidade de vida e valorização profissional dos trabalhadores universitários. No 2º Encontro Nacional da CNTU, realizado em São Paulo nos dias 5 e 6 de dezembro de 2013, esse objetivo foi reforçado, com a elaboração de dez recomendações aos profissionais e às entidades sindicais que os representam. Confira a seguir*

- 1.** Participação nas lutas unificadas dos trabalhadores e nas lutas da sociedade pelo desenvolvimento sustentável com valorização do trabalho, distribuição justa dos frutos do trabalho e pela agregação de mais valor e conhecimento a produtos e serviços.
- 2.** Participação nas lutas pela reindustrialização, desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, contra a financeirização e desnacionalização da economia.
- 3.** Promover os sindicatos nas bases, sendo fundamentais as práticas democráticas, o atendimento eficiente, as portas abertas, a transparência e os canais e instrumentos para convivência, participação e colaboração permanentes e contínuas.
- 4.** Ter conhecimento dos instrumentos sindicais e desenvolver a formação sindical permanente de todos os dirigentes.
- 5.** Ampliar e facilitar a sindicalização dos profissionais, tendo como meta dobrar o número de sindicalizados ativos.
- 6.** Renovação do ambiente sindical e das direções através da participação crescente dos jovens profissionais para garantir a sustentabilidade do sindicalismo de camadas médias universitárias. Promover o diálogo entre as gerações.
- 7.** Estimular o empoderamento das mulheres nos sindicatos e as lutas sindicais em prol da valorização profissional e emancipação feminina. Combater o machismo, os preconceitos sexistas, racistas, estéticos e qualquer forma de intolerância.
- 8.** Promover no ambiente sindical a educação continuada permanente, a cultura, as artes, a alegria do conhecimento e do relacionamento social. Renovação da linguagem do sindicalismo, superando as visões que apartam o trabalho e o sindicalismo do restante da vida.
- 9.** Desenvolver a combinação da estrutura sindical com a organização em redes sociais (não hierárquicas, distribuídas horizontalmente), criando espaços diversificados de participação e diálogo, potencializando assim a colaboração com os demais segmentos do trabalho e da sociedade.
- 10.** Valorização da representação dos trabalhadores e do movimento sindical nos conselhos públicos de controle social e nas casas legislativas.

# Brasil 2022: Um novo grito de soberania e desenvolvimento

*Mais do que comemorar os 200 anos de Independência do País em 2022, a CNTU acredita que deve haver mobilização social nos próximos anos para conquistas fundamentais que aprofundem a democracia e o desenvolvimento nacional*

**EM 2022, O BRASIL** terá duas datas importantes a comemorar. A primeira é o bicentenário da Independência do Brasil, quando oficialmente o País foi fundado como nação. A segunda, os 100 anos da Semana de Arte Moderna de 1922, quando a vanguarda artística brasileira se reuniu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo e se manifestou a favor da renovação da arte, da cultura e da modernização da sociedade brasileira.



Relembrando a força renovadora que esses momentos tiveram no passado, a CNTU planeja um novo marco para o País daqui a oito anos. Com o projeto Brasil 2022, a confederação se compromete com um processo de intensa mobilização social e priorização de propostas a serem conquistadas para um Brasil a caminho de uma sociedade do conhecimento.

“Acreditamos que 2022 tenha essa mesma carga simbólica, ou seja, é um marco de nova etapa de construção da nação brasileira que, de forma simplificada, poderíamos dizer que é a hora do desenvolvimento com frutos justamente distribuídos”, acredita Allen Habert, engenheiro de produção e diretor de Articulação Nacional da CNTU. Para Habert, o projeto Brasil 2022 comemora um passo rumo à maturidade de um povo. Em análise histórica, ele acredita que a Independência “é um momento importante, mas é um grito que se estende, que continua, ora mais forte, ora mais recolhido, ora mais reativo, ora mais ativo. Uma nação nunca está pronta. Ela está sempre em construção. Assim também é a sua independência, sua soberania, sua autonomia”, argumenta.

É nesse sentido — o de permanente construção — que o diretor de Articulação Nacional da CNTU avalia a importância de, também, se comemorar e recuperar o primeiro centenário da Semana de Arte Moderna, que ele também define como “um grito” no projeto de mobilização social gestado pela entidade.

“[A Semana de] 1922 é muito mais que o grito de intelectuais rebeldes e de vanguarda por uma nova arte. É também o grito da industrialização, da urbanização, das classes trabalhadoras. Fomentava-se ali, nas primeiras décadas do século XX, a nação que temos hoje, que constituiu uma nova etapa do processo de independência, a construção de uma nação mais moderna, com uma economia forte, uma das maiores do mundo, com forte base industrial, com ampla e diversificada rede de cidades, de implantação de sistemas de engenharia no território como estradas, portos, telecomunicações. São sistemas de engenharia concentrados em alguns pontos do território e

agora precisam ser mais bem distribuídos”, explica Habert.

Partindo-se dos dois “gritos” históricos, é possível compreender o projeto de crescimento e renovação gestado pela CNTU nas primeiras décadas do século XXI. Allen Habert pensa que o Brasil 2022 é “um ecoar do grito de 1822” e um “turbinar da mensagem de 1922”. Trata-se, diz, da busca por novas conquistas e responsabilidades com o desenvolvimento, com a qualidade de vida e com a defesa dos direitos humanos. “Acreditamos que é isso que está em gestação nessas primeiras décadas do século XXI, desenvolvimento com distribuição de riqueza e renda. Mas é também distribuição de educação, cultura, saúde, conhecimento, informação, lazer, moradia digna e outros parâmetros que indiquem desenvolvimento, independência, autonomia, progresso social, valorização da vida”, justifica.

## Constituinte do Saber

O ano de 2022, no entanto, não é encarado como um objetivo em si ou como um ponto final, diz Habert, mas como uma etapa, o meio do caminho para uma “decisiva dobra”. “Até lá deveremos cumprir uma agenda que nos garanta uma comemoração ativa do Bicentenário da Independência, ou seja, contando com uma sociedade em que a grande maioria dos brasileiros esteja incluí-

## Objetivo é distribuir responsabilidades entre Estado e sociedade civil

da, uma sociedade sem miséria e pobreza extremas”, afirma Habert.

A meta e o método para atingir os objetivos do CNTU Brasil 2022 são a realização de uma Constituinte do Saber, que será o principal ponto de articulação de um conjunto de eventos e iniciativas. Temas como artes, cultura, ciência, tecnologia, saúde e inovação integrados formam a Constituinte do Saber, que, para a entidade, é “o grande salto por vir”, ou seja, a formatação de uma cidadania ativa para o século XXI que abrirá caminho para novas conquistas.

Algumas das ações previstas nesse processo de mobilização são encontros, debates e a criação de uma conferência nacional do Brasil 2022. A Constituinte do Saber se constrói como um movimento de convergência e unidade, que auxilia a impulsionar os laços sociais, adensando, fortalecendo e distribuindo responsabi-



Wellington Mello, Samuel Pinheiro Guimarães, Allen Habert e Alfredo Manevy debatem desafios nacionais



dades conjuntas entre Estado e sociedade civil.

Como Allen Habert diz, o projeto CNTU Brasil 2022 tem um prazo de oito anos. “Ou seja, é para já. Não se trata, então, de fazer um projeto ideal, e sim produzir uma cartografia em que se possa traçar e reconhecer as tendências, as forças em ação, as oportunidades e os conflitos.” E conclui: “Reconhecer essas linhas e pontos e atuar sobre eles, ao mesmo tempo, ou seja, um pensar-atuar, o pensamento, o debate, como meio de ação, ao colocar em pauta temas, propostas, articulações sociais, culturais e políticas”.

## Engajamento

Como Allen Habert explica, a mobilização em torno de 2022 não deve se restringir aos profissionais universitários, mas esse setor é decisivo, pois trata-se de “contingente expressivo e significativo, quando se considera que estamos numa época em que conhecimento é cada vez mais importante”. Como parcela mais bem escolarizada da população, entende Habert que há “uma certa responsabilidade de contribuir, de pensar grande, de se inserir no jogo, e não ficar só nas arquibancadas”.

O objetivo, da organização e do projeto 2022, segundo Habert, é mobilizar os profissionais universitários não apenas pensando em conquistas pessoais e corporativas, mas pensando também nas conquistas coletivas para o pleno desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, com distribuição de riqueza, renda, educação, saúde, cultura e boas condições de vida, incentivando transformações científicas e tecnológicas. O projeto busca atrair o maior número de pessoas e organizações para o debate. “A CNTU quer que o Brasil 2022 ressoe por todas as outras categorias, entidades e setores da sociedade, evidentemente cada um com sua ‘cara’, suas particularidades, mas todos eles

com essa ideia de que 2022 não seja só uma comemoração cívica, e sim um marco nas transformações brasileiras”, explica. “Crescer distribuindo é um imperativo da era que atravessamos. Assim como preservar os recursos naturais. São os dois grandes imperativos do século XXI. E não temos respostas prontas e simples. É preciso pensar, inventar, propor.”

A CNTU definiu três diretrizes básicas para viabilizar a realização do projeto Brasil 2022. A primeira delas é a criação de seminários, exposições, publicações e campanhas, que serão estimuladas e articuladas pela entidade a fim de criar uma rede de relações. Nesse aspecto, devem ser incorporadas as campanhas Brasil Inteligente, que preveem um sistema nacional de educação continuada; implantação da internet pública; qualidade na saúde pública; uso racional de medicamentos; reabilitação bucal para inclusão social; mobilidade urbana; alimentação saudável, contra o uso abusivo de agrotóxicos; e mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia.

A segunda diretriz trata de criar a Rede Brasil 2022, com produção de cursos e cartilhas que tratem do projeto e qualifiquem centenas de milhares de atores sociais. A terceira, por fim, fala das ações almejadas e possíveis para a concretização da Constituinte do Saber: Conferência Nacional Brasil 2022; Conferências nas 200 maiores cidades; institucionalizar o Dia da Manifestação Cívica e Democrática em todo o País; e conotação temática e com forte apelo educativo e de inclusão.

*Crescer distribuindo é um imperativo da era que atravessamos, diz Allen Habert*

## Diálogo

Em sintonia com o projeto da CNTU, está Samuel Pinheiro Guimarães. Ele foi secretário-geral do Itamaraty e ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo federal. Neste órgão, coordenou o Plano Brasil 2022, que projeta novos rumos de desenvolvimento para o País, também por ocasião do bicentenário da Independência. Até lá, entende o embaixador, há muito a fazer.

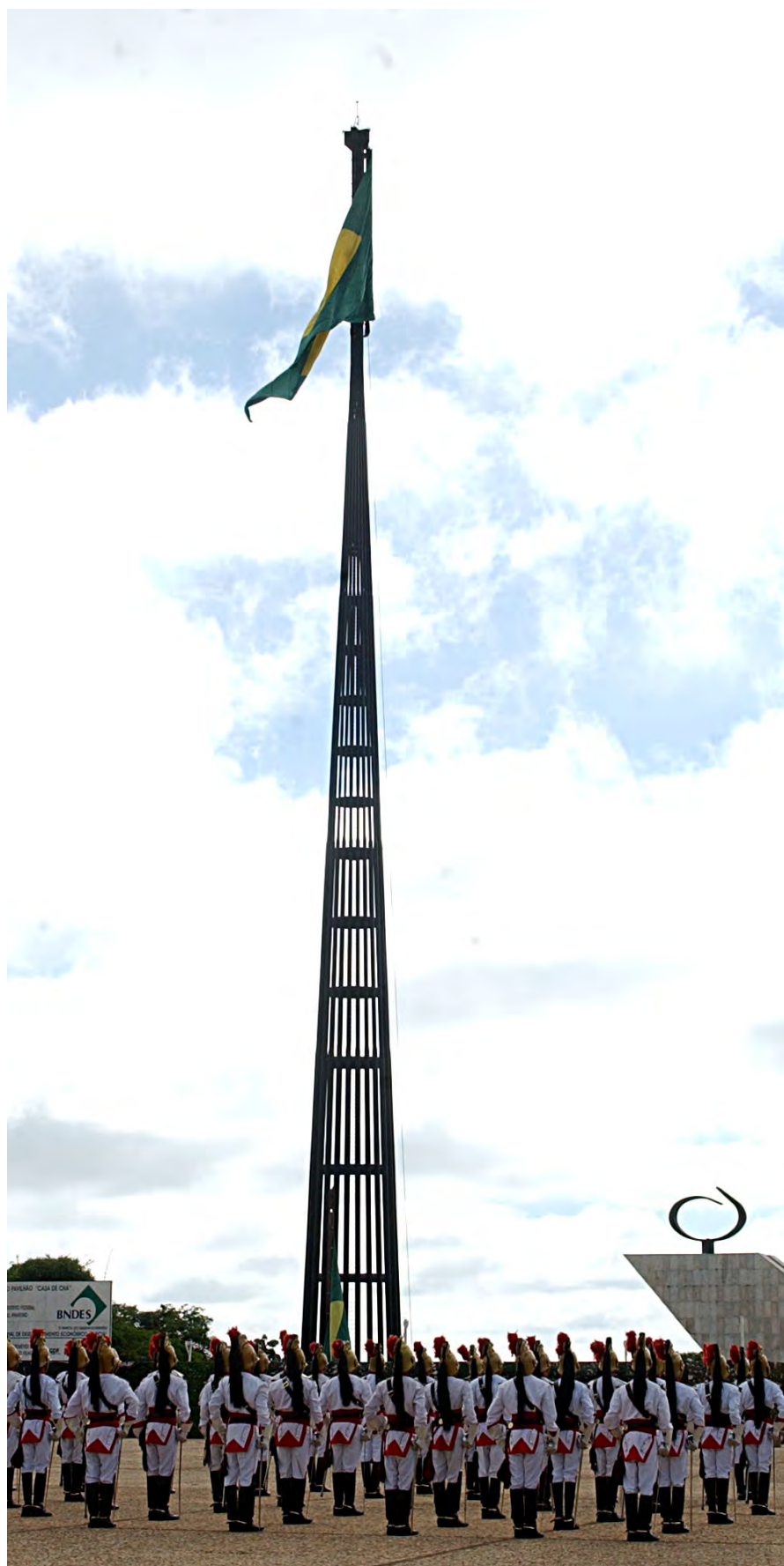
Para ele, a manutenção de investimento em programas federais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no desenvolvimento científico e na intensificação dos programas de distribuição de renda associados à educação, como o Bolsa Família, deve ser encarada como a principal diretriz para que o Brasil tenha um crescimento sustentável.

“Ainda há muitos desafios a vencer: energia e água potável para todos, transportes públicos de qualidade, universalização do saneamento básico e livre acesso à educação garantido a todos os cidadãos. Essas são questões prioritárias. Não há possibilidade de reduzir desigualdades sociais sem um nível de crescimento adequado, e programas de grande impacto só podem ser feitos pela ação direta do Estado. O País crescendo menos gera menos empregos de qualidade”, acredita Guimarães.

O embaixador também ressalta a necessidade de aumento da média salarial brasileira — hoje, na casa dos R\$ 1,6 mil. Também é importante, para ele, a valorização da força de trabalho, diante de um cenário de profunda desigualdade econômica. “Isso em justaposição a salários e bônus gigantescos pagos a muitos executivos. Ainda somos uma sociedade muito desigual”, afirma.

Samuel Pinheiro Guimarães foi um dos convidados do 2º Encontro Nacional da CNTU, realizado em São Paulo em dezembro de 2013. Ao lado de Alfredo Manevy, atual secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, falou sobre os desafios do desenvolvimento no painel “Brasil 2022: um plano estratégico para o País que queremos”.

O embaixador abordou os desafios da edu-



Troca da Bandeira Nacional, na Praça dos Três Poderes em Brasília, no aniversário da Independência

cação e do desenvolvimento, para além das taxas de crescimento econômico. “O desenvolvimento não é apenas o crescimento da economia. É o grande objetivo da sociedade, a utilização plena e eficiente dos seus fatores de produção”, disse. Guimarães também problematizou o desperdício, que considera um entrave ao pleno desenvolvimento do País. “Hoje em dia, o pior desperdício do Brasil é o de seres humanos, com enorme potencial e que não chegam a desenvolver suas capacidades”, completou, defendendo o investimento em educação, pois somente uma formação sólida pode bem aproveitar a pluralidade da força de trabalho nacional.

Alfredo Manévy defendeu que “repensar o projeto de Brasil é uma tarefa urgente e necessária para aprofundar o ciclo recente de políticas sociais”. Esse momento de reflexão, acredita, deve passar pela cultura, que em sua avaliação a cada dia ocupa um papel mais central na discussão de projetos de desenvolvimento. “A cultura nos define como povo”, argumentou.

Para o secretário-adjunto de Cultura, o desafio, agora, é zelar pela pluralidade, que considera uma das maiores riquezas do Brasil. “A escolha diante de nós é manter essa diversidade como estratégia”, afirmou. “É possível produzir um momento de desenvolvimento que gere uma classe média que tem poder de compra, que participa da urbanização, mas no aspecto cultural há perda de um horizonte, há perda de convivência dessa multiplicidade de modos de vida.”

*É preciso investir no desenvolvimento científico e na intensificação dos programas de distribuição de renda associados à educação*

# Movimento sindical debate fortalecimento do MTE

*Ministério do Trabalho e Emprego tem sofrido, ao longo do tempo, um esvaziamento de suas funções. A recuperação de seu protagonismo é questão-chave para a defesa dos trabalhadores e da sociedade*

Em 14 de abril último, a CNTU promoveu, no auditório do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), em São Paulo, o seminário “Valorização do Ministério do Trabalho e Emprego”. Ao longo de um dia inteiro de debates, organizado em três mesas, as discussões – como sugere o nome do evento – se centraram no papel desempenhado pelo MTE.

“O Ministério do Trabalho e Emprego tem sido vulnerado, desestruturado, ao longo desses últimos 12 anos, em função das disputas políticas. Essa desestruturação é decorrente não só deste governo, mas dos vários outros que têm dirigido o nosso país”, avaliou Marcos Verlaine, assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), um dos debatedores. “O MTE, sendo alvo de disputas políticas, perde o seu foco e acaba não dialogando com a sociedade e com o movimento sindical as políticas públicas do mundo do trabalho. O resultado é negativo para os trabalhadores brasileiros.”

Para Murilo Pinheiro, presidente da CNTU, o objetivo do evento foi iniciar um grande debate nacional sobre a importância da participação dos trabalhadores nas discussões cruciais sobre desenvolvimento do Brasil. A partir do encontro, foi elaborada uma carta, em que estão reunidas as principais propostas debatidas pelos palestrantes e pelo público presente.

O documento (<http://goo.gl/zlj1U0>) elenca diversos pontos a serem revistos: a determinação do orçamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que passou a ser submetido ao Ministério do Planejamento; a retomada da intermediação de mão de obra e também da indicação de demandas relacionadas à qualificação profissional e educação continuada. Algumas outras



Evento contou com a participação de ex-ministros dos governos Jango, Sarney, Itamar Franco e Collor

questões, entretanto, foram consideradas mais urgentes para o fortalecimento da pasta. João Franzin, diretor da Agência Sindical e apresentador do programa Câmera Aberta Sindical, acredita que é preciso haver “dois movimentos: reaproximar o sindicalismo do Ministério, e vice-versa”. Entre as ideias nessa direção, ele sugere que, nas celebrações do 1º de Maio – Dia do Trabalhador –, as centrais levantem a bandeira pela valorização do MTE.

## A história

Almino Affonso, ministro do Trabalho e Previdência Social de janeiro a junho de 1963, no governo João Goulart, foi o primeiro a fazer um resgate histórico de como se dava a atuação da pasta. “Ele [Jango] sabia como deveriam ser as relações com os sin-

dicatos para um governo que queria ir além do trivial. Estou falando da mais absoluta liberdade sindical”, narrou. “Isso dava ao empresariado ódio. Era um governo que recebia os dirigentes sindicais para ouvi-los.”

“O que eu posso dizer com absoluta verdade é que o Ministério do Trabalho naquele tempo tinha uma presença real. Teria sido por uma visão doutrinária? Não sei. Talvez pela realidade político-social? Quem sabe. O fato é que as reuniões fundamentais do governo eram o presidente, o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento e o ministro do Trabalho”, recordou Affonso, emocionado e aplaudido de pé pelos presentes.

Almir Pazzianotto, que comandou o Ministério de março de 1985 a setembro de 1988, na gestão José Sarney,



comparou o protagonismo que o MTE tinha, à época, à sua situação atual. “O Ministério do Trabalho, no governo Sarney, tinha expressão. Pode ter feitos coisas erradas, deve ter feito outras certas, mas nunca foi ignorado. Participou da discussão do Plano Cruzado, do Cruzado 2, do Bresser, do Plano Verão”, declarou.

Walter Barelli, ministro de Itamar Franco de outubro de 1992 a maio de 1994, manteve a linha. “Hoje não há trabalhador na mesa que define a política econômica, esse não senta às mesas de decisão. Foi aí que o MT foi perdendo coisas, como a Fundacentro e outras funções, a fiscalização.”

Diante do panorama das discussões, Dorothea Werneck, também ministra do Trabalho de Sarney, de janeiro de 1989 a março de 1990, falou sobre os desafios do MTE atualmente. “Talvez, pensando na ótica dos direitos e dos deveres, a gente começa a encontrar um ponto de convivência, de ação, de redesenho, no qual a gente de fato possa ter um Ministério do Trabalho e também do Emprego, que é pelo lado empresarial, de investimento. Podemos abrir mão disso?”, questionou.

*São Paulo tem cerca de 470 auditores que atuam sem quaisquer condições de trabalho, o que contribui para o desrespeito à legislação por parte das empresas*

### Fiscalização

A fiscalização do trabalho tem como fim a prevenção e a manutenção adequada dos direitos dos empregados diante da relação trabalhista. Pode ser realizada de duas formas: ou por meio da inspeção direta e autônoma desempenhada pelo auditor-fiscal, ou, em um segundo momento, pela Justiça do Trabalho, que pode ser acionada pelo trabalhador.

Regulamentada por lei, a fiscalização é garantida pela Constituição Federal (artigo

21º, inciso XXIV, segundo o qual é competência da União “organizar, manter e executar a inspeção do trabalho”). Outros dispositivos legais editados ao longo do tempo também tratam sobre o assunto – um exemplo é o Decreto nº 4.552, de 2002, que institui o Regulamento de Inspeção do Trabalho (RIT). Ele tem por finalidade “assegurar, em todo o território nacional, a aplicação das disposições legais, incluindo as convenções internacionais ratificadas, os atos e decisões das autoridades competentes e as convenções, acordos e contratos coletivos de trabalho, no que concerne à proteção dos trabalhadores no exercício da atividade laboral”.

Também de acordo com o RIT, além de verificar o cumprimento das leis e regulamentos, os auditores-fiscais do trabalho têm diversas funções, entre elas, orientar e aconselhar tecnicamente os empregados e pessoas sujeitas à inspeção, e até propor a interdição do estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargo da obra – total ou parcial – quando constatar situação de “grave e iminente risco” à saúde ou integridade física do trabalhador. Embora fundamentais para o exercício da fiscalização, esses profissionais não têm à disposição boas condições para realizarem seu trabalho. “São verdadeiros heróis”, declarou Luiz Antônio de Medeiros Neto, superintendente regional do Trabalho e Emprego de São Paulo.

Antonio Rogério Magri, titular da pasta de março de 1990 a janeiro de 1992, durante o governo de Fernando Collor, também denunciou as limitações que enfrentam os auditores. Ele destaca que, na década de 1990, quando assumiu o cargo, estavam em atividade 5 mil auditores para uma População Economicamente Ativa (PEA) de 6 milhões de pessoas. Atualmente, são 3 mil para uma PEA que ultrapassa os 100 milhões.

“O sucateamento é claro a olhos nus. Faltam estrutura administrativa e recursos para cumprir obrigações legais, o que colaborou significativamente com o processo de canibalização das relações do trabalho”, pontuou Magri.

Em São Paulo, o quadro nacional encontra eco. “O Ministério do Trabalho, em São Paulo, deve ter uns 470 fiscais para todo o estado”, apontou Medeiros, que explicou também a falta de estrutura com a qual precisam conviver os fiscais, em seu cotidiano. “Para você ter uma ideia, há a gerência de Ribeirão Preto, só para dar um exemplo. E Ribeirão Preto tem umas 50 cidades. Quando tem pedágio, o fiscal não vai, porque tem que pagar do seu próprio bolso. Você quer se livrar do Ministério do Trabalho fique além do pedágio”, brincou.

Ele continuou: “Muitos carros que fazem o combate ao trabalho escravo não podem passar em certas barreiras porque não têm licenciamento. Você tem uma superinten-



O Ministério do Trabalho foi criado em 1930 pelo ex-presidente Getúlio Vargas

dência que é grande, que precisa fiscalizar fundo de garantia, acidente de trabalho, mas não conta com um assessor de imprensa para poder comunicar as necessidades”.

Ainda segundo Medeiros, essa precariedade compromete o bom funcionamento dos serviços prestados. “Se você tiver um problema de seguro-desemprego, para ser atendido, são 40 dias, ou mais. O estrangeiro, para tirar uma carteira de trabalho do Merscosul, demora três meses. É uma situação realmente de penúria do Ministério do Trabalho”, completou.

Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), reitera o problema. “Cabe ao Ministério do Trabalho a fiscalização. Nela, há toda uma estrutura que precisa ser renovada – faltam fiscais. Portanto, parte dessa reorganização do Ministério significa melhorar a estrutura para eles”, apontou. Mas, para além de mudanças estruturais, Lúcio indicou outras medidas que podem melhorar o cenário: os sistemas eletrônicos.

“Estamos na etapa final de implantação das bases para migrarmos todo o processo de pagamento de empresas através do E-Social – o sistema, desenvolvido pela Receita Federal brasileira, que monitorará em tempo real o processo de pagamento de todos os trabalhadores brasileiros assalariados e registrados em carteira de trabalho. A Receita Federal terá, online, o custo da folha salarial no Brasil, de cada trabalhador, e isso significará uma potencialidade para a capacidade fiscalizatória do Ministério do Trabalho fantástica”, defendeu. “Se você cruzar isso depois com o chamado HomologNet – outro sistema que ainda não está interligado, mas deverá estar, no futuro –, e também com o trabalho sindical, temos uma perspectiva muito interessante para sofisticar o sistema de fiscalização”, ponderou.

Para ele, isso também impactará os gastos com fiscalização. “Significa redução de custos de procura de problemas, porque teremos o mapeamento da situação,

e poderemos ter também o mapeamento de onde ela não vem sendo atendida”, esclareceu.

Carlos Artur Barboza, superintendente de relações do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, representante da pasta no seminário, admitiu o déficit, mas destacou que o órgão está ampliando o quadro de funcionários: “Acabamos de sair de um concurso, em que foram aproveitados em torno de 100 auditores. Já estamos com outro pleito para fazer um concurso para mais 400”, informou.

## *Para além do escopo alcançado no Pronatec, o MTE deve ter papel central na qualificação profissional*

### **Fundacentro**

O fôlego do desenvolvimento industrial brasileiro e da construção de obras de infraestrutura no País – bem como a edificação da capital Brasília –, a partir dos anos 1950, trouxeram consigo a elevação das taxas de acidentes laborais. Isso levou o governo, na década de 1960, a manifestar o interesse pela vinda de um técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao Brasil para analisar as condições de trabalho, sobretudo em São Paulo. O profissional enviado pela entidade, após avaliar o ambiente das indústrias paulistas, constatou a necessidade de um centro de estudos sobre segurança e higiene no trabalho.

É nesse cenário que nasce a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (Fundacentro), criada em 1966, durante o governo Castello Branco. Instituída por meio da Lei nº 5.161, tem o objetivo de realizar pesquisas relacionadas aos problemas encampados pelas áreas definidas em seu nome. Desde seu surgimento, é vinculada ao

Ministério do Trabalho e Emprego – que, àquela época, denominava-se Ministério de Estado do Trabalho.

Em 1978, a Lei nº 6.618, sancionada por Ernesto Geisel, modifica o título da Fundação, que passa a se chamar Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – o novo nome vem de seu primeiro presidente, que a assumiu em 1968.

“[A Fundacentro] foi uma referência dentro e fora do Brasil, e hoje está parada, não tem nem investimento para que a instituição seja tocada. Uma instituição que tinha o apoio de todo movimento sindical e respondia a esse apoio com grande participação entre os trabalhadores”, pontuou Miguel Torres, presidente da Força Sindical.

“A Fundacentro hoje sofre com a grande rotatividade de funcionários. Sofre com os seus laboratórios, que não conseguiram seguir no mercado – hoje eles estão aquém do mercado, e isso acaba impulsionando outras entidades. O Inmetro, por exemplo, está assumindo grande parte disso, e vários laboratórios particulares estão tomando para si a responsabilidade daquilo que a Fundacentro sempre fez, e fez muito bem”, ponderou João Bosco Nunes Romeiro, engenheiro de segurança do trabalho e ex-diretor técnico da fundação.

Os problemas da instituição não terminam aí. Segundo Romeiro, há dificuldade em contratar profissionais para formar o quadro de pessoal, entrave que ele atribui à “crescente diminuição dos recursos”. “Contratar para o serviço público é difícil. Contratar técnicos, então, é muito mais difícil. Contratar engenheiros, é muito mais difícil e caro. Se for mantida a atual situação da Fundacentro, ela entrará em colapso, e quem perde com isso é a população”, atesta.

Para o engenheiro, é de cunho financeiro a medida mais urgente a ser tomada para normalizar as atividades



da entidade e recuperar sua credibilidade. “Precisamos de vez reestabelecer o orçamento da Fundacentro, para que ela tenha engenharia, saúde e educação de qualidade. E, principalmente, para que possa preparar seus laboratórios”, defendeu.

## Qualificação

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é regido pela Lei nº 7.998, de 1990, que prevê, em seu artigo 3º, a garantia, ao trabalhador desempregado, de um curso de “formação inicial e continuada ou qualificação profissional”. Em 2011, o Pronatec foi alterado pela lei nº 12.513, que o institui em seus moldes atuais de funcionamento. De acordo com o texto, tem como finalidade “ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”.

O programa atende prioritariamente, além dos trabalhadores, a alunos de ensino médio da rede pública – que ainda estão em curso ou que já finalizaram os estudos –, ou aqueles que cursaram o ensino médio em instituições privadas, mas na condição de bolsistas; e os beneficiários de programas federais de transferência de renda. A iniciativa é alocada no Ministério da Educação, que define seus rumos.

“O Pronatec abre uma perspectiva para os trabalhadores tal como o ProUni abre para os jovens estudantes universitários. Nós do movimento sindical temos explorado de forma inadequada esses programas”, afirmou Marcos Verlaine, do Diap.

Segundo especialistas, autoridades e dirigentes sindicais reunidos no seminário, a perda de protagonismo do Ministério do Trabalho e Emprego tem se refletido também na diminuição de sua participação na formulação do Pronatec. “Chamamos a atenção ao fato de que hoje não está garantido o tripartismo nos conselhos e instâncias do Pronatec. As centrais sindicais já apresentaram essas demandas ao governo, que até agora não definiu absolutamente nada”, considerou Magri.

De fato, o movimento sindical vem tentando assegurar esse tripartismo entre empre-

gados, empregadores e governos, que é, inclusive, incentivado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) – de cujas convenções o Brasil é signatário –, como forma de promover o “diálogo social”. Em setembro de 2012, as centrais – Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e União Geral dos Trabalhadores (UGT) – encaminharam à presidente Dilma Rousseff ofício solicitando que este princípio seja respeitado na composição do Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional e nos fóruns permanentes de Apoio à Formação e Qualificação Profissional, regulamentados pela Lei 12.513.

“Parece pacífico que a temática da for-

mação e qualificação profissional e da educação técnica e tecnológica, apesar de atrair o interesse de toda a sociedade, especialmente afeta ao mundo do trabalho, interage de forma decisiva nas relações de trabalho e, por isso, constitui-se enquanto importante frente da atividade sindical”, indica o texto.

Para além do escopo alcançado pelo Pronatec, o MTE deve ter papel central na qualificação profissional, conforme apontou o ex-ministro Walter Barelly, especialmente em face de profundas transformações no sistema produtivo: “Estamos perto de um novo big bang que atenderá pela sigla ‘bang’ cujas letras iniciais trazem as mudanças tecnológicas: o B, de bit; o A, de átomo, o N, de nano e o G, de genética, que mudará a nossa situação corpórea. Está anunciado o fim de muitas profissões.”



João Bosco Nunes Romeiro, Luiz Antônio de Medeiros Neto, Gilda Almeida, Clemente Ganz Lúcio e João Franzin



# Protagonismo feminino em pauta

*Coletivo de Mulheres da CNTU potencializa as discussões sobre igualdade entre os sexos. Já tem, entre as conquistas, um documento básico com diretrizes para que a entidade continue debatendo e buscando a paridade.*

Para cada cem brasileiros com 12 anos ou mais de estudos, há 57 mulheres e 43 homens e, em quase todos os setores da economia, as mulheres que trabalham apresentam média de escolaridade superior à dos homens. Ainda assim, elas recebem salários menores e estão em menor número nos cargos de gestão, seja no setor público, seja no privado. Tendo em vista esse contexto de desigualdade, no dia 15 de abril, diversas profissionais liberais, líderes sindicais, autoridades e políticas se reuniram na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), na capital paulista. O objetivo: discutir o caminho a ser percorrido para que a paridade entre os gêneros seja alcançada. Esse foi o mote do 1º Encontro da Profissional Universitária, promovido pelo Coletivo de Mulheres da CNTU. Em uma tarde, mais de dez convidados sentaram à mesa de debates para falar sobre o protagonismo feminino e como fazer com que ele se torne realidade também no mundo do trabalho. Dentre os palestrantes, estiveram a vice-prefeita de Diadema, Silvana Guarnieri; Raimunda Gomes, secretária de imprensa da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e o vereador paulistano Eliseu Gabriel (PSB).

As discussões foram divididas em três eixos principais: as mulheres na saúde, trabalho e política. Para apresentar cada um deles, respectivamente, a farmacêutica Clair Castilhos, pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e secretária executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; a economista e pesquisadora do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Patrícia Lino Costa; e a assistente social e chefe de gabinete da deputada federal Luiza Erundina (PSB), Muna Zeyn.



## Coletivo de Mulheres

“A gente resolveu criar o coletivo de mulheres diante da realidade nas nossas categorias filiadas à CNTU. Se percebermos, a maioria das categorias — tirando os engenheiros e os economistas —, por exemplo, nutricionistas, farmacêuticos, odontologistas, são formadas por, no mínimo, 50% de mulheres”, destaca a farmacêutica Gilda Almeida, coordenadora do Coletivo e vice-presidente da CNTU.

De fato, a presença feminina é marcante nas profissões a que Gilda se refere. De acordo com levantamento realizado pela própria entidade sindical, entre os farmacêuticos, as mulheres são 70%; entre os nutricionistas, 95%; em relação aos odontologistas, representam 56%. Só não são maioria entre os médicos (41%), economistas (17,7%) e engenheiros (14%, conforme pesquisa de 2004). Nesta última categoria, entretanto, registra-se tendência de crescimento do número de mulheres nas áreas civil, elétrica e eletrônica, agronomia e de organização e métodos.

O lançamento do Coletivo, em uma cerimônia de comemoração ao Dia Internacional da Mulher, foi sucedido por três grandes reuniões. Logo após a primeira delas, decidiu-se dividir

as discussões em três pilares: saúde, trabalho e política. “As áreas [de discussão] foram definidas a partir de depoimentos”, relata Gilda. “Eles nos levaram a perceber que os entraves que as mulheres vivem se concentram nessas áreas.”

Cada grupo de trabalho recebeu uma coordenadora, que conduziu as atividades de debate. No caso do GT Mulher e Saúde, a orientação ficou a cargo da psicóloga Alice Bueno; no campo Mulher e Política, quem encaminhou as discussões foi Marta Livia Suplicy, presidente da Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil (Libra); já na parte de Mulher e Trabalho, foi a engenheira Fátima Cristina Palmieri a responsável pela coordenação.

## Documento básico

As reuniões do Coletivo de Mulheres renderam um documento básico com as diretrizes para a construção de uma política de gênero da CNTU. Ele foi o alicerce para os debates do 1º Encontro da Profissional Universitária. A ideia era colocá-lo em pauta e submetê-lo à discussão, para depois aperfeiçoá-lo com as considerações suscitadas no congresso.

“A construção desse 1º Encontro e do documento básico foi muito criativa, e contou com a colaboração de muitas pessoas que participaram das reuniões ou que enviaram suas sugestões. O interessante foi que houve muita concordância o tempo inteiro; mesmo cada uma de nós possuindo experiências diversas houve uma coesão bastante interessante”, ressalta Alice Bueno, coordenadora do GT Mulher e Saúde.

O documento traz um panorama da situação das mulheres brasileiras nas três áreas eleitas como pilares pelo Coletivo. Em todas, os dados revelam a permanência da desigualdade entre os gêneros.

## Trabalho

A seção “Mulher e Trabalho”, por exemplo, chama a atenção para o fato de que as mulheres são maioria no ensino superior: segundo o Censo do Ensino Superior de 2010, são responsáveis por 57% das matrículas e por 60% das conclusões de curso. No mesmo ano em que o levantamento foi realizado, 63% de todos os títulos acadêmicos concedidos no Brasil foram destinados a elas.

Embora com mais escolaridade que o público masculino, o feminino está em desvantagem quando o assunto são cargos de chefia. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, apenas 21,4% dos altos escalões das empresas eram frequentados por mulheres. No setor público, o quadro não se altera: conforme números do Dieese, em 2010, em um universo de 58 universidades federais, somente em oito havia reitoras. No mesmo período, as mulheres eram apenas 20% dos ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal.

A presença maciça no ambiente escolar também não se reverte plenamente em sucesso financeiro: mais de 80% das mulheres trabalhadoras no Brasil têm rendimento mensal, na ocupação principal, de até dois salários mínimos, enquanto 63,8% dos homens estão nessa faixa salarial. Apenas 5,2% das mulheres ganham mais de cinco salários mínimos, frente a 9,5% dos homens.

Quando adicionado o componente racial, o cenário de desigualdade se agrava. Apesar de representarem 26% da população nacional, as 58 milhões de brasileiras negras ainda ganham, em média, metade do salário das mulheres brancas, e estão em maior número nos empregos mais precários – 71%, em relação a 54% das mulheres brancas e 48% dos homens brancos. No que diz respeito à escolaridade, também estão atrás, e mesmo quando estudaram o mesmo número de anos que as mulheres brancas, a gritante diferença salarial é de cerca de 40% a mais para as últimas. Para Gilda Almeida, a questão salarial é um dos principais entraves enfrentados pelas trabalhadoras. “As mulheres até conseguem chegar a cargos que são inerentemente masculinos, têm um desenvolvimento muito bom, até melhor do que o do homem, mas os salários delas estão sempre abaixo”, compara.

“Ainda continuamos com os mesmos problemas

para as mulheres: menos qualificação, mais trabalho, tripla jornada, às vezes quádrupla — depende muito da idade dessa mulher profissional. Mais facilmente descartáveis, também”, avalia Fátima Cristina Palmieri, engenheira, coordenadora do GT Mulher e Trabalho. “As oportunidades são menores e o empenho é muito maior. Os números não mentem.”

Para combater essa disparidade, o Coletivo de Mulheres prioriza, no documento básico, algumas frentes de atuação, como igualdade de salários e de oportunidades, a promoção do trabalho decente (assegurado, por exemplo, pela carteira de trabalho) e a valorização das profissões do cuidado e da educação (ocupadas, majoritariamente, pelas mulheres), para romper com a estrutura patriarcal de servidão feminina.

## Saúde

O campo “Mulher e Saúde” destaca, primeiramente, a visão machista da mulher como mero agente reprodutor, ressaltando que, até cerca de 30 anos atrás, tanto o conhecimento científico como as políticas de saúde eram centrados nessa ideia, com foco na proteção do feto.

Logo em seguida, discute-se a violência contra a mulher. Mesmo com todos os dispositivos legais que tentam coibir esse tipo de atitude — a exemplo da própria Constituição de 1988, que assegura o direito de denúncia em caso de discriminação sexual, ou então, mais recentemente, a Lei Maria da Penha, de 2006, os episódios de agressão ainda são muitos. Segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mais de 50 mil feminicídios ocorreram no País entre 2001 e 2011, o que equivale a 5 mil mortes por ano. Considerando-se somente o período de 2009 a 2011, essa quantidade foi ainda maior: 16.993 mortes, resultando em uma taxa de mortalidade anual de 5,82 óbitos por 100 mil mulheres. As principais vítimas são as negras, que correspondem a 61% do total de óbitos. “Existe alta incidência de mulheres submetidas a diversas formas de

violência — principalmente a doméstica, assédio moral e sexual, que ainda são toleradas excessivamente e que causam forte impacto e prejuízo à sua saúde física e mental”, pontua Alice Bueno. A coordenadora do GT “Mulher e Saúde” atenta para outra característica do cotidiano feminino: a conciliação de mais de uma jornada. “A mulher tem diariamente uma rotina de atividades mais longa do que o homem, acumulando pelo menos duas ou três jornadas de trabalho, considerando as responsabilidades das atividades domésticas e familiares.” Diante desses aspectos, as diretrizes sugeridas pelo texto vão desde o enfrentamento à dupla jornada e à violência, até a criação de um ambiente de trabalho compatível às necessidades femininas — “ergonomia da mulher” — e a garantia do direito ao corpo, ao plano de vida e ao planejamento familiar. Como observa Alice em relação à última definição, “ainda temos muitas condições deficitárias no atendimento da saúde reprodutiva feminina, tais como no planejamento familiar e uso de métodos contraceptivos, no acompanhamento da gestação, do parto, do puerpério, da menopausa e de outras doenças”.





## Política

Por fim, há o capítulo “Mulher e Política”, que coloca como grande desafio a derrota da sub-representação política. Ainda que representem 52% do colégio eleitoral brasileiro – maioria constatada desde o final da década de 1990 – as mulheres não se projetam proporcionalmente nas estruturas parlamentares. “Hoje temos uma presidente nos representando, temos mulheres no Senado, mas não no número que precisamos e deveríamos efetivamente ter”, comenta Marta Livia Suplicy, presidente da Liga das Mulheres Eleitoras no Brasil e coordenadora do GT Mulher e Política. “O que os partidos políticos têm feito para garantir a presença dessas mulheres em cargos eletivos, o que é que a gente, como País, tem feito, o que temos feito como sociedade civil? Qual é a retaguarda que temos dado para essas mulheres?”, questiona.

Ranqueamento produzido em 2013 aponta que o Brasil é o 122º país em igualdade entre homens e mulheres na política. Prova disso é que, na Câmara Federal, por exemplo, dos 513 deputados, 44 são do sexo feminino (8,6% do total). Dos 81 senadores em atividade, 13 são mulheres (16%). Elas se mantêm atrás também no âmbito municipal de poder, representando menos de 10% do quadro de prefeitos.

Nas assembleias legislativas dos estados e

nas câmaras das cidades, o desempenho das mulheres tem sido um pouco melhor, mas também caminha “a passos de formiga”. De 1992 a 2012, o avanço de sua participação foi, em média, de 1% no número total de eleitas a cada pleito municipal. Nesta esfera, calcula-se que a paridade entre os gêneros demorará 150 anos para se concretizar, caso o ritmo não se altere.

A lógica da sub-representatividade é similar inclusive no movimento sindical. “Na maioria das entidades sindicais, a mulher nunca está nos cargos prioritários – presidência, secretaria-geral e tesouraria. Há raras exceções”, declara Gilda Almeida.

Para romper com a lentidão nesses avanços, o Coletivo de Mulheres propõe algumas medidas específicas, como igualdade nos negócios e empoderamento feminino na política e no sindicalismo. Isso engloba, por sua vez, questões mais gerais – bandeiras clássicas dos movimentos sociais e sindicais como a reforma e a educação política e a redução da jornada de trabalho.

## Desdobramentos

Todas essas ideias e formulações foram expostas durante o 1º Encontro da Profissional Universitária. Dele saiu uma carta, que ratifica os princípios já dispostos pelo documento básico, e afirma o compromisso da CNTU de defender e promover o direito à

cidadania plena das mulheres.

De acordo com Gilda Almeida, a intenção é incorporar ao documento as discussões provocadas pelos seminários, trabalho em andamento. O resultado final representará as diretrizes para uma política de gênero, que será construída no longo prazo. “Foram diretrizes muito bem debatidas e assimiladas tanto por toda a diretoria da CNTU, como pelas nossas companheiras das federações e sindicatos que participaram do encontro”, afirma. Para a coordenadora do Coletivo de Mulheres, a conquista mais importante trazida pelo Encontro está ligada ao empoderamento das mulheres para discutir igualdade de gênero e os meios para alcançá-la. “O que de novo surgiu mesmo foi a gente conseguir levantar o debate entre as mulheres das categorias da CNTU – foi um encontro extremamente participativo. Ouvimos depoimentos que diziam: ‘sou presidente de sindicato, de tal estado, mas nunca percebi a importância que tinha fazer esse debate sobre a questão da mulher, e como somos discriminadas no mundo do trabalho’”, narra.

*Mulheres ainda são minoria nos cargos de representação política e posições de comando*



Abertura do 1º Encontro da Profissional Universitária: em pauta, a condição feminina nos âmbitos do trabalho, da saúde e da política





Especialistas apontaram durante o encontro os diversos desafios a serem vencidos para se alcançar a plena emancipação feminina

## Demandas das mulheres na pauta das entidades médicas



Crédito: Rita Casaro

As palestrantes Roberta Salgueiro, doutora em Antropologia Social, e Sumaia Boaventura, professora de Medicina Preventiva e Social, no encontro da Fenam

No dia 30 de abril último, a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) promoveu, em Natal, o Encontro Fenam de Mulheres Médicas do Brasil. Durante um dia, palestras foram realizadas com o objetivo de debater temas como assédio moral, violência contra a mulher e o empoderamento feminino. Entre os palestrantes, estiveram sociólogas, antropólogas, promotoras de justiça, delegadas de polícia e uma das advogadas-gerais da União.

De acordo com a médica Lúcia Santos, diretora de formação sindical da Fenam e organizadora do evento, o grande desafio para as médicas é comum a todas as mulheres brasileiras. “É nos

conscientizarmos que o nosso valor não está agregado a nenhum homem, seja ele pai, marido, chefe ou filho. Também não está agregado à nossa aparência física, e sim à nossa capacidade como seres humanos”, afirma.

Lúcia Santos explica que a Fenam já conta com uma política de gênero, frequentemente discutida pelo grupo de mulheres da federação. Elas se comunicam de forma constante para dialogar sobre as questões relativas aos direitos femininos não somente em sua área de atuação profissional, mas também na sociedade. “A grande pergunta que nós fazemos é: O que nós, mulheres, queremos? Dito isso, vamos atrás dos nossos objetivos de forma prática”, pontua.



# Unidade na América Latina: os desafios dos trabalhadores universitários



*Seminário realizado pela CNTU debate a participação do movimento sindical no fortalecimento da região e o contexto geopolítico do continente*

A integração da América Latina é fundamental para que a região tenha maior autonomia no cenário internacional e possa defender a sua soberania. Pensando nisso, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) realizou, nos dias 22 e 23 de maio de 2014, o Seminário de Integração Latino-americana dos Trabalhadores Universitários, no Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo (Seesp). O evento contou com a participação de diversos convidados – tanto brasileiros, quanto de outros países.

Para o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, palestrante do seminário, a integração latino-americana deve ser vista a partir do contexto global de turbulência econômica, que começou há seis anos. “A situação para os países em desenvolvimento é muito difícil

por conta da crise iniciada em 2008 e que se prolongará no tempo. Os trabalhadores são os maiores afetados e prejudicados”, disse. Segundo o embaixador, na Europa, a situação é ainda mais grave, com diversos países passando por programas de austeridade econômica, com desemprego e cortes em benefícios sociais.

Outros aspectos apontados por Guimarães são o deslocamento do capital mundial e a disputa de poder entre os Estados Unidos e a China. Ele destaca que a ascensão chinesa acirra a disputa política e econômica com os EUA. “Houve um deslocamento do capital de empresas para a China e outros países emergentes. E a China se tornou o maior importador e exportador do mundo”, sustentou. O crescimento chinês ameaça a influência dos norte-americanos

na Ásia e, por consequência, no mundo. Com isso, o embaixador afirma que os EUA passam a reorientar suas políticas externas, impondo um “regime” de intervenções, que busca mudar governos eleitos, insuflando movimentos oposicionistas. Ele citou como exemplos recentes a crise na Ucrânia e os contínuos ataques indiretos contra a Venezuela.

Na América Latina, onde diversos governos progressistas foram eleitos pelas vias democráticas, segundo Guimarães, essa “intervenção” é feita com a conivência da imprensa comercial. “Fazem isso direto com o governo argentino”, criticou. De acordo com o embaixador, os EUA enfraquecem a integração da América Latina ao fazerem acordos bilaterais com países da América Central – República Dominicana e



México – e Peru, Colômbia e Chile, na América do Sul. No entanto, Guimarães alertou que a União Europeia também busca um acordo de livre comércio com o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Para o embaixador, esse acordo – “que está sendo propulsionado pelo governo brasileiro” – é um equívoco extraordinário, pois ao zerar tarifas alfandegárias, vai reduzir totalmente a proteção à atividade produtiva instalada no Brasil.

O palestrante Félix Rígoli, gerente da Área de Sistemas de Saúde da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), ressalta que o Mercosul foi criado como um mecanismo para eliminar as barreiras entre os países da região. No entanto, diz ele, ao priorizar os fatores de produção, bens, serviços e tecnologias, o bloco econômico mantém uma integração baseada no protagonismo dos grandes países, com pouco foco social. Para Rígoli, qualquer processo de integração regional deve considerar o interesse público, dos trabalhadores. Ele questiona como tal integração aconteceria se aqueles que decidissem sobre ela fossem as forças progressistas, e não empresas que se beneficiam com o suposto fim das barreiras. “Quem é o motor que conduz e que leva à frente o processo [de integração] determina a força de cada um dos componentes”, argumentou Rígoli, que ainda sugere que tal processo deveria não só levar em conta a simples liberdade de circulação das pessoas, por exemplo, mas também uma concepção de “cidadania integrada”, onde um conjunto de direitos fosse considerado em todos os países do bloco.

## Protagonismo dos sindicatos

Qual caráter a integração latino-americana deve ter foi um dos aspectos enfatizados no seminário da CNTU. “A nossa unidade deve ser popular, soberana e democrática e tem, por isso, outros pressupostos”, afirmou José Divanilton Pereira da Silva, da Federação Única dos Petroleiros (FUP), do Brasil. Já Fredy Franco, da Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT) da Nicarágua, acredita que a integração não deve levar apenas em conta a parte comercial e econômica, mas deve ser, também, complementar, solidária e cooperativa. “Só assim poderemos superar a desigualdade e a pobreza dos nossos povos”, reforçou Franco.



Pereira da Silva, assim como o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, apontou que os EUA têm se posicionado contrários à maior integração dos países latino-americanos, com foco no Brasil, Argentina e Venezuela. Porém, Silva afirma que a região vive um momento histórico, onde todos esses países, cada um com seus contextos e problemas particulares, ao menos possuem um mesmo

norte, que é antineoliberal. Ele cita também um grande exemplo de integração que foi a formação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Silva defendeu um protagonismo maior dos sindicatos de trabalhadores nas discussões da integração latino-americana e caribenha, mas também em outros organismos que têm se contraposto ao poder



José dos Campos Santos Menezes e Leonardo Cavalcanti no seminário da CNTU



econômico e militar dos Estados Unidos. É o caso do Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que criou espaços para os empresários e as universidades. “Precisamos ter o nosso lugar também”, defendeu.

Fredy Franco, que é sociólogo e historiador, lembra que a integração latino-americana não é uma bandeira recente, já que revolucionários como Augusto César Sandino (Nicarágua), Simón Bolívar (Bolívia) e José de San Martín (Argentina) já lutavam nesse sentido no século XIX. Franco destacou também que desde 1980, quando Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA, passaram a implantar a política neoliberal ao redor do mundo, a América Latina foi prejudicada, sofrendo uma privatização predatória e deixando seus países fora da revolução técnico-científica. De acordo com ele, a realidade começou a mudar com a ascensão de governos progressistas que passaram a se articular regionalmente. Para o palestrante,

agora há a oportunidade de implantar um desenvolvimento inclusivo, respeitando a natureza, as populações indígenas, os afro-descendentes, as mulheres e as crianças. “Só unidos podemos avançar e acabar com tanta desigualdade e assimetrias no nosso continente”, exaltou. “Devemos trabalhar para a unidade nacional, regional e continental e buscarmos temas comuns que nos unifiquem, como a defesa do salário mínimo, da seguridade social e do tripartismo (governo, empresários e trabalhadores) em todas as grandes discussões.”

Outro ponto definido como fundamental à integração pelo dirigente nicaraguense é a democratização dos meios de comunicação. “Precisamos nos conhecer melhor e sabermos mais das nossas lutas e avanços”, observou. Tal situação não é possível no momento, avalia, porque a informação da imprensa dos países latino-americanos “tem alto nível de manipulação e mentira”. Vale lembrar que Argentina e Equador já aprovaram suas “Ley de Medios”, que re-

gulamentam e democratizam o setor de radiodifusão, e nada têm a ver com censura. Ao contrário, visam à ampliação do acesso à informação e a pluralidade.

## Desigualdades regionais

Para a professora Maria Helena Machado, pesquisadora titular da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), os trabalhadores universitários devem ter voz e voto nos diversos espaços em que se discute a integração da América Latina. Ela acredita que a integração regional deve caminhar para uma visão única sobre a distinção conceitual, feita nos diversos países do continente, entre profissional e trabalhador da saúde. No Brasil, o profissional é o que tem uma formação específica na área, enquanto os trabalhadores são os que atuam no setor – direta ou indiretamente –, por exemplo, na gestão administrativa. “Bem diferente de outras nações do Mercosul, em que não há essa definição”, disse. Segundo ela, um aspecto



*Maria Helena Machado, Júnia Dark, Débora Gribov Novogrebelsky e Murilo Pinheiro*

importante nessa distinção é quanto ao plano de carreira.

Maria Helena Machado falou ainda sobre a realidade brasileira no que tange a maior concentração dos profissionais nos grandes centros urbanos. Usando como exemplo o programa Mais Médicos, a pesquisadora argumenta que no Brasil não há escassez de profissionais, e sim, “vazios” de profissionais: “Ao meu ver, esses vazios se devem às desigualdades e iniquidades regionais em lugares onde não chegam profissionais, nem equipamentos sociais ou nenhum tipo de recurso que dê a garantia mínima ao profissional”.

Essas desigualdades regionais também têm como efeito um desequilíbrio entre a oferta de trabalho e a demanda da população. Assim, é comum a formação de profissionais em países em desenvolvimento que são rapidamente absorvidos por nações já desenvolvidas. “No Brasil, nós não temos esse problema tão grave, mas se pegarmos Paraguai e Uruguai, eles já exportam mão de obra há muito tempo”, observou Maria Helena.

Segundo o professor da Universidade de Brasília (UnB) Leonardo Cavalcanti, do Centro de Pesquisas e Pós-graduação das Américas e do Observatório das Migrações Internacionais, a “migração qualificada cresceu em torno de 63%”. Segundo ele, dos 200 milhões de migrantes em todo o mundo, 20% são trabalhadores qualificados. Uma das demandas crescentes, como frisou o especialista, tem sido por engenheiros e biotecnólogos. Para o professor, houve uma mudança de percepção quanto a esse cenário: se antes muito se falou sobre a “fuga de cérebros”, com trabalhadores qualificados de regiões como a América Latina, por exemplo, hoje o que se nota é um “intercâmbio de cérebros”, principalmente na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Em sua opinião, um dos desafios é se criar redes de cooperação e integração de programas acadêmicos, harmonizando “e fazendo um processo de intervenção diferente”.

Outro ponto sobre a integração, levantado por Maria Helena Machado, é a eliminação da precarização do trabalho na saúde: “Esse é um problema grave especialmente na América Latina, e quando falamos de



*Samuel Pinheiro Guimarães: Situação para os países em desenvolvimento é muito difícil por conta da crise*

integração, como serão os direitos entre os povos e os trabalhadores – direitos sociais e direitos trabalhistas?”, questionou. Para ela, a representação formal dos trabalhadores no Mercosul, com direito a voz e voto, poderia “incidir sobre as decisões governamentais e contribuir à redução das iniquidades e assimetrias regionais”. “É preciso novas formas organizativas sindicais frente à integração regional, buscando o diálogo e a construção de agendas regionais comuns.”

A diretora da Associação de Docentes Universitários do Uruguai (Adur), Débora Gribov Novogrebelsky, acredita que a ideia de integração deve ser analisada levando em consideração as singularidades de cada um dos países da América Latina: “Isso é de uma grande complexidade e também um desafio”, disse ela. Débora destacou o papel das universidades nessa integração, que podem “consolidar o sistema educativo integrado do Mercosul e fronteiras, com carreiras binacionais”. “Estamos comprometidos com a construção de uma agenda regional e pensando a Universidade da República integrada às demais da América Latina.”

José Luis Porto Carrasco, representante do Plenário Intersindical de Trabalhadores e da Convenção Nacional de Trabalhadores

(PIT-CNT) junto ao Mercosul, destaca que, no âmbito da integração dos universitários, uma das barreiras, por mais simples e fácil de ser transposta, ainda é o idioma. Carrasco sugere a adoção do português e do espanhol (no Brasil) como segunda língua nos países da América Latina. Dos 21 países da região, 18 falam espanhol.

Carrasco acredita que a integração deve estar a serviço da classe trabalhadora, e que ela pode começar “estabelecendo pontes de comunicação e conhecimento”. A CNTU, diz ele, tem grande papel e a oportunidade de compartilhar essa experiência de unificação. O palestrante convidou a confederação a participar dessa mobilização junto à associação que representa – o que foi aceito pelo presidente da entidade, Murilo Celso de Campos Pinheiro: “Nossa intenção é fazermos um convênio entre os trabalhadores universitários do Uruguai e do Brasil. De



*Félix Rígoli: Processo de integração regional deve considerar os trabalhadores*

vemos começar com a valorização de cada profissional. Estamos no caminho correto de trazer essa discussão, que é extremamente importante. Devemos nos unir para garantir melhor qualidade de vida e oportunidades de trabalho para todos da região.” Vice-presidente da entidade, Gilda Almeida – que, ao lado do diretor Wellington Mello, coordenou o evento –, concluiu: “A confederação caminha a passos largos para ser uma das maiores protagonistas nesse processo de integração junto às nossas profissões. É uma necessidade objetiva.”





CONFEDERAÇÃO  
NACIONAL DOS  
TRABALHADORES  
LIBERAIS  
UNIVERSITÁRIOS  
REGULAMENTADOS

***Na luta em defesa  
dos profissionais,  
do desenvolvimento  
socioeconômico  
brasileiro e  
da democracia***



Federação  
Nacional dos  
Farmacêuticos



Federação  
Interestadual dos  
Nutricionistas

[www.cntu.org.br](http://www.cntu.org.br)

**f** CNTU.ProfissionaisLiberais

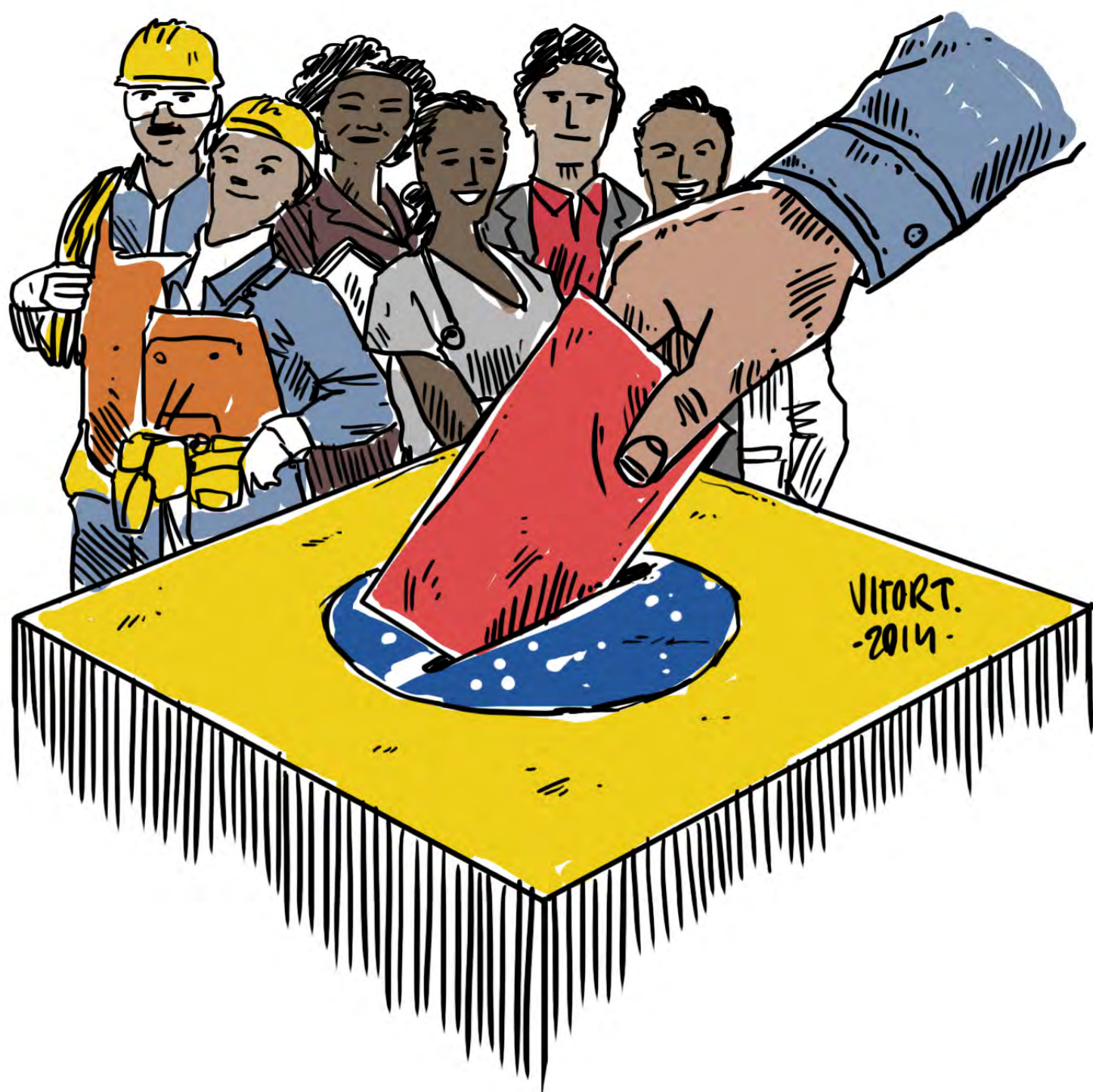
**t** cntu\_sindical

**You Tube** CNTUSindical



# A CNTU e as eleições de 2014

*Contribuições e propostas dos profissionais universitários para o País*



# SUMÁRIO

## **Apresentação: Os profissionais universitários e sua contribuição ao debate sobre os rumos do Brasil**

### **Diretriz I – Estado, democracia e participação social.....32**

- 1 – Consolidação e avanço da jovem democracia brasileira.....32
- 2 – Estado para expansão da vida coletiva e civilizada.....33
- 3 – O fundamental papel do Estado brasileiro.....33
- 4 – Políticas públicas de distribuição.....34
- 5 – Políticas públicas de mobilidade social.....34
- 6 – Políticas públicas empreendedoras.....34
- 7 – Maior participação das mulheres na política.....34
- 8 – Políticas que valorizam a vida e o bem-estar.....34

### **Diretriz II – Universalização dos serviços públicos.....35**

- 11 – Sistema Único de Saúde como prioridade.....36
- 12 – Saúde bucal como política de Estado.....36
- 13 – Previdência básica universal.....37
- 14 – Reforma da gestão pública.....37

### **Diretriz III – Defesa do trabalho e dos trabalhadores.....38**

- 15 – A centralidade do trabalho.....38
- 16 – Redução da jornada de trabalho.....38
- 17 – Política de salário mínimo para combater as desigualdades.....38
- 18 – Valorização do trabalho da mulher.....39
- 19 – Valorizar o Ministério do Trabalho e Emprego.....39
- 20 – Integração latino-americana.....40

### **Diretriz IV – Infraestrutura econômica, social e urbana.....40**

- 21 – Infraestrutura adequada às demandas sociais.....40
- 22 – Cidades sustentáveis e boas de se viver.....41
- 23 – Mobilidade urbana: prioridade em transporte público coletivo.....42
- 24 – Política universal de saneamento básico.....43
- 25 – Energia para o progresso econômico e social sustentável.....43
- 26 – Democratização das comunicações.....44
- 27 – Universalização da banda larga.....44
- 28 – Internet pública para todos.....44

### **Diretriz V – Desenvolvimento, mercado interno, reindustrialização e sustentabilidade.....45**

- 29 – Persistir no crescimento econômico com progresso social.....45
- 30 – Uma sociedade de prosperidade distribuída.....46
- 31 – Mercado interno para impulsionar a indústria.....46
- 32 – Impedir a desindustrialização.....47
- 33 – O papel afirmativo do Brasil.....47
- 34 – Biodiversidade: a grande contribuição do Brasil.....47
- 35 – Indústria de baixo carbono.....48
- 36 – Economia criativa.....48

- 37 – Mais Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia.....48

### **Diretriz VI – Cultura e inteligência brasileiras.....50**

- 38 – A riqueza de uma nação é a sua capacidade de criação.....50
- 39 – Por um Sistema Nacional de Educação Continuada.....50
- 40 – Brasil 2022: O grande salto.....51
- 41 – Comunicação e cultura como direitos sociais.....51
- 42 – Produção e distribuição de produtos culturais brasileiros.....51
- 43 – Descentralização da produção cultural nacional.....51
- 44 – Fortalecimento das mídias não comerciais.....51

### **Diretriz VII – Bem estar social, qualidade de vida e ética.....52**

- 45 – Por uma ética da convivência.....52
- 46 – Bioética para não se fazer mal a ninguém.....52
- 47 – Por uma alimentação nutritiva e sem venenos.....52
- 48 – Contra o uso abusivo de agrotóxicos.....53
- 49 – Uso racional de medicamentos.....53
- 50 – Protagonismo social e emancipação das mulheres.....54

# Contribuição dos profissionais universitários para o debate sobre os rumos do Brasil

Doze milhões de trabalhadores universitários brasileiros constituem a base do chamado qualificado. Porcentagem respeitável, em torno de 12% da População Economicamente Ativa (PEA), é uma das sustentações decisivas da estrutura econômica e social do País. É diante desses trabalhadores universitários que a CNTU vem se manifestar sobre o Brasil no processo eleitoral de 2014, procurando desenvolver um olhar sobre o país a partir dessa base de brasileiros que tiveram a oportunidade de se formar numa universidade e a participar do mercado de trabalho com qualificações. Trata-se de uma elite cultural, e assim, obrigada a pensar o País para além de uma perspectiva corporativista ou classista.

Os trabalhadores universitários conformam um segmento social muito diverso, com variadas condições sociais e culturais, dada a diversidade de origens, de formações e de oportunidades. O que identifica esses profissionais, apesar de toda a diversidade de situações, é a busca do conhecimento. Das mais sofisticadas às mais precárias condições de estudo e trabalho, o trabalhador universitário é aquele que se distingue por ser um sujeito apto a buscar o conhecimento. Portanto, é assim que a CNTU se manifesta, convicta de que, mesmo com todas as precariedades que precisamos enfrentar, somos os trabalhadores universitários, fonte de riqueza e prosperidade numa sociedade que não para de almejar superação, elaborando permanentemente o novo, para o qual o conhecimento é fundamental. Uma sociedade do conhecimento é, portanto, uma economia da criação, intensiva em trabalho mais qualificado.

Aumentar a participação do trabalho

qualificado na PEA brasileira é o horizonte que nos anima. Acreditamos que o Brasil deve apostar no conhecimento para dar um salto e alcançar um novo patamar civilizatório e de soberania, afirmando-se como sociedade moderna, industrializada, desenvolvida, de prosperidade generalizada e com alto desempenho sustentável. E para chegar lá, é preciso dar prosseguimento ao projeto de vencer o subdesenvolvimento que ainda persiste nas relações socioeconômicas e políticas em nosso país. Nesse sentido, apresentamos a seguir um conjunto de propostas que visam ao aperfeiçoamento do caminho que vimos perseguindo.

## *As propostas buscam criar as condições para o País dar um salto à modernidade*

Criar as condições para um salto do Brasil para a modernidade é a nossa tarefa. Adquirir musculatura e flexibilidade para dar o grande salto significa ir adiante no projeto sociodesenvolvimentista. Mesmo que com variadas e, muitas vezes, graves imperfeições, não podemos desistir da nossa tarefa de remover mazelas históricas e contemporâneas de altas taxas de exclusão social, de baixa qualidade

educacional, de formação de bolsões de miséria e pobreza ao lado de ilhas fechadas de prosperidade, de país sucateado, sem infraestrutura adequada para integração nacional e expansão econômica e social. Não dá para ser uma nação moderna sem resolver estes problemas basilares, de superação do subdesenvolvimento. Talvez, pela primeira vez, possamos falar em modernidade no Brasil e não apenas em modernização. Esta moderniza setores e mantém outros no atraso, já a modernidade é um processo de universalização de cidadania política, de direitos sociais consolidados, de riqueza justamente distribuída, de inserção na globalização, não com base em vantagens comparativas, e sim como economia criativa de alto valor agregado, com a promoção das riquezas humanas, da biodiversidade, do equilíbrio socioambiental, da alta capacidade intelectual e cognitiva da nação.

As 50 propostas a seguir, expressas em sete diretrizes, são as apostas dos profissionais universitários no Brasil democrático, republicano, moderno, justo, igualitário, educado, empreendedor, líder de uma nova configuração global. Para atingir esse estado, é condição superar as marcas persistentes do subdesenvolvimento na estrutura social, econômica e política, construindo uma real democracia de massas, construindo uma República universalizadora de direitos e um Estado efetivamente democrático.





# Diretriz I – Estado, democracia e participação social

## 1 – Consolidação e avanço da jovem democracia brasileira

Interrompida diversas vezes e por longos períodos da história do País, a democracia brasileira deu passos importantes nas últimas três décadas em direção a uma democracia política efetiva, com eleições livres e periódicas para os cargos de representação política da sociedade. Os representantes eleitos, por sua vez, têm como tarefa elaborar e executar as normas jurídicas que regem as relações entre os indivíduos, as empresas, as organizações sociais e as instituições estatais. Temos avançado também na direção de uma democracia social com a incorporação socioeconômica de milhões de brasi-

leiros até então desprovidos de visibilidade e reconhecimento social. No entanto, ainda há muito o que se fazer para desmanchar a tradição plutocrática na democracia brasileira em que a riqueza, o dinheiro, influenciam em demasia a composição representacional, fazendo com que representantes atuem em favor de privilégios particularistas, ao invés de universalizantes.

A democracia tem como virtude a possibilidade de aperfeiçoamento contínuo, em que as instituições democráticas devem sincronizar-se com o nível de aprendizado político e das demandas da sociedade. Hoje, no Brasil, o avanço da democracia requer ao menos duas decisivas frentes de ação: 1º) garantir a continuidade do Estado

de inclusão socioeconômico recentemente conquistado e continuar esse processo de inclusão socioeconômica dos mais pobres, dos milhões de miseráveis que ainda temos, consolidando uma democracia de massas; 2º) ir além da democracia estritamente institucional, promovendo uma sociedade capacitada a dar conteúdo efetivo aos valores republicanos democráticos. Ou seja, a combinação de igualdade política, igualdade social e exercício pleno da cidadania, aproximando República e democracia, respeitando-se as diversas esferas e níveis de organização da sociedade.

A democracia política é o campo em que os interesses podem livremente se expressar e em que se efetiva o processo de socialização para uma cidadania ati-



va. O seu papel civilizatório consiste em propiciar a passagem do interesse egoísta para a criação do direito como obra continuada de todos, buscando suplantar a fragmentação por laços de solidariedade social. Essa tarefa está muito bem explicitada na Constituição de 1988 na medida em que estendeu às grandes maiorias, em contexto democrático, o acesso aos procedimentos que levam à elaboração das leis e mesmo ao controle da sua produção, permitindo aos antigos e novos atores da esfera pública combinar ações da vida associativa e dos órgãos de representação com novos tipos de instituições. Trata-se, portanto, de caminho inédito no Brasil, em que a República se recria por baixo, enraizada nos interesses e expectativas de direitos.

## 2 – Estado para expansão da vida coletiva e civilizada

O poder do Estado é um agenciamento coletivo para que a comunidade humana – a convivência – possa sobreviver e se expandir. Portanto, trata-se do entendimento do Estado como uma grande produção humana, um patamar de força, onde se afirma a luta das paixões individuais, mas definitivamente um estágio superior, que permite uma melhor convivência entre os diferentes e a oportunidade de produção de relações melhores e mais equilibradas. A sociedade civil deixada por si só não tem mecanismos de universalizar as preferências. Por outro lado, o Estado sem a participação e o controle social é presa fácil do autoritarismo e dos interesses privados de toda sorte que buscam capturar as instituições e funções públicas. Portanto, é decisivo buscar formas de articular impecavelmente essas duas entidades, o Estado e a sociedade civil. Para fazer avançar a democracia numa concepção republicana, é necessário avançar para uma cidadania dotada de referências universalizadoras. Os governos devem, nesse sentido, construir políticas capazes de criar sinergias entre Estado e sociedade, possibilitando avanços na convivência social e alicerçando a governabilidade. Não se trata apenas de agir no plano formal,



criando leis vinculantes para todos, mas também de fazer com que o Estado, através de políticas públicas, impulse no interior da sociedade a cultura política universalizadora para o futuro do nosso país.

*Estado sem a participação e o controle é presa fácil do autoritarismo e dos interesses privados*

## 3 – O fundamental papel do Estado brasileiro

O Estado no Brasil teve um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do País e acreditamos que ainda tenha. Em nosso entender o Estado não deve ser grande ou pequeno e sim ter um aparato do tamanho necessário para que possa exercer seu papel em defesa da sociedade e ao mesmo tempo ser controlado por ela.

Nunca é demais lembrar que 83% dos estudantes antes de chegarem à universi-

dade estudam em escolas públicas, e que mais de 150 milhões de brasileiros dependem do Estado para serem atendidos na área da saúde. Portanto, se o Estado não estiver presente, a maioria absoluta da sociedade brasileira não será atendida nas áreas de educação e saúde. Por outro lado, um dos problemas mais graves que levou ao aprofundamento da crise brasileira foi o abandono do planejamento. O planejamento é um instrumento fundamental para que possamos alcançar objetivos de médio e longo prazos, seja na área da educação, tecnologia, saúde, infraestrutura, indústria e outras mais. E quem tem condições de fazer este planejamento, levando em consideração os interesses da maioria da sociedade brasileira, é o Estado.

Por outro lado, para que o Estado possa estar presente de forma efetiva na execução das políticas públicas, precisa ter recursos suficientes para isso. Para tanto, propomos uma reforma tributária estrutural em que possa haver a diminuição da cobrança de tributos sobre a grande maioria do povo brasileiro e também sobre as pequenas e médias empresas e, ao mesmo tempo, preservando a capacidade de investimento da área pública. Para alcançar esse objetivo é necessário aumentar a carga tributária direta sobre a riqueza, a propriedade, a renda e a herança, e diminuir esta carga sobre o consumo.



## 4 – Políticas públicas de distribuição

Nosso País continua entre os dez piores do mundo em relação à distribuição de renda. Apesar de ser a sétima maior economia, o Brasil está na 85ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Portanto, é imprescindível para o avanço e a sustentabilidade da democracia brasileira, dar continuidade aos programas distributivistas, aprofundar a política de distribuição e inclusão social.

A perpetuação de misérias e pobreza historicamente criadas, associadas à produção e reprodução de pobreza, soma-se a misérias criadas pelos paradigmas atuais de produção, com o descarte do trabalho e do trabalhador e o desinteresse pelos seus destinos. Esses dois movimentos, um trazido pelo passado, outro pelo presente, devem ser objetos de políticas que garantam futuro: a garantia de um mínimo social, ou seja, das pessoas em condições de extrema pobreza terem acesso a uma renda mínima, impedindo assim a ruptura brutal de laços sociais quando as desigualdades tornam-se extremas e, assim, intoleráveis.

A distribuição de riqueza, e não apenas de renda, torna-se imperativo nas sociedades democráticas em seu estado atual no Ocidente. Desmanchar o nó, antes que ele seja górdio, da alta concentração das riquezas pelas minorias e o baixo acesso à riqueza pelas majorias, converte-se no grande objeto da política, fazendo com que a ação pública ao menos iniba esses processos de concentração através de políticas distributivistas não apenas de renda, mas também de outros diversos serviços e acessos.

## 8 – Políticas que valorizam a vida e o bem-estar

Para se criar alternativas frente à cultura de consumo desenfreado, de produtos e serviços nos mais diversos aspectos da vida, da saúde, da educação, do lazer, da cultura, da arte, promover as ações que valorizam o bem-estar, a saúde, o convívio, a proteção dos mais vulne-

## 5 – Políticas públicas de mobilidade social

A previdência, o salário mínimo e o programa Bolsa Família, dentre outros, tiveram papel decisivo na redução da desigualdade, sobretudo para tirar as pessoas da miséria absoluta no Brasil. Esse ciclo ficou evidente na última década com enormes repercussões sobre o mapa social, em que o espaço público e o mercado passaram a receber milhões de brasileiros, antes ocultos nas enormes periferias e bolsões de misérias nas cidades e no campo.

Nesse sentido, é positivo o crescimento da renda do trabalho de 38% para 46% na primeira década deste século (de modo que chegamos onde estávamos em 1980), com a geração de 20 milhões de empregos (94% deles de até 1,5 salário mínimo), a valorização do salário mínimo e as políticas de transferência de renda. No entanto, isso não sustenta o desenvolvimento do País a médio e longo prazos, pois o que ocorreu foi crescimento no consumo, sem desenvolvimento industrial significativo e, por isso, com geração de empregos de baixa remuneração.

Para fazer avançar a democracia socioeconômica no Brasil, não basta a mobilidade praticamente restrita à base da pirâmide social e pouco expressiva nos setores intermediários. Não há progresso econômico e não há democracia real sem classe média forte, culturalmente avançada e empreendedora. É fundamental a educação de qualidade, pública, gratuita e universal, mas isso não basta. É preciso ter política industrial, tecnológica e de fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas com capacidade de inovação.

ráveis (os idosos, as crianças, pessoas com deficiência, doentes e incapazes). Transformar as cidades em lugares com qualidade de vida é imperativo da democracia, caso contrário, podem ser geradas crises insuportáveis de mal-estar e convivência.

## 6 – Políticas públicas empreendedoras

As políticas de emprego não devem visar apenas ao emprego tradicional, gerados pelo grande investimento, agindo na criação de empregos diretos e indiretos. É necessário, nesse campo de empregos e oportunidades, também experimentar germes de modelos de sociedades laboriais não tradicionais, marcadas pela inovação não só de produtos, mas também nos modos de produzir, distribuir e consumir. O País deve ser um laboratório ou usina de geração de oportunidades que gerem renda, mas que também visem criatividade, qualidade de vida, bem-estar, melhor distribuição dos frutos do trabalho e outros paradigmas que reencantem o trabalho e a vida social.

## 7 – Políticas públicas para maior participação das mulheres na política

Um dos desafios maiores das democracias neste século é a política contar com maior participação das mulheres e, consequentemente, na distribuição mais representativa entre os gêneros dos cargos políticos e de poder. As mulheres são maioria da população e do colégio eleitoral, e estão perto de ser maioria no mercado de trabalho no Brasil. No entanto, sua representação na política é muito pequena. É preciso mudar isso para que a democracia não seja manca. As mulheres e os jovens são a grande força de renovação da política e assim devem ser saudados, estimulados, apoiados, empoderados, para que de fato a democracia seja mais plena.

*Não há progresso econômico e não há democracia real sem classe média forte, culturalmente avançada e empreendedora*





# Diretriz II – Universalização dos serviços públicos

## 9 – Serviço público pela vida e igualdade

Por um modelo de prestação de serviço público fundado em princípios éticos e respeito aos direitos de cidadania, cuja dimensão normativa seja elaborada a partir da experiência histórica, que acumulou conquistas notáveis nos campos da economia, da política e da cultura. Em matéria de cidadania, os direitos políticos avançaram, com a universalização do voto e a eleição de presidentes identificados com a melhoria das condições de vida do povo. Os direitos civis foram suspensos, muitas vezes, e outras tantas, reconquistados. Saímos da posição de grande fazenda, em 1930, para a de uma economia industrial das mais importantes do mundo. Obtivemos grandes vitórias e devemos nos orgulhar do muito que realizamos, pois avançamos significativamente em montar um serviço público para promover a vida com dignidade, solidariedade e igualdade. Foi um marco a retomada e aprofundamento desse processo na Constituição Federal de 1988, que possibilitou a consolidação de uma ampla rede de proteção formada pela seguridade social, garantindo cobertura ao trabalhador rural, seguro-desemprego, assistência social e programas de transferência de renda e universalização do acesso aos serviços de saúde e à educação básica. Nesse contexto, ressalta-se o

decisivo papel da previdência pública na distribuição de renda, atendendo a mais de 28 milhões de beneficiários no único sistema de garantia de renda mínima de longo prazo.

*Salário mínimo e serviços públicos de qualidade são os pilares de uma sociedade melhor*

## 10 – Coibir a lógica mercantil no serviço público

A lógica mercantil – tomando o serviço público como mercadoria – substituindo o conceito de cidadão pelo de consumidor não nos parece a mais acertada. Presente, no entanto, cada vez mais na prestação do serviço público, as terceirizações do Estado no atendimento ao cidadão devem ser objeto de debate e avaliação pelo cidadão e pelo Estado, que não pode perder a prerrogativa do planejamento público com a participação social nos serviços

públicos. Não se deve perder de vista que, juntamente com o salário mínimo, os serviços públicos gratuitos têm sido, até agora, o principal instrumento de redistribuição de renda. Salário mínimo e serviços públicos são os pilares de uma sociedade melhor. Melhor porque enseja justiça, melhor porque atribui prioridade à dignidade humana. A permanência da sociedade brasileira nestes objetivos requer soberania e democracia. Somente governo soberano e democrático terá a autoridade e o poder necessários para coibir a lógica mercantil na prestação de serviços públicos, limitando especulação e ganhos abusivos mediante a adoção de uma taxa máxima de rentabilidade dos capitais aplicados. O grau de legitimidade dos futuros governos irá depender da opção por critérios de justiça na regulação dos serviços públicos, de maneira a garantir-lhes correspondência com os anseios da grande maioria da população por uma vida com dignidade, solidariedade e igualdade. É preciso priorizar a melhoria da qualidade dos serviços públicos, garantindo-se a universalização e o atendimento integral das necessidades sociais básicas da população, ou seja, saúde, habitação, saneamento ambiental, energias sustentáveis, alimentação, transporte, segurança, comunicação, educação e cultura.

## 11 – Sistema Único de Saúde como prioridade

O desafio do País é tornar a saúde uma real prioridade de governo. Todas as pesquisas de opinião mostram que a saúde é o principal problema na visão da população. Um país que se dá ao luxo de gastar R\$ 150 bilhões/ano com juros da sua dívida pública, certamente, pode abrir o caminho para que o Congresso Nacional e os governos respondam aos anseios da população brasileira, aumentando significativamente o orçamento da saúde e fazendo a sua regulamentação definitiva.

São justas, e delas participamos, as mobilizações das entidades de saúde e da sociedade civil por medidas legais que garantam o repasse de mais recursos para o SUS como o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública – Saúde + 10, que busca assegurar o repasse efetivo de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública brasileira. Infelizmente, o Congresso Nacional não vem dando ouvidos à mobilização de milhões de brasileiros que buscam assegurar recursos adequados à saúde pública.

Depois de mais de 20 anos de sua implantação, para que o SUS se consolide como a Constituição apregoa, é preciso firmar, definitivamente, um financiamento adequado, uma gestão profissionalizada e compartilhada entre todos os níveis de poder e uma política de recursos humanos que valorize efetivamente os profissionais. A saúde é “direito de todos, dever do Estado”, e o SUS deve atender à demanda da população por saúde, cumprindo seus princípios norteadores de: universalização (com garantia de atenção à saúde a todo e qualquer cidadão); equidade (pressupõe que todo cidadão tem iguais condições); integralidade (atendimento integral em todas as suas dimensões — promoção, prevenção e reabilitação).

Para a qualidade na atenção à saúde, é preciso garantir a humanização do SUS, revendo-se o aparelho formador dos profissionais de saúde e as relações dos profissionais com os pacientes. O aparelho

formador é atualmente caracterizado em grande parte por formação deficiente com crescente número de escolas com baixa qualidade de ensino, inclusive sem hospitais universitários que garantam a formação prática e residência médica. O tecnicismo impera na grade curricular, na qual a formação humanística e o contato com as realidades sociais e cotidianas dos pacientes estão limitadas.

## 12 – Saúde bucal como política de Estado

A saúde bucal no País tem sido relegada ao esquecimento quando se discutem as condições de saúde dos idosos. A perda total de dentes ainda é aceita como algo natural com o avanço da idade, e não como reflexo da falta de políticas preventivas de

saúde. Além de sua ausência, também é grave a inexistência de tratamento restaurador ao alcance da maioria da população. Apesar de o direito à saúde ser garantido pela Constituição Federal, somente a partir de 2003 se implantou uma política nacional de saúde bucal atendendo aos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Atualmente, há uma política nacional de saúde bucal, que tem propiciado substancial melhora no acesso ao atendimento odontológico. Mas não está garantido seu prosseguimento, especialmente em relação à demanda por prótese pela população idosa, que encontra muitas resistências na sua efetiva implantação, em virtude dos aspectos ideológicos, políticos e financeiros. É necessário, portanto, que se mobilizem em favor dela apoios institucionais nessa jornada de erradicar a chaga social representada pela ausência parcial ou total de dentes, que promove a exclusão social e atenta contra a dignidade humana.

Pelo direito de todos os brasileiros à





saúde bucal e de acesso aos serviços odontológicos de qualidade. É necessário priorizar a reabilitação bucal dos idosos com 65 anos ou mais, faixa da população que é a principal vítima de histórica política, que geralmente reduzia o atendimento de adultos à extração de dentes.

Sinaliza-se, nos últimos anos, uma vontade de mudança no sistema brasileiro de saúde pública. Contribuir para garantir que essa vontade seja ampliada, continuada e efetiva política pública é o sentido precípuo da campanha Brasil Inteligente, da CNTU: Reabilitação bucal para inclusão social.

## 13 – Previdência básica universal

Ampliar a cobertura previdenciária como forma de garantir uma previdência básica universal para todos os trabalhadores. Verifica-se um envelhecimento da população brasileira, em que se projeta um salto das três milhões de pessoas com mais de 80 anos, atualmente, para 12 milhões em 2030. O Estado deve se preparar para essa gran-

de questão, pois serão exigidas políticas de saúde muito diferentes das que temos hoje. Se os idosos estão relativamente bem protegidos pela previdência, o mesmo não é certo para os idosos de daqui a pouco, pois a informalidade é alta. Grave, nesse sentido, é a exclusão da previdência de 40% da População Economicamente Ativa (PEA). O grande desafio é trazer para dentro da previdência os 11 milhões de trabalhadores que estão na informalidade, não obstante a ampliação do mercado formal. É fundamental perseguir a universalização da cobertura da seguridade social em prazo relativamente curto e numa faixa de idade em que é bem mais difícil obter-se um emprego formal. A grande maioria da PEA tem enorme dificuldade de encontrar emprego após os 65 anos, sendo que para as mulheres, a informalidade é ainda mais grave.

Fundamental ainda é a extinção do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias. A alegação de que não existem recursos para promover o fim do fator não procede, pois a cada ano milhões de reais saem oficial-

mente dos cofres da Seguridade Social para serem aplicados em outros fins.

## 14 – Reforma da gestão pública

É preciso uma reforma da gestão pública que remova as graves deformações históricas e contemporâneas, como a corrupção, o clientelismo, o favoritismo e a especulação. É necessário ainda: realinhar a gestão pública com as conquistas e direitos proclamados pela Constituição de 1988; adequar a gestão pública aos novos desafios do desenvolvimento brasileiro e da complexidade do tecido social; remover os conceitos norteados pela última reforma administrativa, que implementou a privatização do planejamento e da gestão pública e o esvaziamento da participação da cidadania; promover a profissionalização e a transparência da gestão pública, garantindo a qualificação permanente e valorização dos servidores, o desenvolvimento das carreiras públicas e a informatização dos processos de gestão; e assegurar a renovação dos quadros técnicos mediante concursos públicos, eliminando a terceirização.



# Diretriz III – Defesa do trabalho e dos trabalhadores



## 15 – A centralidade do trabalho

O que vivemos não é a perda da centralidade do trabalho e sim um processo de globalização que, dentre outros efeitos, expande o trabalho mal remunerado e a precarização, especialmente nos setores de produção intensiva. De uma forma geral, no entanto, é unânime a constatação da precarização e deterioração das condições de ocupação da força de trabalho em todos os setores, inclusive naqueles em que a CNTU ar-

*A redução da jornada de trabalho pode compensar o desequilíbrio provocado pela extrema concentração de renda e riqueza*

ticula, os profissionais universitários. As que já foram “as melhores profissões da República”, como médicos e engenheiros, enfrentam sérios problemas para gerarem condições razoáveis

de trabalho e existência. Há baixos salários, desemprego, rotatividade, terceirização, desqualificação das competências e obsolescência dos saberes, dentre outros movimentos de instabilidade e dificuldades do mundo do trabalho, inclusive daqueles que, ao menos teoricamente, têm as melhores condições de um trabalho digno – que seria o do profissional com ensino superior numa sociedade em que informação e conhecimento são reconhecidos como centrais na produção de mais valor.

Resistir à precarização do trabalho é lutar por conquistas que impactem positivamente nas condições gerais da classe trabalhadora, com políticas de valorização do trabalho, como a diminuição da jornada e o crescimento do salário mínimo. Há ainda outras medidas que podem dar conta da diversidade de situações de contratos e formas de organização do trabalho na atualidade, como, por exemplo, políticas que considerem o crescimento do trabalho imaterial e a necessidade de melhorias nas condições de trabalho a que estão submetidos trabalhadores de alta produtividade e baixa proteção social.

## 16 – Redução da jornada de trabalho

O reino da liberdade – tão almejado por todos ou por muitos, prometido pelas correntes que apregoam o fim da centralidade do trabalho – deve ser sim buscado, construído, num processo de lutas por medidas que amenizam o peso e a centralidade do trabalho na grande massa trabalhadora. Entre essas medidas estão o crescimento da produtividade social do trabalho e a diminuição da jornada.

Não há razão técnica que justifique a jornada tão elevada como temos hoje, se comparada à expansão da produtividade do trabalho. Grande parte desse esforço está sendo capturado por processo de brutal concentração de renda e riqueza. Há que se pensar alternativas de repartição da riqueza. A redução da jornada de trabalho pode ser um elemento-chave para compensar o desequilíbrio brutal provocado pela extrema concentração de renda e riqueza. A redução de 44 para 40 horas deve estar no bojo de um conjunto de bandeiras dos trabalhadores.

## 17 – Política de salário mínimo para combater desigualdades

Construir uma política de salário mínimo implica em olhar para a frente e ter uma política de médio e longo prazo. Nessa ótica, o salário mínimo não deve servir apenas para enfrentar a pobreza, em famílias de baixíssima escolaridade ou muito numerosas. Em praticamente todos os países em que foi constituído, seu papel tem sido o de evitar que trabalhadores em setores de baixa produtividade tenham uma remuneração muito menor

do que os trabalhadores empregados em setores de maior produtividade.

Apesar de grande parte da população ocupada no Brasil ganhar mais que um salário mínimo, a política de salário mínimo brasileira ainda tem a missão de combater extremas desigualdades e condições díspares de trabalho. Assim, há que se reafirmar, mantendo ou ampliando – e não retrocedendo – a atual política de correção do salário mínimo. A adoção do salário mínimo nacional e a recuperação de seu valor de compra vêm permitindo a milhões de famílias melhorar de padrão de vida, ingressando no mercado de consumo. Um dos avanços é a antecipação do reajuste do salário mínimo, que acontecia tradicionalmente em 1º de maio, para 1º de janeiro. Outra conquista significativa é a fixação de uma política de valorização que garante, além do reajuste da inflação registrada no ano anterior, uma correção do mínimo baseada na média do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos dois anos anteriores, promovendo transferência de renda para a base da pirâmide e, assim, fortalecendo o mercado interno.

## 18 – Valorização do trabalho da mulher

As mulheres constituem 52% da população brasileira, 53,7% da população em idade ativa, 46% da população economicamente ativa e 43% da população ocupada. Mesmo sendo ainda minoria entre os trabalhadores e maioria (57%) da população desocupada, chamam a atenção o vigor e a persistência do crescimento relativo da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro nos últimos 30 anos. Outro acontecimento notável nesse mesmo período é o avanço da escolaridade entre as mulheres brasileiras ocupadas, com predomínio nos últimos anos da faixa com segundo grau completo e incompleto, e com expressiva expansão da faixa com terceiro grau completo e incompleto. No entanto, as mulheres sofrem sérias restrições e desvantagens no trabalho, com salários menores que

os homens; têm muito menos oportunidades que os homens de exercer cargos de alto comando; além de diversos outros problemas, que a grande maioria das mulheres vivencia no dia a dia, como a dupla jornada de trabalho, o assédio moral, exposição maior ao desemprego, aos trabalhos precários, à violência sexual e doméstica etc.

Há que se ter um conjunto articulado de políticas que empoderem a mulher na vida social, econômica e política, de modo que elas possam fazer valer seus direitos de ter trabalho decente, receber salários iguais aos homens, ter valorizadas as profissões consideradas femininas, as profissões do cuidado, ao mesmo tempo em que se deve remover as dificuldades e resistências das mulheres para se expandir em áreas ainda de predomínio masculino, nas ciências exatas, por exemplo. Ter iguais oportunidades de trabalho e de crescimento profissional é outro valor e medida que deve ser generalizada para toda a sociedade. É preciso ainda estimular e apoiar estudos de gêneros e trabalho para subsidiar políticas de promoção de valores de igualdade e cooperação entre os sujeitos que trabalham.



## 19 – Valorizar e fortalecer o Ministério do Trabalho e Emprego

Diversos são os indícios e demonstrações do enfraquecimento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ao longo das últimas décadas. Entre eles, o déficit relativo à fiscalização. Segundo levantamento, hoje, o País conta com 3 mil auditores, o que significa um para cada 3 mil empresas, num universo de uma População Economicamente Ativa (PEA) que ultrapassa os 100 milhões. Em 1994, eram 5 mil auditores para uma PEA de 40 milhões. Soma-se à escassez de quadros, a falta de estrutura administrativa e de recursos para cumprir obrigações legais. Essa precariedade colabora para o desrespeito à legislação, a informalidade e também para o aumento do número de acidentes de trabalho. Nesse setor, a Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro) carece de melhorias, tida como um centro de referência, hoje está desprestigiada.

Ao longo dos anos, o MTE perdeu importantes prerrogativas como a de determinar o orçamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que passou a ser submetido ao Ministério do Planejamento. Isso resultou em cortes, diminuindo a sua importância. A pasta também teve a sua participação na formulação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) reduzida. O programa hoje está alocado no Ministério da Educação e sem abertura à participação dos trabalhadores por meio de grupos ou comissões tripartites.

Esses são alguns exemplos que indicam um quadro preocupante, cuja reversão defendemos veementemente. Em primeiro lugar, é preciso que a pasta seja fortalecida do ponto de vista orçamentário e institucional, o que significa dotar-lhe dos recursos necessários para o desempenho de suas funções, dentre elas, e principalmente, a inspeção do trabalho. Outro ponto fundamental é restabelecer sua soberania sobre as questões de sua responsabilidade no âmbito das relações

do trabalho, da saúde e segurança, do registro sindical, além de assumir papel relevante no debate sobre programas de geração de emprego e renda, inclusive os relativos à economia solidária, a luta pelo trabalho decente e contra o trabalho escravo. Merece ação destacada do MTE o combate à rotatividade no emprego que ultrapassa os 50% no Brasil, conforme estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Além de ser fator de instabilidade para o trabalhador, isso significa rebaixamento salarial e impedimento de formação profissional e gera demanda potencial ao seguro-desemprego e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

No que diz respeito à intermediação de mão de obra, outra função de grande relevância, é essencial reestruturar o sistema que tem uma série de dificuldades, demandando investimentos para tornar-se eficaz. Mais de 80% da alocação não passa pelo MTE, que assim se afasta da tarefa imprescindível que o País tem hoje de incluir no mercado de trabalho a população fora dele, notadamente os jovens e os mais pobres, com oferta de formação e emprego decente.

Cabe também ao MTE na área da qualificação profissional e da educação continuada, protagonismo no sentido de indicar a demanda existente, segundo trabalhadores e empresas. Tal atividade tem papel preponderante ao desenvolvimento nacional, tendo em vista a necessidade crescente de capacitação, sobretudo para as novas atividades da economia do século XXI.

É essencial que o MTE assuma essa nova postura, recuperando seu protagonismo. Esse será também o caminho para conquistarmos a centralidade do trabalho no nosso desenvolvimento socioeconômico, incluída aí importância da mão de obra brasileira, o que se estende aos

profissionais de formação universitária, parte integrante e essencial de qualquer projeto de nação.

## 20 – Integração latino-americana

No processo de integração da Latino-América — mais lento do que o almejado, mas imprescindível para o futuro dos nossos povos no processo de globalização, é preciso que as vozes dos trabalhadores universitários sejam ouvidas em todos os fóruns de debate, decisão e encaminhamento da integração continental. Os trabalhadores universitários, os sindicalistas, devem participar desse esforço coletivo de tecer respostas para as muitas questões colocadas pelo sonho e pelas tarefas efetivas de integração dos povos da América Latina e Caribe. A integração não deve levar apenas em conta a parte comercial e econômica, mas deve ser, também, complementar, solidária e cooperativa. Para tanto, é imprescindível

nesses processos o protagonismo dos sindicatos de trabalhadores nas discussões da integração latino-americana e caribenha e nos demais organismos de integração e cooperação, como o caso do Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Devemos trabalhar para a unidade nacional, regional e continental e buscarmos temas comuns que unifiquem os trabalhadores latino-americanos e caribenhos, como a defesa do salário mínimo, da seguridade social e do tripartismo (governo, empresários e trabalhadores) em todas as grandes discussões. Para além dos direitos do trabalho e da compatibilização de carreiras profissionais em contexto de migração de trabalhadores, os profissionais universitários querem participar também de debates de outros temas de real importância para a integração, como é a democratização da mídia, inclusive em prol de uma comunicação que favoreça a integração física, através de infraestrutura, e cultural do continente, ampliando a pluralidade das fontes de informação.

# Diretriz IV – Infraestrutura econômica, social e urbana

## 21 – Infraestrutura adequada às demandas sociais

Atualmente, a relação PIB/investimentos em infraestrutura no Brasil está em torno de 2,7%. Entre 2006 e 2009, a inversão foi em média de 2,1%. Para alcançar o patamar recomendado pelo Banco Mundial e manter o estoque de capital existente, acompanhar o crescimento e as necessidades da população e, progressivamente, universalizar serviços de água e saneamento (20 anos) e eletricidade (cinco anos), o índice necessário é de 3%, sem contar o déficit acumulado. Caso o Brasil queira alcançar, em 20 anos, os atuais padrões de infraestrutura observados, por exemplo, na Coreia do Sul, seria

necessário elevar os investimentos a 4% a 6% do PIB ao ano por duas décadas.

O Brasil possui grandes e complexos sistemas de infraestrutura econômica, social e urbana, instalados no território nacional ao longo do século XX, frutos de investimento e trabalho de sucessivas gerações que permitem à economia brasileira se posicionar em sétimo lugar no ranking mundial. Durante mais de duas décadas, no entanto, a infraestrutura brasileira esteve sob forte ameaça de sucateamento, em função da crise fiscal do Estado, da restrição aos financiamentos externos, da instabilidade regulatória, das opções políticas neoliberais e de outras dificuldades. A retomada do planejamento estatal e do investimento teve momento importante com o advento do Programa de Aceleração do Crescimento



(PAC), apontando nova fase de perspectivas positivas. Mesmo atropelado por forte crise internacional, o País vem realizando avanços na geração de oportunidades, renda e empregos e na recuperação e ampliação de sua infraestrutura, especialmente de energia e logística, com alguns avanços também em infraestrutura urbana. Necessário levar a cabo essas ações e outras, de modo a vencer os enormes gargalos e demandas não atendidas. O grande desafio, no entanto, é realizar um pacto social que sustente uma forte opção do planejamento e do investimento em infraestrutura social e urbana, ou seja, aquela que visa à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos através de equipamentos adequados, modernos e de ação democrática e socializante.

## 22 – Cidades sustentáveis e boas de se viver

As cidades devem ser questão central no debate e nas decisões da sustentabilidade mundial. Mais de 50% da população mundial (ou 3,6 bilhões) já vive no meio urbano e a previsão é que, em 2050, esse contingente chegue a 70% (6,3 bilhões), atingindo quase 100% ao final deste século. Toda a rede urbana mundial será extremamente impactada com esse crescimento vertiginoso, exigindo-se medidas que respondam a um conjunto de complexos problemas a serem enfrentados. A começar, agir na contramão, verificando a potencialidade da economia verde e outras propostas de desenvolvimento sustentável, como políticas de mitigação da concentração socioterritorial e de criação de alternativas de desenvolvimento mais bem distribuídas social e espacialmente.

A grande maioria da população brasileira habita cidades que integram aglomerados urbanos ou metrópoles, de modo que pequenas partes do território brasileiro concentram quase toda a população do País. Quarenta por cento dos habitantes vivem em 20 regiões metropolitanas, nas quais o conceito de município torna-se anacrônico, pois as grandes questões têm dimensão supramunicipal. É preciso conquistar na prática e como ente federado a figura das auto-

ridades metropolitanas para o adequado planejamento integrado dessas regiões, onde os problemas sociais, urbanos e ambientais são de grande monta, e exigem ação articulada para acelerar o desenvolvimento local e reorganizar as cidades. Há grandes problemas a serem enfrentados para se evitar o colapso dos grandes centros urbanos, os quais têm suma importância econômica e social na dinâmica nacional.

### A CNTU aponta as 12 questões centrais no debate das cidades:

#### 1) Planejamento

Planejamento democrático, participativo e integrado para orientar o desenvolvimento das cidades.

#### 2) Transporte público

Prioridade ao transporte público de média e alta capacidade, como o sobre trilhos e os corredores exclusivos para circulação de ônibus com implantação de sistemas que utilizem energia de tração limpa e de fonte renovável, com maior participação do etanol e biodiesel, elétricos e híbridos;

#### 3) Educação

Comprometimento de todos os esforços governamentais e sociais na reversão da baixa qualidade da educação pública, perseguindo a sua universalização e alta qualidade, de modo a garantir que todos sejam capazes de atuar com autonomia na complexa realidade da sociedade da informação e do conhecimento. Isso passa necessariamente pela valorização do professor, ou seja, remuneração, qualificação e condições de trabalho condizentes com a importante e decisiva função dos educadores.

#### 4) Saúde

Existe insatisfação geral da população com serviços de saúde. As pessoas querem com justeza que os serviços sejam cada dia melhores, na busca de satisfação de suas necessidades básicas. A construção do direito à saúde ainda é nova no Brasil. O Sistema Único de Saúde (SUS) só foi regulamentado em dezembro de 1990. Apesar de todas as dificuldades, esse modelo vem se consolidando em um conjunto normativo de base constitucio-

nal. É preciso reconhecer, continuar e aprofundar o esforço nacional que procura tornar realidade os princípios e diretrizes de universalidade, equidade, integralidade e de participação da comunidade.

#### 5) Habitação

Mesmo com os avanços da política de habitação, o déficit no Brasil é de 5,8 milhões de moradias. Para preservar a estrutura urbana e garantir qualidade de vida, é decisivo que cada família disponha de residência adequada com serviços sanitários, de iluminação, infraestrutura de acesso, localizada em bairros portadores de equipamentos públicos de transporte, educação, saúde e lazer.

#### 6) Iluminação pública

É preciso reverter o fato de que as cidades brasileiras são muito escuras à noite, com insuficiente iluminação pública, gerando insegurança ou a sensação dela.

#### 7) Saneamento e resíduos sólidos

Coleta e tratamento do esgoto e resíduos sólidos dão uma responsabilidade de toda a sociedade, cabendo aos entes federativos elaborar seus planos para execução de ações nessas áreas. O saneamento básico, que diz respeito à distribuição de água tratada, coleta e tratamento de esgotos, ainda não foi universalizado. Mais de 95% da população urbana brasileira têm água tratada, mas, se considerada a área rural, 18% estão excluídos desse direito básico. Quanto ao esgoto, 52% têm serviço de coleta nas cidades, mas apenas 37,9% são tratados. Outra preocupação diz respeito à ausência no oferecimento de destinação final ambientalmente adequada para os resíduos sólidos. A maior parte dos municípios ainda faz uso dos lixões, que deveriam ter sido extintos até agosto de 2014, conforme previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). Faz-se obrigatória a estruturação de tratamentos corretos para lâmpadas, óleos lubrificantes, pilhas, agrotóxicos, pneus, produtos eletroeletrônicos, medicamentos e lixo hospitalar. As cidades

sofrem ainda de crescentes problemas de drenagem urbana, causados pela baixa permeabilidade dos solos, canalização de rios, ocupação de encostas e de mananciais.

#### **8) Energia e meio ambiente**

Em prol da sustentabilidade, fazer com que os investimentos públicos e privados estejam focados de modo a promover infraestrutura urbana sustentável; adotar metas ousadas de baixa emissão de carbono; promover a arborização urbana através da formação de bosques e parques lineares; realizar a gestão integrada de resíduos e geração de energia a partir desses; estimular construções sustentáveis; realizar a drenagem urbana visando à ampliação da permeabilidade dos solos; planejar cidades compactas buscando reduzir distâncias entre trabalho e moradia; implantar bicicletários e ciclovias; realizar a adaptação da cidade às vulnerabilidades climáticas e prevenção de catástrofes; desenvolver fontes de energia no ambiente urbano, diminuindo distâncias na sua distribuição; incentivar a economia verde, dentre outras ações. Há soluções relativamente simples que podem dar grandes ganhos ambientais às cidades brasileiras. Exemplo disso é o estímulo ao uso da água da chuva para fins diversos, como lavagem de carros e rega de jardins. A coleta e a armazenagem dessas águas podem e devem se tornar hábito difundido, inclusive, aliviando as operadoras dos serviços municipais de água e esgoto. Outra solução relativamente simples é aproveitar o enorme potencial de arborização e faixas gramadas ao longo das ruas, aumentando a permeabilidade do solo, reduzindo o custo da pavimentação e promovendo urbanismo mais verde ao longo de todas as pequenas ruas das cidades.

#### **9) Desenvolvimento local**

As municipalidades podem e devem ter políticas de desenvolvimento local capazes de implementar oportunida-

des de emprego de melhor qualidade e renda, removendo entraves e estimulando a criação de ambiente regulatório, econômico e social favorável, além de oferecer serviços de apoio aos agentes públicos e privados interessados em investir e inovar. Os jovens devem receber atenção especial, na busca de mais e melhores oportunidades de trabalho e qualificação profissional. O esforço de garantir melhor educação deve ser acompanhado de políticas intensas de geração de empregos e, portanto, de promoção de investimentos.

#### **10) Arte e cultura**

Condições da civilização e aprimoramento da vida humana, as municipalidades devem ofertar à população um conjunto de equipamentos culturais, ou seja, bibliotecas, teatros e museus, dentre outros. Além de ter garantido o acesso à audiência artística e cultural, os cidadãos, especialmente as crianças e jovens, têm direito de expressar-se nesse contexto, ou seja, de acessar recursos em que possam aprender e desenvolver habilidades, como literatura, música, dança, artes plásticas e produção audiovisual.

#### **11) Lazer e convivência**

Crescente reivindicação e direito da cidadania, as municipalidades devem oferecer ambientes estruturados como parques, jardins, clubes esportivos, espaços de encontro e lazer, que melhoram substancialmente a qualidade do ambiente urbano e da vida das pessoas, incluindo a crescente população idosa. Combater a solidão e fomentar a solidariedade fortalece a saúde nas cidades.

#### **12) Comunicação**

O acesso de todos os cidadãos às oportunidades da sociedade da informação e do conhecimento é um direito contemporâneo. As municipalidades, além de criarem telecentros e quiosques digitais e informatizar os serviços públicos e as escolas da rede municipal, podem ser operadoras de comunicação.

## *Altas tarifas e falta de oferta do transporte público restringem as oportunidades e dificultam o acesso a educação, saúde e lazer*

### **23 – Mobilidade urbana: prioridade em transporte público coletivo**

A precariedade na oferta de serviços e as altas tarifas do transporte público restringem as oportunidades de trabalho, além de dificultar o acesso à educação, saúde e lazer. Diversos estudos apontam os impactos significativos dos custos de transporte no orçamento das famílias de baixa renda (os mais pobres e os que residem mais longe dos centros urbanos são mais afetados).

Nos últimos anos, entretanto, somam-se a esse quadro novos problemas. Todos os segmentos sociais enfrentam a perda de eficiência, com crescentes congestionamentos. O próprio dinamismo da economia brasileira é um dos fatores decisivos do quadro de expansão do transporte particular. As políticas de enfrentamento e resistência à crise internacional, baseadas no fortalecimento do mercado interno, determinam maior deslocamento de pessoas e mercadorias. Dentre essas, chamam atenção a ampliação daquelas que estimulam a produção e a compra de automóveis — incentivos fiscais e de financiamento que não são dados ao transporte público. Projetos importantes de transporte público vêm sendo instalados no País, especialmente nas capitais dos estados, muitos deles financiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mas ninguém pode negar que o que temos a fazer é muito maior e mais complexo do que fizemos até agora, se quisermos ter cidades razoáveis de se viver num futuro

próximo. Nesse sentido, a campanha da CNTU, Brasil Inteligente - Com Mobilidade Urbana Todos Ganham, recomenda aos governos e à sociedade:

- transformar o desenvolvimento e a mobilidade urbana em centralidade no debate e nas políticas de desenvolvimento sustentável do País;
- realizar o planejamento de longo prazo de desenvolvimento e mobilidade urbana;
- inserir e articular as políticas de mobilidade urbana com as políticas de uso e ocupação do solo, combatendo a especulação imobiliária, favorecendo a compactação das cidades, a habitação popular e o saneamento integrado;
- valorizar e incentivar a participação social no planejamento do desenvolvimento e mobilidade urbana;
- promover o federalismo cooperativo entre as três instâncias de governo no planejamento do desenvolvimento e mobilidade urbana;
- realizar pesados investimentos na mobilidade urbana, reduzindo veículos particulares, priorizando o transporte coletivo público de alta e média capacidade;
- combinar políticas de inibição, superposição e complementaridade do transporte individual com o transporte público;
- fazer valer, divulgando e implementando, a Lei de Mobilidade Urbana;
- investir pesado e com eficiência em pesquisas de desenvolvimento tecnológico e inovacional para veículos, equipamentos e combustíveis menos poluentes;
- enfrentar a sedução do marketing automobilístico através de pesadas campanhas de educação e informação sobre as vantagens da mobilidade urbana, baseada no transporte público e no transporte não motorizado;
- estabelecer o ano de 2022, do bicentenário da Independência do Brasil, no marco de conquista completa para inversão do atual sistema de mobilidade urbana, baseada no automóvel, para outro sistema baseado em transporte público de qualidade e não poluente.

## 24 – Política universal de saneamento básico

Ar limpo, água de boa qualidade, coleta e tratamento de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, níveis aceitáveis de ruído. Essa é a definição de saneamento ambiental conforme legislação do setor, a Lei 14.445, de 2007. A expectativa criada por este novo marco regulatório é animar projetos que revertam o quadro do saneamento básico, que diz respeito à distribuição de água tratada e coleta e tratamento de esgotos no ambiente urbano. Mais de 95% da população urbana recebe água potável. No entanto, incluindo os que vivem na área rural, 18% dos brasileiros estão excluídos desse serviço, essencial à saúde pública. Enquanto isso, 52% do esgoto urbano é coletado, mas apenas 37,9% é tratado. Universalizar tais serviços em 20 anos demanda investimentos anuais da ordem de 0,38% do Produto Interno Bruto (PIB) – equivalente a R\$ 13,5 bilhões –, contra os atuais 0,24%. Para reduzir esse prazo à metade, como propõem os sanitaristas e suas entidades, resolvendo a questão em dez anos, os recursos teriam que ser da ordem de R\$ 27 bilhões ao ano, ou 0,75%.

Problema cada vez mais preocupante é o destino final dos resíduos sólidos. São geradas diariamente no País 160 mil toneladas de lixo. Do montante, apenas 40% tem disposição adequada, a maior parte tem como destino os lixões, velho e grande problema ambiental, presente em 73% dos municípios.



A drenagem urbana também é frente de ação das mais relevantes para o meio ambiente das cidades, deteriorado pela baixa permeabilidade dos solos, canalização de rios, ocupação de encostas, ocupação de mananciais.

## 25 – Energia para o progresso econômico e social sustentável

O Brasil tem dispêndio per capita de energia considerado baixo, ficando na 90ª posição no ranking mundial, atrás de Chile e Argentina, refletindo nosso nível de desenvolvimento social, com muitas áreas excluídas. É preciso elevar o nível de consumo, não nos patamares dos países desenvolvidos, que incorrem no desperdício e estão sujeitos ao clima mais frio que exige aquecimento. Mas precisamos sair de 2,1 mil kilowatts/hora por habitante para uma faixa entre 6 e 7 mil kilowatts/hora. Essa elevação refletirá em melhores condições de vida da sociedade como um todo e também na universalização do acesso ao serviço de energia elétrica, do qual ainda estão excluídos 730 mil brasileiros, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Garantir segurança energética para que se possa prover o acesso ao serviço essencial à população e à atividade produtiva deve ser o primeiro objetivo do planejamento para o setor, não podendo faltar energia ao desenvolvimento do país. A segunda meta é propiciar modicidade da tarifa. Nesse sentido, não é demais nossa crítica ao excesso de tributos e encargos inci-



dentes sobre o consumo, que somam 13 e equivalem a 45% do valor pago na fatura. O Brasil deve lançar mão de todas as fontes disponíveis, mas estabelecer de forma estratégica a sua matriz energética.

Fundamental afirmar o papel positivo do Brasil no panorama mundial, fazendo avançar os projetos de exploração de petróleo e gás, bioenergia, hidroeletricidade e outras fontes, como energia eólica, notadamente as renováveis e limpas, em favor do desenvolvimento social, agrícola, industrial e tecnológico do país. Necessário ainda possibilitar a entrada em operação de sistemas de fornecimento de energia para atender a demanda imediata. Também é fundamental e urgente levar energia à totalidade da população brasileira, esforço em andamento, mas ainda não concluído.

## 26 – Democratização das comunicações

À parte do reconhecido papel das telecomunicações e das tecnologias de informação e comunicação nas sociedades contemporâneas, imperativo destacar seu papel transversal e o impacto que elas produzem sobre as demais infraestruturas e todos os setores econômicos, além de serem recursos indispensáveis à educação, cultura, integração, segurança e soberania nacionais. Assim, governo e sociedade brasileira devem dar atenção qualificada a esse setor, marcado atualmente por alto grau de oligopolização e internacionalização e baixa geração de inovação interna, descolado, portanto, da dinâmica expansiva e integradora dos projetos de desenvolvimento dos demais setores. Na sociedade da informação, é ainda preciso reconhecer a universalização do acesso à internet como um direito do cidadão a ser provido pelo Estado em suas várias instâncias (união, estados, municípios e distrito federal).

De modo a promover a democratização da comunicação e a universalização do acesso à informação, o Brasil precisa implementar legislação que abarque as profundas mudanças que ocorreram desde as últimas décadas do século XX. Entre

essas mudanças, está a passagem do regime público para o de mercado, marcado pela convergência dos meios nos seus aspectos técnico, econômico, político e cultural. A partir de tais transformações, tem-se o conjunto da indústria cultural suportado pelos meios eletroeletrônicos de comunicação. Repercussão importante ainda é o fim, na prática, da separação entre telecomunicações e radiodifusão. Os operadores desse ambiente são grandes empresas que agem segundo os interesses do mercado, submetendo tudo, inclusive a cultura, a tais critérios, e não ao interesse público.

Infelizmente, o Brasil vem caminhando muito lentamente na construção de arcabouço legal pertinente que garanta: 1º) arquitetura institucional democrática; 2º) participação social; 3º) separação de infraestrutura e conteúdo; 4º) garantia de redes abertas e neutras; 5º) universalização dos serviços essenciais; 6º) adoção de padrões abertos e interoperáveis; 7º) apoio à tecnologia nacional; 8º) regulamentação da complementaridade dos sistemas e fortalecimento do sistema público de comunicação; 9º) fortalecimento das rádios e TVs comunitárias; 10º) democracia, transparência e pluralidade nas outorgas; 11º) limite à concentração nas comunicações; 12º) proibição de outorgas para políticos.

## 27 – Universalização da banda larga

Ao lado da oferta de uma educação de qualidade e de oportunidades de acesso ao consumo e à produção de bens da cultura, a internet é meio fundamental para a democratização educacional e cultural, na medida em que possibilita criar e distribuir conhecimentos a custos relativamente módicos. Nesse sentido, apesar de significativos avanços que prometem triplicar o acesso dos brasileiros à internet, entendemos serem limitadas as metas do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que optou pela massificação e não pela sua universalização, ao manter a diferenciação dos serviços em função das condições de pagamento dos usuários. Com

isso, na prática, instituem-se duas internets, uma para os mais pobres, outra para os mais ricos, além de manter 30% da população fora da rede. Devemos ter metas mais ousadas de uma internet de qualidade para todos. No entanto, o uso eficiente das tecnologias de informação e comunicação, mais que apenas o acesso, exige qualidade educacional e cultural dos usuários, que devem ser capazes também de produzir informação e cultura. De modo a promover a democratização da comunicação e a universalização do acesso à informação, o Brasil precisa implementar legislação que abarque as profundas mudanças que ocorreram desde as últimas décadas do século XX.

## 28 – Internet para todos

Entre os projetos de comunicação que interessam ao País, a sua soberania, sua elevação espiritual, sua capacidade de interagir com o mundo, a implantação da internet pública destaca-se como fator-chave.

Implantar a internet pública significa construir, com recursos públicos ou privados, infraestrutura de telecomunicações em acordo com o interesse público, ou seja, da nação brasileira, em benefício de toda a sociedade. A operação da infraestrutura ou exploração do serviço pode estar ao encargo de empresas particulares ou estatais, mas sob a direção maior do estado brasileiro que deve decidir por metas, realizar e articular investimentos, definir regras e realizar a fiscalização dos serviços.

A infraestrutura de telecomunicações suporta todos os setores da economia, sendo fundamental para o desenvolvimento de novos bens e serviços. As rápidas mudanças tecnológicas e a proliferação de uma gama de novos serviços têm atuado como catalisadores principais das mudanças econômicas e das relações globais. As transformações por que passam alguns países, a partir da adequada regulação destas redes e de seus serviços, combinadas com a convergência decorrente da

inovação tecnológica, permitem também solucionar preocupações sociais em áreas como saúde, educação, meio ambiente e segurança, entre outras.

No Brasil, que há 15 anos deixou o sistema monopolista estatal das telecomunicações para entrar num regime competitivo operado por empresas privadas, os preços dos serviços de telecomunicações ainda continuam muito elevados, especialmente quando comparados a outros países. Os preços praticados constituem em grande obstáculo à universalização do acesso à internet em banda larga e aos consequentes benefícios das inovações tecnológicas extensivas a toda a sociedade. De acordo com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), o preço relativo do serviço no Brasil chega a ser de cinco a dez vezes mais alto que nas economias avançadas, estando entre os mais altos do mundo.

Atualmente, os grandes desafios das políticas públicas de comunicação no Brasil são universalizar a banda larga e realizar

a inclusão digital, de modo que todos os brasileiros estejam conectados à rede mundial de computadores em condições adequadas com o atual paradigma tecnológico. A disponibilidade de infraestrutura de telecomunicações é o fator-chave para a promoção do acesso em banda larga e realização da inclusão digital.

Outro aspecto decisivo para o Brasil é transformar a expansão da internet em meio de desenvolvimento tecnológico e industrial, pois para o desenvolvimento socioeconômico sustentado, mais do que consumir tecnologia, informação e comunicação, é necessário produzir tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Conforme campanha do projeto da CNTU, Brasil Inteligente, pela implantação da internet pública, o País deve perseguir os seguintes objetivos para não ser um mero consumidor de TICs e conteúdos, e sim um produtor de tecnologias, conteúdos, informações, inteligências:

- impulsionar saltos qualitativos e quan-

titativos na infraestrutura de internet no Brasil;

- garantir o domínio público e democrático das telecomunicações no País;

- fortalecer as existentes e criar novas redes públicas de internet;

- garantir a cobertura de internet em todo o território brasileiro;

- informatizar e conectar todos os serviços públicos e de interesse público;

- conectar todos os brasileiros à rede mundial de computadores;

- universalizar a banda larga;

- fazer a inclusão digital;

- baratear os preços dos serviços de telecomunicações no País, saindo da vergonhosa posição entre os mais caros do mundo;

- desenvolver e aplicar as inteligências e competências tecnológicas e industriais brasileiras nos setores ligados à internet;

- desenvolver a indústria e criatividade brasileira na produção e distribuição de tecnologias e conteúdos.

## Diretriz V - Desenvolvimento, mercado interno, reindustrialização e sustentabilidade

### 29 – Persistir no crescimento econômico com progresso social

As políticas públicas vêm tendo como um dos sentidos principais resistir à crise internacional em curso, implementando alternativas de crescimento com elevada participação do mercado interno. Expansão da massa salarial e do crédito foram os grandes instrumentos do primeiro momento dessa política governamental implementada a partir de 2003, complementada pelos programas de transferência de renda. Esse processo foi muito positivo e continua sendo na medida em que

garante a inclusão social dos mais pobres ao mercado de consumo e à cidadania. Esse movimento é de forte impacto na formação social do Brasil, talvez um dos mais fortes ocorridos na história social do País. No entanto, não podemos negar que o social não constitui ainda a base do nosso crescimento econômico. Uma das razões, inclusive, é porque o crescimento tem sido limitado se tomarmos uma base mais longa, de 30 anos, em que o País tem tido taxas de crescimento baixas se comparadas às taxas do período equivalente anterior. Portanto, continuamos tendo como questão, como problema, o crescimento. Devemos crescer a taxas mais elevadas, isso é fato. E ao mesmo tempo,

temos o problema – que é sempre permanente – de transformar esse crescimento em desenvolvimento. O desenvolvimento não é apenas processo de acumulação de riqueza e de aumento de produtividade macroeconômica, mas é, sobretudo, o acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.

Enquanto o crescimento está fundado na conservação de privilégios das elites, o desenvolvimento funda-se na sua base social, ou seja, há desenvolvimento quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da população, metamorfoseando crescimento em desenvolvimento. Processo que não

se dá espontaneamente, só pode acontecer como fruto da realização de um projeto que expressa uma vontade política. O projeto social no Brasil significa recriar a economia e a sociedade para uma sociedade de inclusão, de partilhamento, de pacto social pela subversão do subdesenvolvimento e construção de uma nação desenvolvida, de prosperidade generalizada e preservacionista dos recursos naturais.

### 30 – Uma sociedade de prosperidade distribuída

A desigualdade é uma marca de nosso País, uma marca do desenvolvimento capitalista brasileiro, um problema ainda não enfrentado. Mas, vimos recentemente caminhando no sentido de redução das extremas desigualdades. Apesar de ter um dos mais fortes índices de concentração de renda, o País vem distribuindo renda. No Brasil, instrumentos de combate à miséria e pobreza passam por forte decisão governamental no sentido de redistribuir a riqueza através de políticas de transferência de renda e garantia de renda mínima a segmentos expressivos da população. Mas há muito o que se avançar no combate à pobreza e à miséria nas diversas áreas de atuação pública, como a saúde, a educação, a cultura, a comunicação, dando oportunidades a todos – especialmente os jovens – de produzir vidas saudáveis, criativas, capacidades, talentos, criadores de futuro.

### 31 – Mercado interno para impulsionar a indústria

O mercado interno brasileiro vai bem, mas a indústria brasileira vai mal. Somos um dos maiores e mais dinâmicos e promissores mercados internos do mundo. Esse é o principal suporte da atividade econômica no Brasil, em que o consumo das famílias mostra-se animado ao longo dos últimos anos e tende a se manter crescendo, apoiado pela expansão moderada do crédito, pelo aumento do emprego e da renda e pela expansão dos salários. A sustentação do



mercado interno brasileiro é incentivada por atos deliberados, ou seja, por políticas que impactam positivamente com a ativação da demanda de conjunto amplo de agentes econômicos, todo o setor industrial e também os médios e pequenos negócios de variadas naturezas. Portanto, sustentação do mercado interno é uma política de desenvolvimento e de reanimação da industrialização. Da produção da indústria brasileira, 80% é destinado para o mercado interno. Daí surge uma primeira preocupação, pois uma indústria que não exporta ou pouco exporta corre riscos de perda de competitividade. E de fato, a indústria brasileira hoje está atrasada, com déficit de competitividade. É uma indústria que importa tecnologia e insumos, pressionando o balanço de pagamentos, e atualmente gera receitas com exportação inferiores ao dispêndio com insumos importados. E com a política cambial favorecendo as importações, é difícil a indústria local concorrer, dentro de casa, com a indústria chinesa. Isso demonstra que não basta o governo colaborar com a indústria na diminuição dos seus custos, é preciso

ter uma política macroeconômica alinhada com a política industrial.

A indústria brasileira nos últimos 30 anos, e principalmente nos anos 1990, vem se afastando dos padrões globais de industrialização, não inaugurando novas cadeias e deixando de reestruturar cadeias maduras. Muitas empresas se apoiaram no mercado interno, grande e relativamente fechado e, dessa forma, não tiveram a necessidade de inovar. Não se pode evitar de dizer que o Brasil vive uma desindustrialização, como vários estudos apontam e vários analistas sérios acreditam.

Uma economia urbano-industrial formada em décadas não pode apoiar o crescimento e a estabilidade na exportação de commodities, cujos efeitos sobre o emprego e a renda são limitados. O crescimento da indústria é decisivo para o Brasil, pois impõe a diversificação produtiva e torna mais densas as relações intra e intersetoriais, proporcionando, ao mesmo tempo, ganhos no comércio exterior e na economia interna. O Brasil deve atender a esse chamado de estabelecer a reindustrialização, desenvolvendo e usando de forma inteligente um conjun-



to de políticas voltadas para a expansão do mercado interno sem incorrer nas restrições de balanço de pagamentos. Não podemos nos prender ao debate eterno guiado pela macroeconomia restritiva, que apenas diz da inflação, juros e câmbios, pois a questão-chave da economia brasileira é produtividade. Produtividade se faz com tecnologia e inovação, e estas, com recursos humanos altamente qualificados.

No cenário atual de competição global, não se trata de retomar as políticas dos bons tempos da indústria brasileira (1950-1980), mas sim de ajustar a estratégia nacional de desenvolvimento às oportunidades e restrições criadas pela nova configuração da economia mundial. Seja qual for a estratégia adotada, os exemplos bem-sucedidos de avanço industrial na atualidade nos apontam para duas condições básicas: intenção clara, definida, e decidida coordenação pública.

## 32 – Impedir a desindustrialização

Diante do avanço dos países asiáticos, particularmente da China, na produção global, a desindustrialização e a necessidade de recuperar a capacidade industrial é tema emergente em nações ocidentais de economia desenvolvida e em desenvolvimento.

No Brasil, devido ao efeito China e outros fatores, vimos tendo ao longo das últimas décadas perda de posição da indústria brasileira, que vem se acelerando. Entre 2004 e 2012, a participação industrial na atividade econômica totalizou uma perda de 30,8%. Assim, a fatia de contribuição do setor manufatureiro para o PIB caiu de 19,2%, em 2004, para 13,3%, em 2012. A taxa é a menor desde 1955, quando a participação chegou a 13,1%.

Urgente remover a acomodação industrial do País respaldada pelo desempenho das commodities. As commodities não são inimigas da industrialização, como podemos ver em industrializações como a norte-americana, até hoje contando com forte pauta de exportação de commodities em minérios e produtos agrícolas etc. Mas se o Brasil quer ser um país desenvolvido, de crescimento sustentado, autônomo, com geração

de massa crítica e conhecimento, player global de primeiro escalão, ele deve ser competitivo internacionalmente também na indústria.

Urgente também mudar o pensamento nacional protecionista para um pensamento nacional competitivo. O Brasil deve não só proteger suas indústrias, ele deve mais, proteger e fazer avançar seu grau de competitividade. Protecionismo tem seus limites e há abundantes relatos de experiências internacionais que demonstram a virtuosa combinação entre forte promoção de exportações e abertura comercial. O fundamental é que o Estado desempenhe o seu mais importante processo, induzindo a cooperação, coordenando atores e reduzindo as incertezas.

## 33 – O papel afirmativo do Brasil

O Brasil transformou-se numa potência ambiental, energética e hídrica num mundo que faz guerra por energia e água. Portador de matriz mais limpa que a média mundial, produtor destacado de energias renováveis, possuidor de recursos frequentes invejáveis, dotado de sol o ano todo, da Amazônia, de florestas e da mais rica biodiversidade do planeta, vem assumindo, gradativamente, papel de destaque pelo desenvolvimento sustentável na América do Sul e nos fóruns internacionais. Não se trata absolutamente de ter posição privilegiada, mas de utilizar essa riqueza para superar mazelas sociais, econômicas e ambientais, em ambiente democrático, bem como contribuir para traçar caminhos para a humanidade vencer a crise civilizatória, criando uma sociedade assentada em valores éticos compatíveis com a modernidade por vir: igualdade, solidariedade, liberdade e respeito à vida. O papel que o Brasil vem desempenhando como uma das principais nações protagonistas, é de colaborar para formatar um novo modelo de desenvolvimento, que concilie equilíbrio ambiental com eliminação da miséria e da pobreza e redução das extremas desigualdades entre

as nações e dentro delas. O País deve prosseguir aprofundando e acelerando as políticas de resistência à crise econômica internacional, apoiando-se nas suas riquezas, nos seus trabalhadores e no mercado interno, bem como na execução das políticas sociais de transferência de renda e garantia de renda mínima aos mais necessitados. Mas isso não basta, é preciso ir além, desenvolvendo as potencialidades industriais, agropecuárias, comerciais, científicas, tecnológicas e culturais. Apostar na inteligência e no conhecimento é dar um salto com vara para um novo estágio de civilização pacífica e múltipla nos trópicos. Sem ser uma redenção, ao menos uma contribuição fundamental para a construção de um mundo melhor.

## 34 – Biodiversidade: a grande contribuição do Brasil

A biodiversidade brasileira é uma das mais ricas e variadas do mundo. O País apresenta seis biomas continentais: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa, cada qual com sua cobertura vegetal e espécies animais próprias. Entre eles, destaca-se o bioma Amazônia, considerado a maior reserva de diversidade biológica do mundo. A Amazônia é também o maior bioma brasileiro em extensão e ocupa quase metade do território nacional (49,29%). O Brasil exibe uma das mais ricas diversidades do mundo em ambientes naturais e espécies de plantas e animais. Percorridas também por botânicos, zoólogos, etnólogos e artistas de várias nacionalidades, essas florestas, atualmente, mobilizam especialistas brasileiros, que procuram dimensionar com mais precisão esse raro patrimônio natural – primeiro passo para que possa ser conservado e explorado do melhor modo possível. Um dos projetos científicos e tecnológicos de

destaque nesse sentido é o Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo (Biota/Fapesp), que não se limita a mapear e a analisar as origens, a diversidade e a distribuição da flora e da fauna do estado. Também se propõe a avaliar as possibilidades de exploração de plantas ou de animais com potencial econômico e a subsidiar a formulação de políticas de conservação ou restauração dos remanescentes florestais. O papel que o Brasil vem desempenhando como uma das principais nações protagonistas, é de colaborar para formatar um novo modelo de desenvolvimento,

### 35 – Indústria de baixo carbono

O Brasil deve apostar na criação de uma indústria de novo tipo, de baixo carbono, combinada com a indústria criativa, uma indústria que demandará cada vez mais pessoas qualificadas.

Na agricultura, é decisivo valorizar o trabalho, melhor qualificando-o para uma agricultura moderna, baseada na promoção da biodiversidade, na agroecologia e outros modelos de agricultura sustentável, reduzindo significativamente os graus de toxidade no trabalho agrícola, nos recursos naturais e nos alimentos.

### 36 – Economia criativa

A economia criativa é uma estratégia de desenvolvimento baseada na economia do conhecimento. Conhecimento em todos os sentidos: educação superior; tecnologias genéricas (as TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação); engenharia de produto e processo; novos métodos de gestão e design. Há enorme potencial para o Brasil na utilização das aptidões modernas da economia do conhecimento para transformar os setores intensivos em recursos natu-

rais em áreas de médio e alto conteúdo tecnológico. O objetivo é um novo salto tecnológico nesses setores e a criação de novos produtos, ou produtos diferenciados. Isso é importante para todo o País, mesmo em áreas metropolitanas, de intensiva urbanização, mas é a grande oportunidade para o desenvolvimento da economia amazônica, como sustenta a CNTU na campanha Brasil Inteligente Mais Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia. Essa campanha propõe construir as bases de uma nova economia da região – 60% do território brasileiro –, de alta capacidade criativa, utilizando-se da sociobiodiversidade, com ênfase em novos materiais e recursos energéticos. Essa deverá ser capaz de gerar progressivamente empreendimentos, trabalho de qualidade e produtos com alto valor agregado, voltados aos mercados interno e externo.

A economia criativa no Brasil pode desenvolver vantagens comparativas em setores de alta tecnologia, constituindo plataforma de exportação de software, por exemplo. Outra estratégia deve ser o domínio de tecnologias genéricas, como as TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) e suas convergências, para atender às necessidades tecnológicas dos principais setores da economia, bem como exportando produtos brasileiros. Fundamental ainda, a disseminação de inovação para criar pequenas empresas tecnológicas. Não podemos perder também a posição de vanguarda tecnológica em bioenergia e bioquímica, ou seja, energia e indústria química à base de novas formas de vida, a nível molecular.

Apesar do potencial criativo da sociedade brasileira e sua abertura para as mídias digitais, é muito lenta a tomada de posição dos agentes públicos pelo intensivo desenvolvimento das indústrias criativas e de conteúdos digitais (editorial, jornalístico, audiovisual, música, teatro, educação virtual etc).

Há enorme desejo e espaço na sociedade para inventar novos dispositivos de trabalho fundados em diferentes formas de partilha de responsabilidades, e que

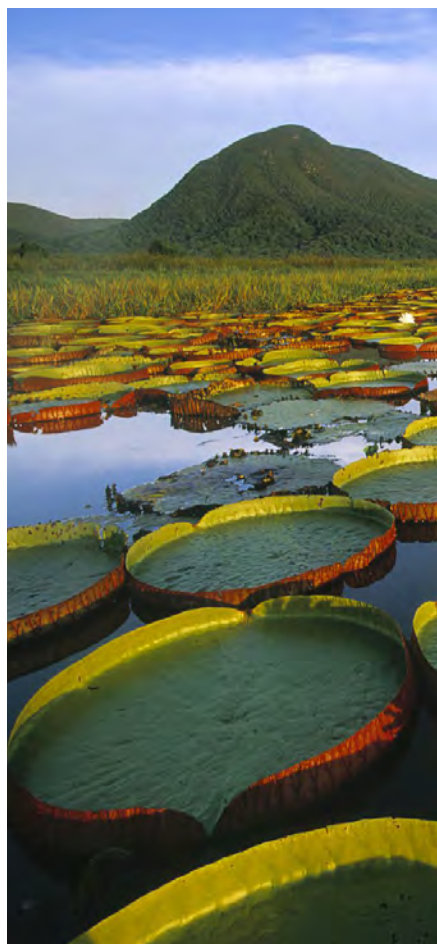
também perscrutem bases de um novo modelo industrial e de uma nova forma de economia com universos de trocas mais horizontalizados, partilhamento de expectativas normativas (éticas de comunidades), sentimento de pertencimento, trabalho criativo e cooperativo, jornadas de trabalho mais flexíveis, relações não antropocêntricas com a natureza etc. Não se trata de envolver, pelo contrário, trata-se de mobilizar as forças da ciência, da tecnologia, da inovação, para a invenção de uma nova sociedade planetária, fundada num modelo industrial revalorizado.

### 37 – Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia

Não há projeto de desenvolvimento brasileiro sem a Amazônia, pois esta região constitui grande parte do território do País, mais precisamente 61% do território nacional. A Amazônia Legal, instituída em 1953, compreende 5,2 milhões de km<sup>2</sup>, com uma população de 23 milhões de habitantes, e abrange os estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e o oeste do Maranhão. O bioma amazônico (conjunto de ecossistemas interligados pela Floresta Amazônica e pela Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas), propriamente dito, é de 4,1 milhões de km<sup>2</sup> e uma população de 13 milhões de pessoas. A região tem a maior bacia de água doce e a maior biodiversidade do planeta, contando com áreas de florestas tropicais equivalentes a um terço do total do globo, mais de 200 espécies distintas de árvores por hectare, 1.400 tipos de peixes, 1.300 espécies de pássaros e mais de 300 mamíferos diferentes. A floresta é a maior fonte natural no mundo para produtos farmacêuticos e bioquímicos, certamente para muitos outros produtos. O modelo baseado na extração predatória dos recursos florestais, seguida pela substituição da floresta por extensas áreas de pastagem ou agricultura, mostrou-se inapropriado

para a região. A ocupação da Amazônia se fez em surtos devastadores ligados à valorização momentânea de produtos nos mercados nacional e internacional, seguidos de longos períodos de estagnação. Os custos ambientais desse processo, com seus quase 600 mil km<sup>2</sup> de ecossistemas naturais modificados, superam em muito os limitados benefícios sociais gerados por tais atividades. A perda de biodiversidade é a principal consequência do desflorestamento em grande escala na Amazônia, ameaçando milhares de espécies da sua fauna e flora.

### *É urgente aumentar o número de doutores na Amazônia e a maior ação deve ser a formação de quem vive na região*



Para preservar a Amazônia, é preciso tocá-la com conhecimento, em que ciência e saberes populares se aliam para extrair da biodiversidade o que ela pode dar de melhor: um sentido nobre, ao em vez das culturas devastadoras. Nos próximos dez anos, construir as bases para implantar nova economia amazônica, intensiva em conhecimento científico e saberes populares com ênfase em: recursos florestais e da biodiversidade (pesquisa e desenvolvimento em novos materiais da floresta e da biodiversidade); recursos energéticos (energia solar, agroenergia e energia de terceira geração).

A campanha da CNTU Brasil Inteligente Mais Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia recomenda aos governos e sociedade:

- Criar e acreditar em um novo paradigma para a economia amazônica, assentada no desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional aplicado à sociobiodiversidade.

- Ter políticas continuadas, articuladas, atualizadas e concertadas entre os diferentes ministérios, governos estaduais, universidades, empresas e sociedade civil.

- Ampliar e fortalecer o sistema de C,T&I da Amazônia para o desenvolvimento de tecnologias e inovações voltadas à melhoria das condições socioambientais e econômicas da Amazônia.

- Criar ao menos duas universidades de padrão internacional e dois institutos de pesquisa focados em recursos da floresta e biodiversidade e recursos energéticos.

- Criar novas universidades na Amazônia tendo em conta o desenvolvimento equivalente das diversas partes do território.

- Expandir a pós-graduação na Amazônia como um dos eixos centrais da política de Ciência, Tecnologia e Inovação da região.

- Dobrar em curto prazo o número de bolsas de pós-graduação na região.

- Fortalecer os programas de doutorado, como o mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

- Dedicar, para a comunicação acadêmica e tecnológica, um canal no satélite de telecomunicações para a Amazônia.

- Interligar à internet, em rede alta velocidade, as instituições de educação, ciência, tecnologia e inovação da Amazônia.

De acordo com dados da Capes, os nove estados da Amazônia possuem 140 cursos de mestrado acadêmico, 39 de doutorado e seis de mestrado profissionalizante. Ou seja, 61% do território brasileiro, que conta com 10% da população brasileira e responde por 8% do PIB nacional, possui menos de 5% dos cursos de pós-graduação existentes no País. Além disso, do total de cursos amazônicos, 50% dos de doutorado estão na Universidade Federal do Pará (UFPA). Apesar de insuficientes e aquém das metas traçadas pelas políticas públicas, esses números expressam significativas melhorias realizadas nos últimos anos.

É urgente aumentar o número de doutores na Amazônia, dobrando-o nos próximos dez anos. Em 2007, encontravam-se 2,8 mil, e as estimativas apontam para algo em torno de 3,2 mil atualmente. A maior ação deve ser a formação de quem vive na região. Um dos instrumentos importantes é a cooperação interinstitucional com as melhores universidades brasileiras, sendo fundamental o aumento de bolsas de pós-graduação em geral e, em particular, de programas de doutorado interinstitucionais, como o mantido pela Capes. Acreditamos ser possível, em dez anos, a criação de diversas instituições de ensino na região amazônica, mas ao menos duas universidades de classe internacional, bem como dois institutos de pesquisa e desenvolvimento. Essas instituições deverão focar duas áreas do conhecimento decisivas para impulsionar e sustentar a nova economia amazônica: recursos florestais e biodiversidade (novos materiais) para desenvolvimento de materiais e substâncias a partir dos recursos disponibilizados pela biodiversidade; recursos energéticos, notadamente energia solar, agroenergia e energias de terceira geração.



## 38 – A riqueza de uma nação é a sua capacidade de criação

Se hoje estamos sendo limitados pela crise internacional a ter políticas mais defensivas, sabemos também que, no contexto e razões das políticas defensivas atuais, há que se fazer avançar políticas de futuro em que o Brasil aposte

*A formação continuada desempenha papel importante para os cidadãos, a sociedade e a economia*



## 39 – Por um Sistema Nacional de Educação Continuada

Significa investir na inovação, que é motor do desenvolvimento sustentável de um país. Hoje, temos mais de 12 milhões de profissionais liberais universitários no Brasil, o que resulta em mais de 10% da população economicamente ativa. Esses profissionais encontram dificuldades para se manter atualizados nas suas formações educacionais e profissionais ou para adquirir novas competências. Os sistemas públicos e privados de pós-graduação *lato sensu* brasileiro não conseguem atender a todos. Os programas de pós-graduação *stricto sensu* costumam ser caros e inacessíveis à maioria. As empresas, quase sempre, relegam a educação de seus quadros aos esforços individuais, apesar de iniciativas empresarias avançadas que promovem, estimulam e colaboram com a educação de seus empregados. Os profissionais, geralmente, não têm tempo e recursos monetários necessários para financiar os estudos, até mesmo para um curso rápido de atualização ou de aprendizado de uma língua, ou de formação de novas competências, sejam elas profissionais, culturais e sociais.

## 40 – Brasil 2022 – O grande salto

Ao criar o projeto Brasil 2022 – O país que queremos, a CNTU quer ajudar a criar as condições, aliás já em processo, para o grande salto que o nosso país pode e deve dar na conquista de uma nova independência. Assim, espera-se romper com mazelas históricas de exclusão e subordinação, compor novas forças para uma sociedade em que a igualdade de direitos seja a tônica.

Eis o grande salto por vir – que evidentemente não está determinado. É preciso ser socialmente confirmado, desejado, produzido: uma sociedade em que cada pessoa seja considerada uma potência, uma vida em permanente criação, inovação e transformação, uma inteligência a serviço da vida, do bem-estar dos indivíduos e da coletividade, da prosperidade social compartilhada, da elevação da cultura, da educação, do pensamento e da criação artística, filosófica e científica. Uma sociedade do conhecimento para valer.

### *Com a Constituinte do Saber, o País será palco do maior e melhor debate público e democrático de suas forças criativas*

Uma mobilização de todas as forças para que o nosso país possa expressar o melhor de si, a riqueza humana, vivendo em comunhão com a natureza. Um laboratório para a humanidade à procura de caminhos de convivência, renovação, valorização e pacificação da vida.

Esse laboratório terá seu grande momento – como pretende a CNTU e parceiros do projeto Brasil 2022 – na Constituinte do Saber. O país será palco do maior e melhor debate público e democrático de suas forças criativas. As forças das ciências, tecnologia, inovação, educação, saúde, indústria, cultura, artes, filosofia, política. Todas convergirão para a expressão das potencialidades criativas brasileiras.

## 41 – Comunicação e cultura como direitos sociais

Os déficits educacional, cultural e comunicacional da sociedade brasileira dificultam o potencial de desenvolvimento da economia apoiada no conhecimento e na conectividade. É decisivo, portanto, superar, com planejamento e ação persistente, a atual realidade em que o ensino médio não foi ainda universalizado, e o superior é privilégio de poucos. Mais de 40% da população brasileira está alijada do acesso a qualquer equipamento público de cultura. Apesar do crescente uso dos computadores e da internet pelos brasileiros, menos de 1% dos mais pobres tem acesso à rede.

A Constituição brasileira deve ser respeitada na sua orientação democratizante e de entendimento da comunicação e cultura como direitos sociais. Precisamos ainda de legislação que contemple os avanços econômicos e tecnológicos dos últimos anos. Acima dos interesses mercadológicos, devem estar os interesses públicos e sociais, ou seja, de universalização e acesso. É decisivo, nesse sentido, retomar-se o conceito de bem público na comunicação e cultura, mesmo quando operadas pelo setor privado.

## 42 – Mais recursos para a produção e distribuição de produtos culturais brasileiros

Na área cultural, percebe-se que a internet e a televisão por assinatura vêm moldando novos gostos e referências alienados da história e da cultura brasileira. Embora a nossa cultura seja naturalmente forjada na influência estrangeira, sobretudo europeia e africana, já se pode perceber a crescente desnacionalização das audiências, capturadas pelos produtos de corporações midiáticas sediadas, principalmente, nos Estados Unidos, em detrimento da produção brasileira. A globalização dos meios de comunicação é um problema a ser enfrentado no debate regulatório, visando à ampliação dos recursos e dos espaços de veiculação da produção audiovisual brasileira.



## 43 – Descentralização da produção cultural nacional

A descentralização da produção e distribuição dos produtos culturais têm decisivas repercussões no desenvolvimento de valores éticos e políticos, a partir do alargamento e diversificação das referências estéticas. Propicia, ainda, novas articulações entre o regional e o nacional, e entre o local e o global, enriquecendo o diálogo entre as diversas culturas nacionais e mundiais.

## 44 – Fortalecimento das mídias não comerciais

Além de garantir o acesso a todos, a liberdade de expressão, a coibição ao monopólio, e o incentivo à produção local de conteúdos, um dos desafios maiores da democratização da comunicação e da cultura no Brasil consiste no incremento do sistema público de comunicação. É preciso fortalecer a mídia não comercial, estatal ou produzida pelos movimentos sociais e culturais. Isso é fundamental para assegurar a criatividade e a diversidade e, sobretudo, garantir espaços de resistência social à redução da cultura aos limites do mercado.

# Diretriz VII – Bem-estar social, qualidade de vida e ética

## 45 – Por uma ética da convivência

Construir uma ética da convivência significa pensar a sociedade com os seus espaços públicos como agentes de educação, que devem ser livremente acessados pelos diferentes componentes da esfera pública da sociedade, de toda a sua diversidade. A ética da convivência é a ética do convívio entre os diferentes nos diferentes espaços públicos, nos quais se possam expressar os valores e construir o bem comum. O espaço público, na atualidade, compreende as redes sociais e sua grande repercussão sem precedentes na formação social.

## 46 – Bioética para não se fazer mal a ninguém

Bioética é o resultado de um chamado a uma nova ótica ambiental de uma lógica onde a vida, o bios, se encontra num espaço central. Um eixo para pensarmos novas atitudes e posturas com relação à natureza, ao meio ambiente, mas também ao ser humano, nosso outro, próximo tão distante, mas não menos eloquente. A busca de uma alteridade que nos humanize repousa no reconhecimento da natureza como nosso “alter”. Em outras palavras, nossa humanidade está na nossa natureza. Este é o sentido da intenção da Bioética: valores como solidariedade, reconhecimento e respeito às diferenças, responsabilidade social e ambiental, ética e o princípio do cuidado são elementos norteadores da filosofia da Bioética.

Os princípios e conceitos de Bioética se assentam em três pilares, a beneficência, a autonomia e a justiça. A beneficência – *bonum facere* – do latim, fazer o bem ao paciente. E o critério mais antigo da ética médica deita suas raízes no paradigma hipocrático da medicina. As máximas desse critério são: fazer o bem; não causar dano; cuidar da saúde e favorecer a qualidade de vida. No juramento de Hipócrates é dito: “Aplicarei os regimes para o bem do doente, segundo

o meu saber e a minha razão, e nunca para prejudicar ou fazer o mal a quem quer que seja”. A autonomia – *autos*, eu; *nomos*, lei – diz respeito a capacidade que tem a racionalidade humana de fazer leis para si mesma, ou seja, capacidade de autogovernar, escolher, decidir, avaliar, entre outros, sem restrições externas ou internas. A justiça e o princípio garantem a distribuição justa, equitativa e universal dos benefícios do serviço da saúde. Nas considerações de critérios fundamentais e englobantes da Bioética, devemos citar a alteridade – a pessoa como fundamento de toda reflexão e de toda Bioética, da sacralidade da vida humana, valores inerentes ao sagrado do humano e, por último e não menos importante, a qualidade de vida – do início ao fim, nascer viver e morrer de forma digna.

## 47 – Por uma alimentação nutritiva e sem venenos

O Brasil vem vencendo em boa medida o problema da fome, apesar de ainda termos milhões de brasileiros sem alimentação adequada, além das pessoas em todo o Planeta. Há comida para todos, isso é fato, e o que não há é a forma de distribuí-la suficientemente para fazer chegar até o prato de cada um. Mais gente come, de fato, porém, infelizmente, come quase sempre erroneamente, com baixo valor nutritivo dos alimentos, crescentemente produzidos com uso de muitos elementos tóxicos. De partida, é preciso reconhecer que o que mais importa nos alimentos é que eles não sejam tóxicos e contenham nutrientes. Daí, a importância do não uso de agrotóxicos e das políticas de regeneração do solo.

Alimentar a saúde, e não a doença, reporta a uma política de quitandas populares, com alimentos orgânicos ao alcance de todos. Assim como a farmácia popular é importante para os que precisam de remédios, a quitanda orgânica é decisiva

para que o povo tenha menos doenças e tome menos remédio.

Facilitar o acesso da sociedade ao alimento orgânico passa por muitos caminhos, inclusive o da criação de redes de coprodutores que se associam para dar cobertura a uma família ou grupo de agricultores produtores orgânicos, garantindo assim o direito a alimentos saudáveis, a um custo razoável. Esse investimento leva ainda a melhores condições de vida e trabalho dos produtores agrícolas e preservação ambiental.

O País deve contar com uma indústria de alimentos com base mais orgânica,

*Alimentar a saúde, e não doença, reporta a uma política de quitandas populares, com alimentos orgânicos ao alcance de todos*

pois a vida moderna exige o acesso aos alimentos processados, e aí a indústria pode colaborar no sentido de ofertar um alimento mais saudável, orgânico, com uso de menos aditivos, conservantes, sal, açúcar e gorduras.

O acesso à comida processada, no entanto, deve ser complementar, e não o principal alimento. Nesse sentido, é assustador a tendência recente de alto consumo da comida processada nos hábitos de vida dos trabalhadores urbanos, com visíveis e negativas repercussões sobre suas saúdes. O sedentarismo alimentar deve ser combatido em prol de um saber tradicional, que leve em conta a biodiversidade, os climas, as estações, o conhecimento popular e erudito dos alimentos, as práticas de cozinhas saudáveis dos antepassados, bem como a renovação que se pode dar ao uso dos produtos da biodiversidade brasileira na cozinha nacional e internacional.



## 48 – Contra o uso abusivo de agrotóxicos

O Brasil ultrapassou os Estados Unidos, assumindo o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos. Em nome da produtividade agrícola, do alimento barato para os pobres e da insustentabilidade ambiental da ampliação de áreas para a agricultura, mantém-se uma cultura perigosa do agrotóxico que afeta a saúde dos trabalhadores rurais e a dos consumidores em geral.

O que fazer? Nossa campanha, do Brasil Inteligente, Pela Alimentação Saudável, Contra o Uso Abusivo de Agrotóxicos propõe que a sociedade brasileira debata de forma aprofundada e permanente a questão dos agrotóxicos no Brasil, mobilizando movimentos sociais, sindicais, e produtores de alimentos e de conhecimento. É preciso examinar e controlar de forma adequada o uso dos agrotóxicos na agricultura brasileira.

Para que esse objetivo possa ser cumprido, a CNTU indica que é necessário:

- revisar a política nacional, bem como as práticas e usos na agricultura brasileira de agrotóxicos, em favor de uma política de direito à alimentação adequada e de segurança alimentar;
- criar critérios técnicos e éticos que sejam transparentes, amplos, independentes de interesses comerciais, para determinar e avaliar os níveis e as práticas de uso de agrotóxicos e outros produtos químicos na agricultura e na indústria em face do direito de uma alimentação adequada e segura de todos os brasileiros;
- obter das autoridades governamentais e órgãos públicos, bem como de toda a sociedade, notadamente das empresas de alimentação, compromissos de posturas responsáveis e engajadas de proteção à saúde coletiva, à segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada;
- banir do País os agrotóxicos comprovadamente de alta toxicidade, já banidos em outros países;
- estimular e apoiar programas confiáveis e independentes de interesses, para analisar a toxicidade das moléculas

e substâncias usadas nos agrotóxicos. Levar em conta esses estudos na ciência regulatória dos agrotóxicos e fármacos, hoje apoiados em estudos de laboratórios particulares contratados pelas empresas detentoras das substâncias;

- estimular e apoiar programas confiáveis e independentes de interesses econômicos que estudam o impacto e custo dos agrotóxicos, bem como dos produtos da agroecologia, na saúde humana e nos ecossistemas;
- proibir os métodos de aplicação aérea de agrotóxicos que ampliam as áreas contaminadas através dos descontrolados vapores;
- apoiar e estimular a agroecologia, a agricultura orgânica e a agricultura familiar com fortes políticas públicas que beneficiem o crescimento de sua produtividade (crédito, subsídios, pesquisa e assistência técnica).

*É preciso examinar e controlar de forma adequada o uso dos agrotóxicos nas plantações brasileiras*



## 49 – Uso racional de medicamentos

A importância dos medicamentos nos sistemas de saúde é inquestionável, pois sua utilização é a forma mais comum de terapias na sociedade contemporânea. Os medicamentos salvam vidas e melhoram a saúde. No entanto, o mau uso deles pode acarretar problemas de saúde. Ter acesso à assistência médica e a medicamentos não implica necessariamente em melhores condições de saúde ou qualidade de vida, pois os maus hábitos prescritivos, as falhas na dispensação e a automedicação inadequada podem levar a tratamentos ineficazes e pouco seguros. As pressões sociais, às quais estão submetidos os prescritores, a estrutura do sistema de saúde e o marketing farmacêutico são apontados como fatores mais comuns na problemática do mau uso dos medicamentos.

O uso racional dos medicamentos envolve uma série de áreas e competências, desde o legislador, até o consumidor final, passando pelo produtor, distribuidor, comercializador etc.

A CNTU, no âmbito do projeto Brasil Inteligente, visa a contribuir com a difusão do Uso Racional de Medicamentos (URM), junto às entidades e às lideranças sindicais, aos profissionais universitários, que compõem a base da entidade, às organizações da sociedade civil, à população em geral e aos governantes. Busca ainda:

- contribuir para que a sociedade compreenda que medicamentos não são produtos quaisquer, eles exigem cuidados especiais;
- apoiar as políticas públicas pelo uso racional de medicamentos e afirmar a importância de levar adiante e aprofundar a aplicação das mesmas;
- afirmar o papel da farmácia como estabelecimento de saúde e não supermercado;
- afirmar o papel decisivo do profissional farmacêutico para o uso racional dos medicamentos;
- contribuir para fortalecer as práticas preventivas de saúde e hábitos de vida saudáveis.

## 50 – Protagonismo social e emancipação das mulheres

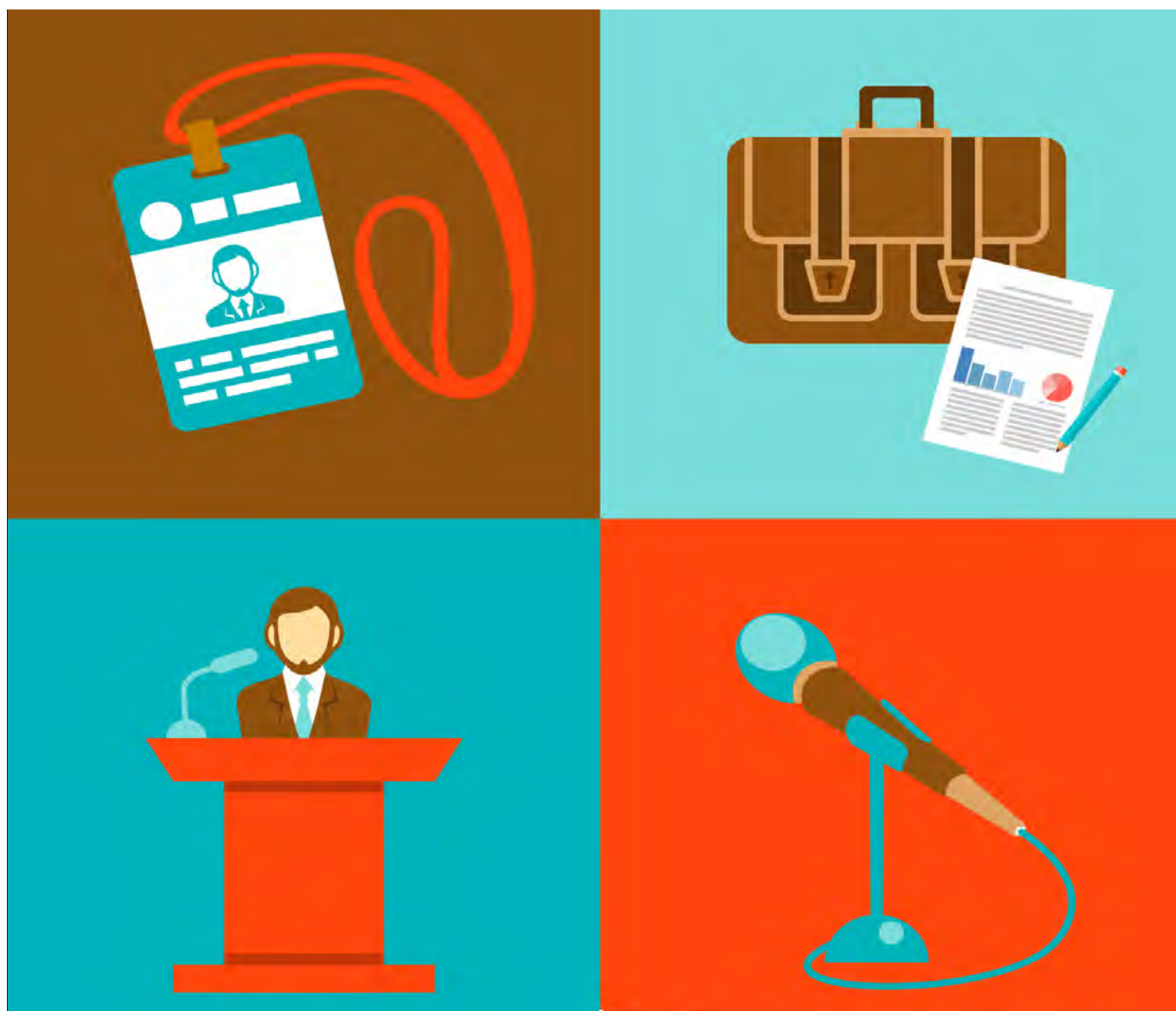
Com a industrialização e o amplo emprego das mulheres no trabalho fabril, elas passam a frequentar a vida pública, ou seja, a agir através do exercício público da palavra. E a palavra que emerge dos movimentos de mulheres e feministas, já no século XIX, são de denúncia e contestação da exploração da mulher no trabalho fora e dentro de casa e de sua não representação na esfera pública. As mulheres manifestam o desejo de criar uma sociedade nova, com valores mais condizentes com a condição feminina. A manifestação desse desejo está consagrada nas diretrizes para uma política de gêneros da CNTU, em três

linhas de ações para valorizar a presença da mulher no trabalho, na reconfiguração social da saúde, a partir do reconhecimento da condição feminina e do corpo da mulher, e da importância da mulher em todos

*É preciso lutar pela representação da mulher à altura de sua participação na composição do eleitorado e da população brasileira*

os setores da vida social – trabalhista, cultural, científica e política. É preciso lutar ainda por sua representação à altura de sua participação na composição do eleitorado e da população brasileira, bem como do reconhecimento de sua capacidade para liderar. As diretrizes da CNTU visam a ga-

rantir: trabalho decente; igualdade de salários e de oportunidades; valorização das profissões do cuidado e da educação; saúde física, mental e social; direito ao corpo, ao plano de vida e ao planejamento familiar; ambientes adequados e decentes e equipamentos de trabalho adaptados ao corpo feminino; respeito aos ciclos de vida e à diversidade; participação e empoderamento das mulheres na política e no sindicalismo, para uma democracia mais plena; desenvolvimento da infraestrutura social que desafoga responsabilidades da mulher, igualdade nos negócios, liderança empresarial e empreendedorismo feminino.



# Os jovens e o movimento sindical

**Projeto da CNTU busca ampliar participação da juventude na entidade, debatendo temas como o ingresso no mercado de trabalho e atraindo estudantes e recém-formados para a luta por melhor qualidade de vida e desenvolvimento do País; para dirigentes, redes sociais podem ser uma boa ferramenta de aproximação**

Com o objetivo de aproximar a juventude dos sindicatos, e vice-versa, a CNTU iniciou um projeto para formar seu Coletivo de Jovens. Primeiramente, será criado um grupo de trabalho para planejar a formação do Coletivo, que terá, entre suas missões, o desafio de estimular as federações e sindicatos, ligados à entidade, a ampliarem o número de jovens em seus quadros de sindicalizados. Uma das formas para isso é implantação de programas e serviços para os jovens, com até cerca de dez anos de conclusão da graduação e estudantes em final de curso.

De acordo com o diretor da CNTU, Allen Habert, o projeto da entidade vai possibilitar uma melhor inserção do jovem universitário e recém-formado no mercado de trabalho. “É o primeiro andar desse edifício”, compara Habert. “O segundo andar é a aproximação com o profissional que está formado dentro do período de dez anos e criar espaços organizados para discussão e debate sobre diversas questões, inclusive com pessoas que possam orientá-lo na carreira”, completa.

Segundo Habert, ao sair da faculdade, o jovem terá uma espécie de apoio do profissional que atua no mercado de trabalho, que seria como um “irmão mais velho”. A proposta é estimular a colaboração e diálogos. “Essa prática será boa para ambas as gerações. O Brasil necessita de novas ideias e estímulos para não desperdiçar essa energia dos jovens.

Queremos criar um ambiente em que essas respostas apareçam do próprio jovem.”

Na opinião do presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO), José Campos Sobrinho, “o Coletivo de Jovens é uma das propostas mais importantes da CNTU”. Segundo ele, a ideia é “brilhante” por, justamente, ser destinada aos recém-formados, que não têm orientação necessária para o bom desempenho profissional.

“Ser associado ao sindicato aumenta consideravelmente o *network* do profissional o que lhe beneficia na inserção no mercado de trabalho, num possível crescimento profissional ou até numa recolocação neste mercado”, diz Angélica Flôr, diretora de finanças do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de Pernambuco (Sinepe) e conselheira fiscal efetiva da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran).

Para Angélica, uma das principais dificuldades do jovem é a busca pelo primeiro emprego. “A competição é cada vez maior no mercado de trabalho, visto o grande número de profissionais frente às ofertas, que não crescem no mesmo ritmo da demanda por trabalho. Há ainda maior exigência do mercado e falta de capacitação.” Mas ela acredita que a sindicalização e a participação nas atividades sindicais são a “chave para o sucesso”.



Júnia Lelis

## *“Movimento sindical precisa estimular novas lideranças”*

“A questão de ter uma direção da carreira é um dos desafios, mas também a formação, a capacitação, uma ideia de educação permanente, o que chamamos de educação continuada”, explica Habert. “É importante que possamos orientar, agregar, articular para que esse jovem trace sua trajetória, faça sua caminhada na sua área profissional de maneira mais vibrante, interessada e continuada”, pondera Habert. “Queremos falar de carreira e salário, mas também criar uma dimensão de desenvolvimento, ou seja, animar o jovem a pensar na sua cidade –



pensar nos problemas e melhorar a qualidade de vida de sua região, e mostrar que ele também pode fazer história, que ele também pode fazer a diferença.”

Conforme aponta Altamiro Borges, presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, hoje, o sindicalismo vive a retomada da sua organização e da capacidade de mobilização, após a avalanche do neoliberalismo. Os desafios são inúmeros, entre eles, intensificar a sua relação com a juventude, que possui novas demandas, anseios e linguagens. “Os jovens ocupam cada vez mais espaços nas empresas. Eles desconhecem a história das conquistas trabalhistas, não possuem cultura sindical e muitos são formados numa visão individualista, tecnicista. A forma de se comunicar com a juventude exige mudanças de comportamento, mais criatividade e audácia na atuação sindical”, escreveu no artigo *As novas demandas do sindicalismo*.

No caso do sindicalismo de profissionais liberais universitários, o vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Grande ABC e secretário de Direitos Humanos da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), José Roberto Murisset, acredita que as entidades “devem, em relação à juventude, priorizar a formação sindical, que nesse primeiro momento seria de ‘sensibilização’ e convencimento dos jovens de que o lugar de lutar, de questionar e de reivindicar melhorias, seja na própria profissão ou em situações mais gerais, é o sindicato”.

## Internet e mobilidade

A utilização das redes sociais pelas entidades sindicais pode ser uma oportunidade de estabelecer uma comunicação eficiente com os jovens. “Tivemos experiência positiva ao divulgar pontos de pautas de reivindicações nas redes sociais e recebemos comentários críticos, que traduziam a insatisfação dos profissionais jovens com o mercado de trabalho e a exploração da mão de obra do

farmacêutico”, aponta Júnia Dark Vieira Lelis, diretora do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais (Sinfarmig) e diretora regional Sudeste da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar).

Porém, ela destaca que os jovens se mostram indignados nas redes sociais, mas “esse descontentamento ainda não conseguiu ser canalizado para o movimento sindical”. Assim, a dirigente observa que, nas redes, eles desabafam sobre reivindicações salariais e de condições de trabalho, no entanto, nas assembleias presenciais o quórum ainda é baixo. “O desafio está em trazer essa indignação registrada no meio virtual para o mundo real, onde os mecanismos de exploração do trabalho continuam implacáveis. Por isso, parece-nos que velhos jornais, panfletos, boletins informativos, sites, precisam ser repaginados, embora isso ainda não seja garantia de adesão física, real, dos jovens às causas dos sindicatos e dos trabalhadores”, conclui Júnia.

Sobrinho acredita que é necessário “utilizar os meios eletrônicos existentes, para convocar os jovens profissionais a se integrarem com a entidade”. Mas ele também acha que são fundamentais ou-



Angélica Flôr

**“O jovem desconhece o trabalho do sindicato”**

tras ações para mostrar a importância da luta sindical, despertando os jovens para defesa coletiva de sua categoria profissional. Entre as ações estão: facilitar com cartilha e outros meios, orientação profissional ao jovem iniciante; comparecer às faculdades para apresentação das finalidades e lutas das entidades; promover eventos sindicais específicos para jovens.

Apesar de as entidades investirem em canais de comunicação, muitos jovens desconhecem as ações do sindicato. “A visão dos jovens de forma geral é negativa por desconhecer o trabalho do sindicato. Observamos que eles não procuram o sindicato por causa do desconhecimento no assunto, visto que as universidades não têm um trabalho voltado para este universo”, sustenta Angélica Flôr.

Para a estudante de engenharia ambiental e sanitária, estagiária do Comitê de Sustentabilidade da União Geral dos Trabalhadores (UGT) Marcellie Dessimoni, “a maior parte da juventude brasileira passa a conhecer o sindicato a partir do seu primeiro emprego formal, e é no momento de seu desligamento que existe a interface jovem e sindicato”. De acordo com ela, na visão da maioria, o sindicato é algo muito distante da compreensão real e existe uma visão distorcida por falta de conhecimento e informação, onde a sociedade julga o sindicato como uma “despesa” para o trabalhador, uma conta que precisa ser paga, uma estrutura desnecessária que não impacta diretamente o cotidiano do trabalhador.

“A comunicação dos sindicatos com os seus representados jovens, na maioria das vezes é insuficiente ou inadequado, é preciso fazer mais para mudar essa visão distorcida que os jovens possuem do mundo sindical. É preciso correr junto com o avanço tecnológico utilizando as ferramentas disponíveis de forma positiva, é preciso criar novos caminhos e espaços de diálogos para informar e formar a juventude sobre os seus direitos e deveres garantidos na

Constituição Federal, dando oportunidade de exercer na plenitude a sua cidadania e mudando conceitos preconcebidos de um século que não se adéqua ao mundo globalizado”, diz Marcellie.

Murisset também aposta nas novas tecnologias de comunicação para aproximar o sindicato dos jovens. “Felizmente, com o advento e a popularização da Internet, das mídias sociais, muito embora ainda sem um viés mais crítico, a participação da sociedade em movimentos ‘mais coletivos’ nos encoraja a achar que a juventude tende a se aproximar cada vez mais dos sindicatos, e este filão de comunicação com ‘as massas’ talvez seja, atualmente, o melhor caminho para conquistar os jovens e a sociedade como um todo”, afirma.

## Despertar para a política

O uso da internet e uma comunicação com uma linguagem das redes pode mobilizar a juventude, mas há ainda outros espaços para o seu engajamento. “Observamos que eles não procuram o sindicato por causa do desconhecimento do assunto, visto que as universidades não têm um trabalho voltado para esse universo”, observa Flôr. Ela afirma que o Sinepe participa de palestras no intuito de divulgar o trabalho sindical para poder mudar essa visão dos universitários e isso já tem rendido frutos devido à nova postura da entidade que “abraça” o futuro colega de profissão já em sua formação.

“As entidades sindicais deveriam, hoje, poucas fazem, estimular os jovens a organizarem-se em associações já nas escolas, nas universidades e na comunidade onde vivem. Ali é que deve nascer o sentimento coletivo de solidariedade, de questionamento e de organização para enfrentar os problemas, as dificuldades, coletivas, do dia a dia, que são, essencialmente, as razões do sindicalismo”, destaca Murisset. “Os jovens de hoje, mais do que ontem, não são estimulados à participação nos movimentos sociais



Marcellie Dessimoni

## “O mundo sindical precisa criar novos espaços de diálogos para a juventude”

coletivos nas escolas, nas universidades e na própria comunidade. Lamentavelmente, uma parte importante das entidades e organizações sindicais no Brasil não contribuem no trabalho de sensibilização e informação dos jovens nesses espaços, digamos, de participação pré-sindical.” Para Júnia, um dos maiores desafios do movimento sindical também passa pelo aperfeiçoamento e intensificação da relação com a juventude para formar massa crítica e estimular o surgimento de novas lideranças: “Essa tarefa tem se revelado difícil tendo em vista que os mais novos são fortemente insuflados para causas estranhas ao sindicalismo e às lutas dos trabalhadores como a afirmação das identidades por meio do consumo.”

Os jovens sempre foram protagonistas nas lutas que buscavam uma sociedade mais justa e igualitária – principalmente por meio da organização de movimentos estudantis. Quem afirma isso é Rafael

Rocha de Azeredo, presidente do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de Alagoas (Sindnut /AL) e diretor de formação sindical da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran).

Ele cita alguns exemplos da história brasileira, como a luta contra a ditadura militar, nas campanhas para o voto direto e o “Fora Collor”, com seus caras-pintadas. Mais recentemente, ocorreram ainda as Jornadas de Junho, que levaram milhares de jovens às ruas do Brasil, motivados pela bandeira da mobilidade urbana. “Apesar de esses movimentos [de junho de 2013] comprovarem a participação maciça de jovens componentes de entidades organizadas, há, evidentemente, uma evasão destes dentro dos movimentos sindicais, justificada, dentre outros fatores, pela pouca discussão política dentro das universidades e escolas, ambientes onde são predominantes”, acredita Azeredo. “O sindicato que não entender a necessidade de atrair essa nova geração está condenado à fragilidade, ao desaparecimento, ou a se transformar em mero emissor de carteirinhas”, finaliza.



Rafael Azeredo

## “Na história, os jovens sempre foram protagonistas nas lutas”

# Por um país justo e saudável

*Campanha Brasil Inteligente da CNTU apresenta e dissemina propostas e soluções de longo prazo para o progresso social*

Idealizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), a campanha Brasil Inteligente valoriza a inteligência coletiva dos brasileiros, mobilizando a capacidade de todos para o desenvolvimento sustentável da nação.

Alicerçada em oito pontos estratégicos, a campanha, que começou em 2011, estabeleceu uma série de metas até o ano de 2022. O foco do projeto é que, até lá, sejam empenhados esforços para a construção de um país mais democrático, saudável e com oportunidade para todos. “Trata-se de um movimento cidadão, a resgatar anseios que a sociedade brasileira já reafirmou e deixou escrito na Constituição de 1988”, afirma o presidente da CNTU, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

“É o início de um projeto que aponta na direção de uma sociedade melhor”, diz

Pedro Afonso Gomes, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo (SindeconSP). “Isso é que o transforma: o pensamento a longo prazo e não apenas números, mas sim pensar uma sociedade mais sadia.”

O presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), Ronald Ferreira dos Santos, destaca que a campanha busca colocar a “produção científica a serviço do País de forma inteligente”. “Para democratizar o conhecimento tem que virar ação e é aí que entra a inteligência: fazer com que esse conhecimento sirva a um projeto de país”, avalia Santos.

Com a campanha, cria-se uma rede de apoio por diversas causas. Ernane Silveira Rosas, presidente da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran), explica, por exemplo, que a luta da entidade é contra os agrotóxicos. “A nossa

campanha defende a redução do envenenamento dos alimentos e vai ajudar as pessoas a pensarem a alimentação. E podemos ajudar nas outras campanhas, que são muito importantes, como o Brasil Sorridente, dos odontologistas”, afirma.

Para o presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO), José Ferreira Campos Sobrinho, “a campanha Brasil Inteligente é um grande desafio da CNTU e das federações e sindicatos filiados, identificando os principais problemas e entraves que afligem a sociedade brasileira”. “Há um acúmulo de conhecimentos relevantes e surpreendentes que muito contribuirão para tornar o País justo e democrático nas diversas áreas do conhecimento. Creio que estamos no caminho certo, avaliando o já executado e acrescentando novos desafios urgentes”, finaliza.

## Oito campanhas para transformar o Brasil

### **Alimentação saudável e contra o uso abusivo de agrotóxicos**

O Brasil é líder no mercado global de agrotóxicos, o que polui solos e lençóis freáticos e traz riscos à saúde. É preciso investir em tecnologias para estimular a agricultura orgânica e familiar, que é livre de contaminação, e banir substâncias de alta toxicidade e a pulverização sem controle.

### **Sistema de educação continuada dos profissionais universitários**

O artigo 218 da Constituição de 1988 diz que o “Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas”. Com base na Carta Magna, a campanha busca assegurar aos trabalhadores o direito a 12 dias por ano para aprimorarem sua formação profissional.

### **Internet pública de qualidade para todos**

Essa campanha visa a garantir infraestrutura de telecomunicações para atender ao interesse público. Entre as metas, estão expandir a rede para todo o território nacional, fortalecer as

políticas de inclusão e de cidades digitais, garantir banda larga em todas as escolas e ter políticas de incentivo à cultura digital e tecnológica.

### **Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia**

Por um desenvolvimento na região com base na sociobiodiversidade, novos materiais e recursos energéticos, superando a economia predatória e excludente. Com a campanha, busca-se a duplicação do número de doutores formados na região e a criação de ao menos duas universidades e dois institutos de pesquisa.

### **Com mobilidade urbana todos ganham**

Os congestionamentos das cidades provocam desperdício de tempo, energia e saúde. Essa campanha pretende garantir que a Lei da Mobilidade Urbana seja implantada em todo o País, com transporte público eficiente e de qualidade, com alternativas viáveis que integrem o transporte individual ao coletivo.

### **Qualidade na saúde pública**

É preciso mais recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo a universalização do acesso e humanização no atendimento. Entre as metas estão contratação de mais profissionais, equipamentos, condições de trabalho e ampliação do número de leitos.

### **Pelo uso racional de medicamentos**

Os medicamentos são essenciais para o acesso à saúde, como um direito social. No entanto, é fundamental que a população compreenda que esses produtos exigem cuidados especiais. Essa campanha teve uma importante vitória com a aprovação do projeto de lei que regulamenta as farmácias, tornando-as estabelecimentos de saúde.

### **Reabilitação bucal para a inclusão social**

Todos os brasileiros têm direito ao acesso aos serviços odontológicos de qualidade. Essa campanha visa à reabilitação bucal, principalmente, dos idosos a partir de 65 anos, faixa da população que, em geral, é vítima de uma política que reduzia o atendimento de adultos à extração dos dentes.



# Farmácias terão status de posto de saúde

*Depois de 20 anos de luta da Fenafar, presidente Dilma Rousseff sanciona projeto de lei aprovado no Senado, que trará impactos positivos para farmacêuticos e a população*

Em votação unânime, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei nº 41/1993, em 16 de julho, que obriga todas as farmácias e drogarias do País a ter a presença de farmacêuticos responsáveis durante o período de atendimento. O projeto ainda eleva esses estabelecimentos à categoria de posto de saúde. A proposta já havia sido aprovada no início de julho na Câmara dos Deputados, como subemenda aglutinativa ao PL 4385/94. A sanção presidencial foi publicada no Diário Oficial da União como Lei nº 13.021/14, em 11 de agosto.

A aprovação da lei é uma vitória da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), que estimulou e apoiou o projeto durante os 20 anos em que tramitou no Congresso Nacional. “Podemos dizer que, neste 11 de agosto, a categoria dos farmacêuticos encerrou um importante ciclo, marcado por 20 anos de luta para que a legislação brasileira incorporasse nos seus ordenamentos a farmácia como um estabelecimento de saúde, no qual os farmacêuticos e farmacêuticas têm o papel insubstituível de prestar a assistência farmacêutica mediante a orientação correta sobre o uso dos medicamentos, primando pelo armazenamento e dispensação corretos dos medicamentos”, diz o presidente da Fenafar, Ronald Santos.

De acordo com ele, a nova lei valoriza a profissão do farmacêutico e faz com que a farmácia deixe de ser apenas um local de negócio. “A relação do farmacêutico não pode ser apenas na troca de produto, ele tem um conhecimento. Essa lei agrega valor à profissão e permite que a farmácia funcione com inteligência, coloca a arte do farmacêutico a serviço da população”, comemora.

O impacto da aprovação do projeto de lei não será apenas para a categoria farmacêutica, mas também para a saúde como um todo. Segundo Santos, além da orientação à população ao comprar medicamentos, o farmacêutico também poderá medir a pressão do paciente, prática hoje proibida, e comercializar e aplicar vacinas contra doenças de incidência local, aumentando o acesso da população a esse tipo de atenção. “Isso vai ter impacto no nosso sistema, pois são cerca de 80 mil estabelecimentos que poderão providenciar esse tipo de serviço, desviando o fluxo dos prontos-socorros e postos de saúde”, explica.

Com essa iniciativa, a Fenafar busca combater a visão mercadológica do medicamento e da farmácia. “É preciso mudar essa sensação de que o medicamento é um produto comum. Medicamento é produto com uma característica específica e é necessário o suporte de um profissional qua-



lificado para que possa ser ministrado com segurança”, afirma Santos.

Segundo o presidente da Fenafar, a falta de regulamentação sobre os estabelecimentos farmacêuticos e sobre os medicamentos beneficiava o negócio bilionário da saúde: “E assim, fazia parte dessa estratégia acabar

*“Medicamento é produto com uma característica específica, e é necessário o suporte de um profissional qualificado para que possa ser ministrado”, afirma Ronald dos Santos*

com a exigência da presença do farmacêutico, incentivar a ‘empurroterapia’, ampliar em larga escala a propaganda de medicamentos e aumentar os produtos em venda nas farmácias, transformando este estabelecimento em um ‘mercado’.

## São Paulo pode ser exemplo de alimentação saudável na merenda escolar

*CNTU e Sinesp atuam em defesa de dois projetos de lei que podem significar um avanço na produção de orgânicos e no combate ao uso de agrotóxicos*

A campanha do projeto Brasil Inteligente da CNTU, Pela Alimentação Saudável, contra o Uso Abusivo de Agrotóxicos, coordenada pelo Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (Sinesp), vem mobilizando organizações sindicais,

ambientalistas e pesquisadores para o fortalecimento da agroecologia e da alimentação orgânica como meio de produção de saúde humana e de padrões agrícolas mais sustentáveis. Com diversas entidades, formou a Frente pela Alimentação Saudável,

pela Agricultura Orgânica e contra o Uso de Agrotóxicos, em que as primeiras ações concentram-se em São Paulo, com o apoio ao Projeto de Lei nº 451/2013. A autoria do projeto é pluripartidária, sendo proponentes os vereadores Dalton Silvano (PV), Goulart



(PSD), Natalini (PV), Nabil Bonduki (PT), Ricardo Young (PPS) e Toninho Vespoli (PSOL). Se transformado em lei, ficará instituída a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos, devidamente certificados, na alimentação escolar no âmbito do sistema municipal de ensino, sendo priorizada a aquisição de alimentos orgânicos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar ou de suas organizações, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e produtores orgânicos localizados no território da capital paulista. Conforme Ernane Silveira Rosas, presidente da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran) e coordenador da campanha, a CNTU e o Sinesp vêm acompanhando o trâmite do projeto, participando das sessões e reuniões realizadas na casa legislativa, bem como conversando e solicitando de todos os vereadores o apoio ao projeto. A CNTU articulou, em conjunto com vários parceiros da Frente, uma reunião em abril com o presidente da Câmara, vereador José Américo (PT), que se manifestou favorável à aprovação do projeto. Para a CNTU e o Sinesp, a aprovação da proposta possibilitará medidas concretas para melhorar a situação da agricultura, da produção ali-

mentar e da alimentação escolar na capital paulista. Seria um importante exemplo para todo o estado e o País de que é possível coibir o veneno nas mesas dos brasileiros e de que os governos municipais podem e devem agir em temas de tão aguda importância para a saúde humana e o ecossistema. As entidades também manifestaram o apoio à medida junto ao prefeito Fernando Haddad, às secretarias municipais diretamente envolvidas (educação, trabalho e verde) e, em especial, junto ao Departamento de Alimentação Escolar (DAE), que hoje atende 1,8 mil refeições diárias nas escolas públicas do sistema público municipal. A CNTU e o Sinesp estão prontos para contribuir no que for necessário para a implantação progressiva dos orgânicos nesse gigante e complexo sistema de alimentação de crianças e jovens na cidade, mobilizando os conhecimentos dos profissionais da nutrição e das demais categorias reunidas na CNTU, economistas, engenheiros, médicos, farmacêuticos e odontologistas. O coordenador da Campanha Brasil Inteligente, diretor de Articulação Nacional da CNTU, engenheiro Allen Habert, entende que essa iniciativa paulistana pela alimentação orgânica é muito importante para o País, mostrando que quando há empenho,

boa vontade e união dos movimentos sociais, do poder legislativo e do poder executivo, a política avança e a democracia adquire um novo encanto, uma esperança. Habert lembra que o Brasil tem papel importantíssimo para todo o planeta no combate à fome, a partir de políticas que devem ser continuadas e aprofundadas, pois a alimentação é um desafio permanente das sociedades, e ainda existem milhões de pessoas que passam fome no Brasil e no mundo. Para ele, é preciso, agora avançar na qualidade da alimentação, pois quantidade e qualidade não são inimigas, sendo possível ter para todos uma alimentação saudável e o mais livre possível de todas as substâncias que prejudiquem o ser humano, os animais e o ambiente. “Um compromisso de cuidado com a vida”, afirma.

O projeto de lei em prol do alimento orgânico na merenda escolar pública paulistana foi aprovado na primeira rodada de votação na Câmara Municipal, e também recebeu apoio favorável das várias comissões da Casa. A CNTU e o Sinesp, em conjunto com os parceiros da Frente pela Alimentação Saudável, pela Agricultura Orgânica e contra os Agrotóxicos, apoiam ainda o projeto de autoria de Toninho Vespoli e Nabil Bonduki (PL nº 891/2013), que proíbe o uso e a comercialização de agrotóxicos com substâncias banidas em outros países. Os dois projetos de lei constituem importantes ações em prol da vida, fazendo de São Paulo uma metrópole-exemplo para o mundo todo.

*É possível coibir o veneno nas mesas dos brasileiros e os governos municipais podem e devem agir em temas tão importantes para a saúde humana e o ecossistema*

# Alimentação escolar: oportunidade para impulsionar padrões agrícolas sustentáveis

*ONU leva programa brasileiro que incentiva agricultura familiar e orgânica a países da América Latina e África*

Milhões de refeições são oferecidas pelas escolas públicas brasileiras, constituindo-se a alimentação escolar, hoje, uma das mais importantes políticas públicas do País. Além de garantir alimentação adequada aos estudantes, a alimentação escolar é uma grande oportunidade para a agricultura familiar e orgânica e o desenvolvimento local. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é o maior programa de suplementação alimentar da América Latina, apoiando 45 milhões de refeições diárias no ensino público infantil, fundamental e médio.

misso constitucional desde 1988, o caráter universal, o número de alunos atendidos e o volume de investimentos já realizados.

Desde 2003, o governo federal estimula a agricultura familiar por meio de um original sistema de compras públicas visando à formação de estoques e doações às instituições sociais. Essas ações reunidas em torno do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) têm como objetivo adquirir alimentos com dispensa de licitação, pagando preços de referência estabelecidos regionalmente, até um determinado limite por ano, por unidade produtiva familiar. Segundo a Lei nº 11.947/2009, no mínimo 30% dos recursos

local, dispensando o processo licitatório pelas chamadas públicas. Essa política inovadora traz também seus limites e dificuldades. Em muitos locais do Brasil, as prefeituras ainda não estão fazendo essas chamadas públicas, e o processo licitatório acaba prevalecendo.

A lei de alimentação escolar colabora com a estratégia de segurança alimentar e nutricional proporcionando a oportunidade de aproximar os circuitos de produção e consumo. Trata-se, portanto, de política com muitas potencialidades para a agricultura familiar e para a agroecologia, sendo que a lei da alimentação escolar recomenda que se dê prioridade à compra de produtos orgânicos pelas escolas. Isso vem incentivando a migração da agricultura familiar tradicional para a agroecologia, suprimindo-se o uso de agrotóxicos. Iniciativas pioneiras no Brasil vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de introduzir e ampliar o espaço da agricultura orgânica como fornecedora de alimentos para a merenda escolar. Alimentação mais saudável e nutritiva para as crianças, novos hábitos alimentares, educação e proteção ambiental, permanência dos agricultores no campo, valorização da produção regional e resgate da cultura do meio rural são algumas das vantagens das políticas públicas que priorizam o alimento orgânico na merenda escolar. Essas iniciativas pioneiras e bem-sucedidas no País vêm sendo acompanhadas, apoiadas e divulgadas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para a América Latina e África. O objetivo é fortalecer os programas já existentes nos países, aprimorando-os com base na experiência brasileira. De acordo com a FAO, 11 países fazem parte do projeto de fortalecimento da merenda escolar, que atende a mais de 19 milhões de pessoas.

## Pnae: Alunos atendidos e recursos destinados



Fonte: FNDE

O Pnae, também conhecido como merenda escolar, é regulado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir – parcialmente – as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado o maior programa de suplementação alimentar da América Latina, tendo em vista o tempo de atuação, a continuidade, o compro-

federais devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Portanto, há cooperação entre os objetivos do PAA e do Pnae na medida em que os dois programas possuem o potencial de promover o desenvolvimento econômico; a redução das desigualdades e a segurança alimentar e nutricional.

Essa política reforça o papel da agricultura familiar e reconhece que esses agricultores e agricultoras produzem alimento de qualidade, além do fato de que eles têm direito a participar da política e vender a produção



# Jornada Brasil Inteligente discute políticas públicas para alimentação

*Palestrantes destacaram temas importantes a serem debatidos durante ano eleitoral*

FORAM DIVERSAS AS PROPOSTAS apresentadas pelos palestrantes da 5ª Jornada Brasil Inteligente, promovida pela CNTU em julho. O evento, que ocorreu no auditório do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seep), trouxe como foco “A alimentação nas Eleições de 2014”. O objetivo do encontro foi levantar sugestões de estudiosos para compor o conjunto de recomendações que a CNTU quer apresentar e debater no processo eleitoral deste ano.

Na ocasião, a especialista em nutrição clínica funcional Valéria Paschoal apresentou uma palestra sobre as medidas de regeneração do solo e a importância do não uso de agrotóxicos. Para isso, destacou a necessidade de uma política de quitandas populares, que permitam facilitar o acesso da população aos alimentos orgânicos. “Assim como a farmácia popular é importante para os que precisam de remédios, a quitanda orgânica é decisiva para que o povo tenha menos doenças”, afirmou.

O papel da escola na educação alimentar infantil foi o assunto trazido pela palestrante Susana Prizendt, coordenadora do Comitê Paulista da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos. Ela lembrou a realidade das crianças, exageradamente expostas à publicidade, seduzidas por propagandas, embalagens e outros atrativos que induzem à compra de alimentos calóricos e pouco nutritivos. “Nessas embalagens, que geram muito lixo, o que existem são produtos com uso excessivo de gordura hidrogenada, açúcar, sal, conservantes, com comprovados e indesejados danos à saúde”, observou.

Outro ponto alto do evento foi a participação do médico veterinário Marcus Fusco, que apresentou a experiência da Rede Ecovida de Agroecologia. A organização não governamental, que atua principalmente no Rio Grande do Sul e no Paraná, coordena 3 mil famílias, contando com um processo de certificação participativa dos próprios produtores e condutas



Evento apontou recomendações sobre alimentação para as eleições deste ano. Luciano Elói falou sobre bioética



Segundo Valéria Paschoal, quitanda orgânica é decisiva para que o povo tenha menos doenças

menos dependentes dos mecanismos capitalistas de produção, distribuição e consumo.

A Bioética foi o tema principal da palestra ministrada pelo presidente do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) Luciano Elói. Ele propôs uma reflexão sobre os limites da biotecnologia na agricultura, de modo a não prejudicar as diferentes formas de vida existentes no planeta. Segundo ele, essa nova área do conhecimento veio para estabelecer um diálogo entre a ciência e as relações sociais, de forma ética e responsável.

A pesquisa sobre o impacto dos agrotóxicos foi um assunto abordado na palestra do biólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Grisólia e também na fala do pesquisador do Instituto Nacional do Câncer (Inca) Fábio da Silva Gomes. O primeiro enfatizou que, por inúmeros interesses, os estudos apresen-

tados em laboratórios contratados por grandes empresas nem sempre correspondem aos dados gerados por pesquisadores independentes. Já o segundo cobrou políticas públicas, políticas de regulação e publicidade que possam proteger a população dos efeitos nocivos dos agrotóxicos à saúde. “É preciso conhecer as estratégias da indústria e da ciência regulatória para se propor alternativas, fazendo o contraponto”, sugeriu.

Por fim, o geólogo Wanderlino de Carvalho fez uma importante denúncia sobre os comportamentos perigosos e fraudulentos existentes na compra de agrotóxicos no Brasil. Entre eles, receituários falsos ou emitidos por profissionais que nem sempre vão a campo verificar as necessidades e condições do ambiente. Carvalho pediu mais fiscalização dos órgãos competentes para coibir atitudes como essas.

# Formação para a luta sindical

*Cursos da CNTU debatem os desafios encontrados pelos dirigentes para atuar na defesa dos trabalhadores universitários no governo, no Congresso Nacional, na Justiça do Trabalho e na mídia*

A Confederação realizou dois cursos de formação, visando à capacitação política dos dirigentes para que possam atuar de forma qualificada em defesa das seis categorias representadas pela entidade (economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas). “O movimento sindical precisa estar preparado para enfrentar os desafios da atualidade”, disse o presidente da CNTU, Murilo Pinheiro.

O primeiro curso, com o tema “Organização, mobilização e expressão”, debateu a conjuntura sindical brasileira, a Justiça do Trabalho e a importância da comunicação e mídias digitais para a luta dos trabalhadores. Em seguida, foi a vez de Belém (PA) receber o curso, aprofundando novamente questões abordadas na edição de Brasília, que foi uma experiência-piloto.

Para Ronald Ferreira dos Santos, presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), essa iniciativa da CNTU é “importante para que os sindicalistas possam, no processo de disputa, valorizar a vida”. “Para o capital não existem vidas, apenas dinheiro. A formação é fundamental para que os sindicalistas estejam preparados para essa disputa. A ação é importante, mas estar preparado também é fundamental”, ressaltou.

Segundo Pedro Afonso Gomes, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo (SindecinSP), os cursos de formação auxiliam não só na disputa em defesa dos trabalhadores, como também na manutenção da própria entidade que os representa. “É muito importante no sentido de que, não basta apenas estar

preparado politicamente, é preciso investir na formação sobre a gestão do sindicato, não basta apenas ter boa vontade, compreender a gestão é que faz todo o diferencial.”

“Esses cursos são de fundamental importância, pois, ajudam a abrir a nossa cabeça, nos ajudam a pensar e, quando este conhecimento é levado para o meio sindical, ajuda a questionar”, reforçou o presidente da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran), Ernane Silveira das Rosas. “A partir de uma visão geral e não apenas focado num setor, mas para os trabalhadores, a formação agrega força e conhecimento na luta”, completou. Já o presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO),

José Campos Sobrinho, acredita que os cursos vão além e “fazem parte da formação política e de cidadania dos trabalhadores brasileiros”. Campos considera que foi um “acerto da CNTU a instituição dos cursos de formação sindical”. O presidente da FIO ainda destaca algumas questões que considera as mais relevantes em torno dessa iniciativa: estimular ações de cidadania; despertar os trabalhadores, das diversas categorias, para a importância da militância sindical; chamar a atenção para o papel dos sindicatos na construção da consciência da classe trabalhadora e a organização e o fortalecimento das bases sociais da democracia; renovar os quadros, no convencimento



*O presidente da CNTU, Murilo Celso de Campos Pinheiro, abre o curso de formação sindical da entidade*

da importância e das vantagens da luta coletiva das entidades representativas em defesa de seus direitos e interesses; e, por fim, fortalecer as entidades sindicais, as quais ajudam na distribuição justa e igualitária da renda e solucionar os conflitos de forma negociada, sem emprego de atos de violência.

“A preocupação ao organizar esse ciclo experimental é, com qualidade, criar e fazer um curso que leve os dirigentes à ação; a ideia não é simplesmente aprender, mas fazer”, afirmou o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, durante a primeira edição, realizada em Brasília. “É uma experiência que associa qualificação do dirigente com capacidade de intervenção na sociedade.”

## Sindicalismo hoje

“Temos que lutar contra a visão negativa do trabalho, do trabalhador e do movimento que o representa.” Essa ideia foi trazida por Vargas Netto, que alerta para o fato de hoje os trabalhadores enfrentarem uma situação “desequilibrada” na sociedade. Para comprovar isso, disse ele, basta observar a mídia tradicional. Não há em qualquer veículo uma editoria de trabalho.

Outra questão negativa apontada por Vargas é em relação à participação dos jovens no movimento sindical. “Em 1979, essa massa de trabalhadores vinha aos sindicatos. Hoje, isso não ocorre. As manifestações de junho tinham caráter antissindical. Eles estão arredios depois de 25 anos de lavagem cerebral neoliberal, pregando individualismo”, lamentou.

No entanto, o consultor pondera que o sindicalismo deve se fortalecer ainda mais diante desses desafios. “Não tenham a ideia errônea de que estamos no fim da luta e da história sindical. Não existe o fim da história sindical. Algo foi feito, foi conquistado. Mas este é o momento que vai exigir uma nova articulação, uma nova ação”, pontuou.

O movimento sindical, na opinião de Vargas Netto, “representa a parte de baixo da sociedade”. “Ele é o movimento dos trabalhadores e, apesar dos trabalhadores



Crédito: Paulo Nogueira

Mesa da manhã no 1º curso da CNTU, com Antonio Augusto de Queiroz, Clemente Ganz Lúcio e Gilda Almeida

serem a maioria, nós não temos a hegemonia na sociedade. Também não temos a hegemonia na comunicação. E a comunicação faz parte da dominação dos capitalistas, dos donos dos meios de produção, sobre a sociedade”, comentou. Ele ainda lembrou que o movimento sindical, hoje, “não tem influência e nem hegemonia nos partidos políticos”. “Temos uma relação de voto, mas não temos uma relação de direção partidária.”

Outra tarefa das organizações sindicais, apontou Vargas Netto, é manter a unidade de ação verificada desde a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada em São Paulo, no Estádio do Pacaembu, em 2010. “Existem elementos, como a diversidade, que conspiram contra a unidade, exatamente por isso temos que insistir.” Fundamental também é evitar a armadilha da partidização, especialmente nos períodos de disputa eleitoral. “É necessário manter a bandeira sindical”, defendeu.

Para ele, “o sindicalista tem que verificar numa vitória as necessidades que continuam existindo e numa derrota as potencialidades de correção. Temos que ter uma noção muito precisa de conjuntura. Hoje em dia, esse conceito é muito vulgarizado. Conjuntura faz parte dos grandes conceitos formuladores da realidade socioeconômica: produção, formação social, circulação, reprodução, sistema, mundo. São conceitos que dizem respei-

to a maneira de analisar a realidade, e podem ser observados dentro de um período ou situação”, explicou. “Podemos falar hoje numa conjuntura mundial do capitalismo, que se caracteriza por baixo crescimento e, em geral, nos países mais ricos, graves ataques aos salários e aos direitos dos trabalhadores.”

## Justiça do Trabalho

Outro tema no mundo trabalho, levantado nos cursos de formação da CNTU, é a questão da Justiça, seus mecanismos de funcionamento e sua evolução na histórica. “A Justiça do Trabalho tem uma característica peculiar: ela surge no poder jurídico tardiamente na década de 1930, depois que Getúlio Vargas assumiu o poder, e junto com ela vieram todas aquelas reformas, o surgimento das leis do trabalho e depois a sua consolidação. A sua característica era de conciliação e mediação, não tinha o seu caráter jurisdicional. Nessa época, o País estava numa fase de transição de agrário para industrial”, explicou o professor de Direito do Trabalho Claudio Santos. De acordo com Santos, poucos países possuem uma justiça específica às questões trabalhistas. “Por meio de dois decretos de Getúlio Vargas, criaram-se instrumentos para a solu-



ção dos conflitos: primeiro coletivos e, depois, para os individuais. Nessa época, foram criadas comissões mistas de conciliação e as juntas de comissão para julgar os dissídios individuais. Eram órgãos que estavam dentro do Ministério do Trabalho e do Emprego, não havia jurisdição, não se buscava o Judiciário trabalhista. À época, as questões eram resolvidas na esfera do Estado, no ministério. O ministro do trabalho tinha a última palavra”, destacou. Claudio Santos lembrou ainda que a Justiça do Trabalho, na última década do século passado e na primeira deste século, esteve ameaçada. “Entre 1996 e 2002, houve um movimento muito forte para a sua extinção. As varas do trabalho seriam absorvidas pelas varas federais, os julgamentos aconteceria no TRF [Tribunal Regional Federal] ou nos Tribunais de Justiça [TJ], e o TST [Tribunal Superior do Trabalho] seria uma seção do STJ [Superior Tribunal de Justiça]. Houve uma reação muito forte que contou com o apoio da OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] para que os conflitos do mundo trabalho fossem feitos por uma Justiça Especializada”, relatou. Santos também ressaltou que, desde 2002, podem ser observadas mudanças no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Essa corte, que vinha dando sentenças sistematicamente contra os pleitos dos trabalhadores, passou a ouvi-los para tomar decisões relativas às disputas coletivas. Além disso, sob a presidência do ministro Francisco Fausto, também foram afastados os precedentes formais que extinguíam o dissídio sem julgamento de mérito. “Com isso, sindicatos que estavam refratários à Justiça do Trabalho voltaram a recorrer ao tribunal”, afirmou Santos. Alteração importante ainda, destacou ele, foi a feita na Súmula 277, que estabeleceu a ultratividade das normas coletivas. Ou seja, caso não haja negociação na data-base de uma categoria ou não se chegue a um acordo, fica valendo a norma

anterior. Segundo ele, o mecanismo é ainda mais valioso tendo em vista que para recorrer à Justiça do Trabalho, após a reforma do Judiciário feita pela Emenda Constitucional 45, é preciso que haja comum acordo entre empregados e patrões. “Isso é muito importante porque força a parte que tem o capital e o comum acordo a seu favor, a negociar. Se o patrão não negociar, o acordo fica vigendo. É um instrumento que coloca o patrão na mesa de negociação”, comemorou.

## Agenda dos trabalhadores

O diretor do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz (Toninho), fez uma análise da correlação de força entre o Congresso Nacional e a agenda nacional assumida por cada presidente da República ao longo da história, e como a escolha dessa agenda é fundamental para nortear as lutas do movimento sindical. “A primeira coisa que é interessante chamar a atenção é que cada presidente, no seu período, tem à sua disposição o que pode encampar ou não a chamada agenda nacional. Aquilo que é produto das demandas de ações da so-

cidade, o que é pedido no momento histórico do País e o que, em certa medida, o governo apresentou em sua campanha”, explicou Toninho, para depois fazer um levantamento cronológico das agendas assumidas pelos últimos chefes do Executivo. “Getúlio Vargas, quando assumiu a Presidência da República tinha como agenda nacional a construção de um projeto de nação. Depois, o Juscelino Kubitschek escolheu a modernização do País. Em seguida vem o regime militar, que aproveita os petrodólares em abundância e faz a substituição de importações, cria várias empresas nacionais, estatais dentro da doutrina de segurança nacional. Depois vem o Sarney, com a redemocratização, anistia, constituinte, eleições diretas e remoção do entulho autoritário. Vem o Collor que anuncia mudanças estruturais e abertura da economia, as mudanças estruturais não avançam, e a abertura econômica dá alguns passos que pavimentam o caminho de Itamar Franco e Fernando Henrique. Ambos têm como agenda a estabilidade econômica, e fazem isso por intermédio do Plano Real”, lembrou Toninho. A agenda nacional, segundo o diretor do Diap, ganha uma virada popular com a eleição do ex-presidente Lula, em 2002: “O Lula tem como agenda o enfrentamento à desigualdade, mas faz isso respeitando o tripé da economia que foi construído na época



Crédito: Paulo Negreiro

Mesa da tarde no curso de Brasília, com Silvia Martins, Cláudio Santos e Jonas Matos

do FHC, com políticas afirmativas que, ao longo do tempo, não se sustentam se não houver mudanças complementares. Este é o desafio da presidente Dilma, é o momento da sustentabilidade. Ela tem que fazer com que esses milhões de pessoas que ingressaram nos programas sociais não regredam e, para fazer isso, tem que investir em infraestrutura.” O representante do Diap também lembrou que Dilma Rousseff se elegeu sob um país dividido politicamente. “Ela teve 60% dos votos e o seu adversário teve 40%, ou seja, um país dividido. Logo que ela se elege, faz um pacto para acalmar a mídia e a classe média. Porque esses grupos viram na presidente um adversário forte naquilo que eles consideram mais importante no seu ideário, que são os Direitos Humanos. Para esses grupos, o presidente Lula se identificava com alguns países que não respeitavam os direitos humanos. A Dilma busca se pacificar com esse segmento fazendo declarações reiteradas a favor da liberdade de imprensa, da ética, da probidade administrativa.” Toninho acredita que a escolha feita por Dilma Rousseff, à época, foi acertada e teve apoio da população, visto que o PT e os partidos da base saíram vitoriosos na eleição de 2012. Mas comentou que é chegada a hora de se fazer pressão por concessões à pauta sindical. Por outro lado, ele alertou que tramitam no Congresso Nacional projetos de lei que ameacem direitos dos trabalhadores, como o PL nº 4.330/2004, sobre a terceirização. Outro ponto é a criação do chamado Simples Trabalhista (PL nº 5101/2013), que pretende reduzir direitos de quem trabalha em micro e pequenas empresas. Já o PL nº 948/2011 visa a impedir que o empregado demitido reclame posteriormente pagamento de direitos na Justiça do Trabalho. Outro risco apontado por Toninho

é o fim da política de valorização do salário mínimo, já que a bancada da oposição pretende desindexar a remuneração básica do País. Com isso, além de se perderem os ganhos reais (acumulados em 70,49% desde 2001), sequer haveria a recomposição das perdas relativas à inflação. Toninho fez ainda uma advertência em relação à representação dos trabalhadores no Congresso Nacional. “Se nada for feito pelo movimento sindical, a bancada encolhe para metade.” Segundo ele, os parlamentares oriundos das entidades têm enfrentado dificuldade para disputar as eleições. “Entidades sindicais devem investir em formação política”, enfatizou.



## Democratizar as comunicações

A democratização da mídia no Brasil também foi debatida nos cursos promovidos pela CNTU. Segundo Altamiro Borges, presidente do Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé, ainda há muita concentração no setor, e o que prevalece é “a opinião dos donos dos meios de comunicação”. Borges explicou ainda como funciona o processo de manipulação na mídia tradicional. “A mentira

escancarada o sujeito percebe fácil, a manipulação se dá através de uma técnica: você realça o que lhe interessa e omite o que não interessa. É assim que se dá a manipulação.” Como exemplo, ele citou o que acontece, em geral, na cobertura de atividades sindicais. “Teve uma marcha sindical que reuniu mais de 60 mil pessoas, os jornais omitem. Agora, se a marcha atrapalha o trânsito, eles entrevistam um caboclo que vai reclamar do trânsito, realçando o que lhes interessa e colocando trabalhador contra trabalhador. Isso é feito pelas manchetes nos jornais, pelos destaques nos telejornais. Omissão e realce. Isso é terrível para a luta dos trabalhadores. Ou é não notícia ou notícia distorcida. Ou seja, criminalização”, criticou. O presidente do Centro Barão de Itararé destacou em que para garantir a pluralidade informativa, onde as pautas de interesse dos trabalhadores também tenham voz, é necessária a regulamentação do setor de radiodifusão. “É urgente e constitucional. A regulamentação dos meios de comunicação está prevista em quatro artigos da Constituição”, explicou. A imprensa sindical, pois é um espaço onde são abordadas as pautas de interesse dos trabalhadores. A internet também permitiu a ampliação de vozes, abrindo espaço para outras opiniões diferentes das que são divulgadas pelos veículos tradicionais. Segundo a consultora em comunicação e marketing Cátia Lassalvia as chamadas mídias digitais não devem ser desprezadas, tendo em vista sua importância como meio de conquistar visibilidade e engajamento diante da grande audiência que a web tem no Brasil. “Cada dirigente pode começar sua ação repercutindo o que já está no ‘ecossistema’ de informação da CNTU, o que fortalece os canais oficiais e cria mídias de apoio em rede”, conclui Cátia.

# Segue a luta dos engenheiros pelo desenvolvimento

*Murilo Celso de Campos Pinheiro*

CHEGA A UMA NOVA ETAPA com a publicação intitulada “Novos desafios”, lançada em julho último, o Projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, criado pela FNE em 2006. Idealizada ante uma realidade de estagnação econômica, a iniciativa, desde então, tem o objetivo de propor a discussão sobre a necessidade e a possibilidade de expandir a economia nacional de forma sustentável e com distribuição de renda. As premissas básicas da proposta eram a meta de ampliação do Produto Interno Bruto (PIB) de 6% ao ano, com 25% de investimentos públicos e privados, e uma administração da macroeconomia de forma a reduzir juros e estimular o gasto produtivo.



Uma primeira fase desse esforço passou por apontar a necessidade de investimento em infraestrutura, cujas deficiências representavam sérios gargalos. A instituição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, de certa forma respondeu a essa demanda e estimulou a economia. Ainda, medidas de distribuição de renda, sobretudo a valorização do salário mí-

nimo, acertadamente garantiram o fortalecimento do mercado interno, o que serviu inclusive como anteparo frente à crise financeira que varreu o mundo a partir do segundo semestre de 2008. Hoje, deparamo-nos com um duplo desafio: dar continuidade ao esforço de melhorar a infraestrutura nacional, ainda seriamente insuficiente apesar dos progressos feitos, e buscar o avanço industrial, sem o qual não escaparemos do subdesenvolvimento. Apesar da importância gigantesca da agricultura, um país com tais dimensões e complexidades não poderá viver eternamente da venda de commodities se quiser transformar-se numa nação em que haja condições de vida digna para todos e com inserção qualificada no panorama global. Partindo desse pressuposto, os engenheiros brasileiros, por meio do projeto “Cresce Brasil”, incluem na sua pauta de debates com os governantes, parlamentares e a sociedade em geral a necessidade de reindustrializar o Brasil, com inovação e ganhos de produtividade. Dar conta dessa tarefa implica tomar medidas corretas na área econômica e estabelecer uma política de Estado estrategicamente voltada a tal objetivo, por exemplo adensando cadeias produtivas promissoras.

É urgente também investir em pesquisa e desenvolvimento. Por fim, é preciso que se pense na mão de obra essencial a alcançar tais metas. Um dado positivo é que, desde 2006, quando teve início o “Cresce Brasil”, houve significativo aumento da procura pelos cursos de engenharia por parte dos jovens estudantes. De um patamar de 30 mil concluintes por ano, saltamos para cerca de 54 mil, em 2012, conforme dados do censo do ensino superior do Ministério da Educação (MEC). É necessário manter a dinâmica que estimule as carreiras voltadas ao desenvolvimento e ponto essencial nesse sentido é a valorização profissional, que inclui remuneração justa, condições adequadas de trabalho e reconhecimento. A FNE apresenta assim à sociedade e, especialmente, aos candidatos nas eleições deste ano, uma proposta de debate sobre o futuro do Brasil. Convidamos todos a integrá-lo.

**Murilo Celso de Campos Pinheiro é presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE).**



# Romper com o tripé econômico que amarra os investimentos

Ronald Ferreira dos Santos

DESDE 2003, O BRASIL TEM construído uma trajetória de desenvolvimento ascendente. Mais programas sociais, em todas as áreas, têm garantido a presença do Estado em muitos cantos do país. Estas políticas têm sido decisivas para aumentar a renda da população brasileira, promover direitos e, com isso, reduzir desigualdades

Avançamos, mas ainda nos deparamos com opções econômicas do governo que engessam os investimentos e se constituem em verdadeiras amarras para que possamos conquistar melhores condições de vida para a maioria da população. Os governos de Lula e Dilma insistiram em manter uma linha ortodoxa na política macroeconômica, que se fundamenta no tripé: superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante. Essa política macroeconômica restritiva reduz os gastos do governo, para cumprir as metas de superávit, e retira recursos públicos das áreas sociais, em particular da Saúde e da Seguridade Social. Essa contradição ficou patente durante a batalha pela regulamentação da Emenda Constitucional 29 (Lei Complementar nº 141), que não definiu o piso dos gastos federais com a Saúde, apesar das intensas mobilizações sociais que reivindicavam o aumento de recursos para o SUS. Mesmo sendo referência internacional em serviços públicos de Saúde, o SUS passa por grandes dificuldades para se transformar, de fato, num serviço universal. É preciso enfrentar de forma coordenada problemas de gestão, recursos humanos e infraestrutura para a prestação dos serviços e, também e talvez principalmente, tomar medidas para ampliar os investimentos do Estado com a Saúde. Os gastos federais com ações e serviços públicos de saúde (SUS) representavam, em média, 8,37% das receitas correntes brutas da União no período de 1995 a 2001. Já entre 2002 e 2009, caíram para 7,1% na média. Com o revés obtido no processo de regula-

mentação da Emenda Constitucional 29, o movimento social brasileiro iniciou uma ampla articulação para dar outro fôlego à luta por mais recursos. Surgiu, então, o Movimento Saúde + 10, que aglutinou dezenas de entidades em torno do Projeto de Lei de Iniciativa Popular que assegure o repasse de 10% das receitas correntes brutas da União para a Saúde. Esse movimento, coordenado pela Fenafar, coletou mais de 2 milhões e 200 mil assinaturas para o Projeto, que foi entregue ao Congresso Nacional e tramita na Câmara dos Deputados, como PLP nº 321/2013. A aprovação deste projeto se coloca, atualmente, como uma batalha central para o movimento social. Afinal, os problemas relacionados ao acesso e atendimento nos serviços de saúde estão sempre entre os três mais citados pela população. E, diante das eleições para a Presidência da República, para governos estaduais e para deputados e senadores, a pauta dos recursos para a Saúde deve figurar entre as prioritárias para que se amarrem compromissos de candidatos com a melhoria destes serviços. A Federação Nacional dos Farmacêuticos está mobilizada e tem colocado esse tema entre os centrais de sua agenda política. Para o Brasil avançar e aprofundar uma política focada no desenvolvimento nacional, com soberania e promoção de direitos, é preciso romper com a lógica neoliberal que preside a orientação econômica do governo e ousar para ampliar recursos que trarão mais dignidade para o povo.



**Ronald Ferreira dos Santos** é presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Farmacêutico do Centro de Informações Toxicológicas de Santa Catarina - CIT-SC, Farmacêutico Assessor Técnico do CRF-SC e membro do Conselho Nacional de Saúde.

# Educação continuada e o desenvolvimento social e econômico do Brasil

Pedro Afonso Gomes

EM RECENTÍSSIMO ESTUDO, OS ECONOMISTAS E HISTORIADORES NICO Voigtländer e Mara Squicciarini trataram da relação entre o desenvolvimento econômico na França, na segunda metade do século XVIII, e a venda de enciclopédias, no mesmo período. Como se sabe, na época, a enciclopédia reunia, de modo atualizado, praticamente todo o conhecimento científico, tecnológico e filosófico existente. A conclusão foi a foi substancialmente maior o desenvolvimento econômico nas regiões em que as vendas de enciclopédias também foram mais volumosas. Fazendo um paralelo com o tempo atual, em que o conhecimento é construído e disseminado com muita rapidez e abrangência espacial ampla, fica a pergunta: De que modo aproveitá-lo para elevar as condições de geração de renda e riqueza e a sua distribuição entre todos os seres humanos e comunidades, pensando no presente e no futuro? No modelo que poderíamos dizer “antigo” – apesar de vigente até cerca de apenas 20 ou 30 anos atrás –, considerava-se pronto e apto para qualquer tarefa profissional de sua área o graduado em determinado curso superior, independentemente das condições reais do mundo do trabalho em que se inserir. Não há dúvida de que, se o curso de graduação for conduzido e concluído com esmero e dedicação, ele será base sólida para uma carreira que tende a ser bem sucedida, ao longo dos anos. Entretanto, na velocidade em que a ciência e a tecnologia avançam nos dias de hoje, e assim também os aspectos econômicos e sociais, aquilo que se sabia ontem não basta para superar os desafios de hoje. Parece exagero, mas, se bem analisar-

mos cada um dos ofícios da divisão social do trabalho, encontraremos realidades humanas e materiais que evoluem (ou regredem) em ritmo acelerado, e a compreensão cotidiana do homem e seu ambiente são essenciais para o progresso, entendido como um degrau a mais na história de descoberta de todas as potencialidades da humanidade. Assim é que a educação continuada é uma exigência inquestionável do século XXI. Aqui não se trata de instrução, no sentido de automatizar as reações a determinado fato ou pensamento, e sim à verdadeira educação, a atividade em que, nas palavras do filósofo francês Ernst Renan, menos vale o que se ensina e mais vale o que se desperta, ou seja, educação gera novas ideias e situações, e novas ideias e situações geram a necessidade de educação continuada. No mesmo prisma, não pode a educação continuada responder exclusivamente às necessidades imediatas das empresas, caso contrário tende a ser instrução. É preciso que se pense no capital humano, que circunstancialmente pertence à empresa e de modo mais permanente está a serviço da sociedade como um todo. As entidades de ensino e aprendizagem do chamado “Sistema S” (Senai, Senac, Senar, Senat e Sescop) recebem recursos extremamente vultosos, que, na forma do art. 149 da Constituição Federal de 1988, são contribuições instituídas em virtude do interesse das categorias profissionais ou econômicas. Por óbvio, não se nega o valor da instrução com objetivos imediatos, de fornecer ao trabalhador os subsídios necessários a um bom desempenho profissional, dentro das especificações exigidas pelos empregadores. Entretanto, os recursos do Sistema “S” — que são públicos em sua ori-



gem, assim devem ser tratados e se uso, auditados – têm que fazer frente, também, às necessidades mais amplas das categorias profissionais que atuam no mercado de trabalho, e não ficam de fora os graduados em curso superior, a quem cabe, sem qualquer elitismo, contribuir com o seu conhecimento teórico e prático para o desenvolvimento econômico e social de todos. Concluindo, a meta da destinação de um número mínimo de dias e de carga horária para a educação continuada é um serviço que a CNTU, as Federações e os Sindicatos a ela vinculados prestam não apenas aos trabalhadores de nível universitário, mas também a todos os trabalhadores e ao País, porque, sem a educação, ficaremos, eternamente, discutindo o mês seguinte, e não as gerações seguintes.

**Pedro Afonso Gomes** é presidente do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo.

# Brasil Sorridente: uma década de história

José Ferreira Campos Sobrinho

A Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente – completou uma década. Uma proposta de governo alcançar tanto tempo, sem interrupção, é um fato inédito na história brasileira. Ao longo da implantação do Brasil Sorridente, os recursos financeiros foram ampliados consideravelmente a cada ano. Foi investido mais de 1 bilhão de reais em ações de saúde bucal, dando demonstração da prioridade dessa política no âmbito do Ministério da Saúde, visando à reorganização do Sistema Único de Saúde (SUS) na Atenção Básica

São inegáveis os avanços para a população, que por décadas conviveu com a quase inexistência de ações e serviços na área de saúde bucal, principalmente em assistência especializada. Os municípios brasileiros, carentes de verba para o setor, puderam se credenciar junto ao Ministério da Saúde para receber recursos visando à instalação e à implementação de programas na área de saúde bucal. Já foram beneficiados 4.971 municípios brasileiros. O número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) implantadas passa de 23 mil. Atualmente, o programa beneficia 79,6 milhões de brasileiros. Já foram implantados mais de mil Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), que ofertam serviços especializados em diagnósticos, cirurgias, tratamentos endodônticos, periodontais, além da possibilidade de ofertar procedimentos de ortodontia e implantes dentários. Quase mil laboratórios regionais de prótese dentária estão habilitados em 1465 municípios brasileiros. Para 2014, a meta é ofertar 500 mil próteses, ampliar a fluoretação das águas de abastecimento público e o número de unidades móveis odontológicas — que até o final de 2014 será de mil —, a entrega de novos equipamentos para os municípios, a pesquisa em saúde bucal para contribuir nos serviços públicos e nas atividades profissionais no SUS e nas Equipes de Saúde Bucal e CEO, além do programa de formação de técnicos de nível médio em prótese

dentária para os laboratórios regionais. Houve uma enorme ampliação do acesso da população aos serviços, inclusive alcançando as áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), somando às demais políticas do governo. A partir de 2012, os CEOs passaram a fazer parte da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) e, atualmente, 420 CEOs recebem recursos do governo federal para tal finalidade. Porém, as ameaças e as incertezas quanto ao futuro da política estão sempre presentes, pois o Brasil Sorridente não se transformou em política de Estado. Continua como política de governo. Em cada processo eleitoral para a Presidência da República acende-se a luz amarela. Por outro lado, o que se observa no País quanto à ampliação dos serviços são variadas formas de contratações de recursos humanos e de relações contratuais, bem como de gestão dos serviços. Nesses quesitos, as administrações públicas, em nome da “qualidade, agilidade e modernidade”, têm desconstruído os princípios que sustentam e orientam o Sistema Único de Saúde. O maior sistema público de saúde do mundo consagrado numa Constituição Federal vem sofrendo com subfinanciamento, falta de profissionalismo na gestão deteriorada pela ingerência na política e por um modelo de atenção centrado na doença. Porém, o que mais preocupa é a crescente privatização da sua gestão por meio de organizações sociais, justificada

por necessidade de eficiência e agilidade. Todavia, vários estudos apontam que a terceirização não tem contribuído para mudar a realidade do sistema, não é mais eficiente e nem agiliza a gestão. Ao contrário, tem aumentado custos e gerado descompromisso com o SUS. Do ponto de vista da gestão do trabalho, sérios problemas são criados devido à forma de ingresso do profissional, que na maioria das vezes não se faz por concurso público. O ingresso por contrato de trabalho gera insegurança, falta de perspectivas de carreira e remuneração diferente em relação aos trabalhadores que já pertencem à rede de serviços e realizam a mesma função. Há sobrecarga de serviços devido à redução no número de trabalhadores por departamento, pois o objetivo final da empresa que terceiriza/privatiza é o lucro. As equipes de saúde bucal, para os serviços novos ou para ampliação, têm sido contratadas pelo caminho das terceirizações. E isso traz descontinuidade de serviços pela rotatividade de contratos, pelas ingerências políticas e pelos baixos salários. Portanto, os desafios são gigantescos para a manutenção da Política Nacional de Saúde Bucal nos moldes em que foi idealizada e seguindo os princípios do SUS, visto que questões políticas, gerenciais e financeiras são barreiras que nos remetem a lutar dia a dia para que a população não perca essa valiosa conquista, que foi fruto de décadas de batalhas e que, em última instância, significa qualidade de vida à população brasileira e à profissão odontológica. O SUS é fonte de empregos de cerca de 30% dos cirurgiões dentistas do país.

José Ferreira Campos Sobrinho é presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas.





# O Brasil que os brasileiros desconhecem

Ernane Silveira Rosas

O Brasil hoje é um país com muita água potável, seu clima é equilibrado (sem extremos), seu povo é trabalhador e possuímos terra agricultável em quantidade que dá inveja a muitos países ricos. Sabemos que muitas nações teriam sérios problemas em alimentar a sua população se o Brasil mudasse o foco da sua produção de alimentos

Por exemplo: se nossa produção de grãos mudasse de soja para feijão; se plantássemos mandioca em vez do milho transgênico; enfim, hoje sabemos que a agricultura de commodities depende do Brasil, apesar de a imprensa sempre afirmar que nossa economia está muito dependente dos grãos que exportamos. As grandes empresas que produzem esses milhões de toneladas de grãos, com pouquíssimos trabalhadores empregados, recebem milhões de reais do governo federal para financiar a sua produção. Na linguagem financeira isso significa pouco investimento, com pouco risco e muito lucro. Já os pequenos produtores, aqueles da Agricultura Familiar, empregam muitas pessoas no campo, conseguem pouco financiamento do governo (ou por dificuldade em preencher toda a papelada governamental, ou por desconhecer os caminhos que tem que ser percorridos para se receber esse subsídio/financiamento público), mas não desistem nunca. Eles lutam contra a contaminação das suas plantações pelos transgênicos, lutam contra o envenenamento da água pelo agrotóxico, lutam contra a falta de investimento na descoberta de novas tecnologias, eles lutam sabendo que a vitória irá chegar, não importando quanto tempo ela irá demorar. E, politicamente, esses agricultores já contam com o apoio de deputados estaduais paulistas que criaram a Frente Parla-

mentar em Defesa da Produção Orgânica e Desenvolvimento da Agroecologia,

*“Nossos organismos são expostos diariamente a uma grande variedade de agrotóxicos”*

que visa a acompanhar a criação de leis, criar os marcos legais e a aplicação de verbas estaduais na ajuda destes pequenos produtores de alimentos que compõem o prato nosso do dia a dia. A grande mídia sempre está enaltecendo esta produção transgênica, sem lembrar dos casos de doenças que se multiplicam indistintamente, sem diferenciar ninguém. Novos casos de câncer surgem todo dia, de norte a sul do País, entre ricos e pobres, e ninguém para pensar: precisamos saber o que acontece com os nossos organismos, que ficam expostos diariamente a uma grande variedade de agrotóxicos, a inúmeros conservantes alimentares, à poluição ambiental; enfim essa “salada de frutas” que todos consomem sem querer, e que produzem reações químicas desconhecidas por todos os cientistas do mundo. Essas substâncias, em algum momento, se encontram, e o que elas produzem, precisamos saber. Possuímos Centros de Pesquisas reconhecidos internacionalmente, que podem pesquisar e nos dizer se corremos risco ou não. Preci-

samos de investimento governamental para incrementar as nossas pesquisas. Nossos cientistas pesquisadores não ficam a dever a nenhum pesquisador europeu ou estadunidense. Esses profissionais só precisam de apoio governamental, porque como fazer, eles sabem. Tanto isso é possível e verdadeiro, que a nossa Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo lançou agora em 4 de junho de 2014 a “Primeira Semente de Milho Orgânico Brasileiro”, na Feira de Orgânicos ocorrida de 4 a 7 de junho de 2014, no Parque do Ibirapuera em São Paulo (SP), durante a feira Brasil Fair. Até que enfim alguém deu o primeiro passo na salvação da nossa Agricultura. Agora só falta a ação da Secretaria ser seguida pelos bons agricultores e pelos cientistas brasileiros.

**Ernane Silveira Rosas é presidente da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran)**



# Uma vela na escuridão

Geraldo Ferreira

A humanidade tem momentos de trevas, em que forças como religião, ideologia ou política perseguem, negam ou impedem o progresso da ciência. O Brasil vive um momento delicado dessa natureza na área de Saúde, na qual opiniões, mentiras e fanatismo tentam substituir a ciência oficial

Por trás, há interesse econômico, ocupação de mercado, confrontação de posições e implementação de ideologias. Tudo sob o manto do politicamente conveniente e oportunista, que é no que se transformou a ideologia do politicamente correto. Temos como áreas críticas desse comportamento das autoridades a Psiquiatria e a Obstetrícia, com farta dose de desatino, prejudicando as atividades e levando a risco as pessoas que se beneficiam do progresso alcançado, fruto de pesquisas e estudo árduo. Qual a raiz dessa contestação? Porque na contramão da evolução científica, que diminuiu a mortalidade infantil e materna, a obstetrícia vem sofrendo um ataque descabido, não em defesa do parto natural, mas contrário às intervenções cirúrgicas, antissépticas e analgésicas que humanizaram o parto, antes uma torrente de gritos, lacerações, sequelas e muitas mortes? Que estranha decisão ampara esse comportamento? E na Psiquiatria, porque o relativismo de que tudo é comportamento e não há doença? O resultado é o aumento do suicídio, da esquizofrenia e uma legião de abandonados nas ruas, matando e morrendo. E o que dizer das opiniões forçadas a respeito de supostos benefícios para a sociedade com a liberação de drogas, sem respaldo científico. Está em curso no Brasil uma tentativa de silenciar e desmoralizar a classe médica. Por ser independente, culta, crítica, analítica, cidadã, por prezar a liberdade, o mérito, a livre concorrência e a livre iniciativa, filhas do livre arbítrio, por

defender os direitos dos esquecidos da saúde, por denunciar os crimes a que são submetidos diariamente os que buscam atendimento público e veem seus direitos violados pelos baixos investimentos, gestão precária, desvios de recursos, corrupção, que jogaram na lona a assistência à saúde dos brasileiros, a categoria tem sido agredida e violada. Reflexões profundas se impõem sobre nosso papel nessa eleição e na definição de País que queremos. A qualidade da Saúde pública não reflete apenas uma política de governo. Segurança, Educação e Saúde refletem em essência o caráter do governo que temos e seus compromissos com a sociedade, com o País, com o futuro que queremos construir de justiça, igualdade de oportunidades (não privilégios de minorias), fraternidade e paz. Por isso urge lutar. Mesmo com nosso jardim pisoteado e as ameaças aos nossos direitos, a busca da verdade não pode calar. O obscurantismo é inimigo da verdade. No dizer de Carl Sagan, “Queremos buscar a verdade, não importa aonde ela nos leve.” Mas para encontrá-la, precisaremos tanto de imaginação quanto de ceticismo. Não teremos medo de fazer especulações, mas teremos o cuidado de distinguir a especulação do fato. Se formos enganados por muito tempo, já não nos interessaremos em descobrir a verdade. O engano nos aprisionou. O célebre astrônomo que popularizou muito a ciência, marca sua posição contra o charlatanismo fanático - a ciência é como uma vela acesa num quarto escuro.



O quarto escuro é o mundo, a ciência é a luz que ilumina sua compreensão e a nossa caminhada.

**Geraldo Ferreira** é presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam) e do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN).

# Conselho Consultivo da CNTU é o maior do Brasil

*Especialistas em diversas áreas colaboram com a entidade na construção de um País justo e soberano*

O CONSELHO CONSULTIVO DA CNTU reúne 650 lideranças de todas as regiões do País. São pessoas de alta qualificação técnica, cultural e científica, que colocam voluntariamente sua inteligência a serviço da nação. Segundo o presidente da Confederação, Murilo Celso de Campos Pinheiro, os conselheiros “dão o norte à CNTU e ajudam a errar menos, indicando o caminho correto”. O objetivo é alcançar mil nomes, criando uma rede de inteligências coletivas. A iniciativa foi criada no 1º Encontro Nacional da CNTU, em 2011, e recebeu o nome de “Conselho das 1.000 cabeças para mudar o País”. Hoje, já é o maior conselho de lideranças de todas as confederações existentes no Brasil. Nesta edição da revista Brasil Inteligente, alguns dos conselheiros falam sobre as principais conquistas que a sociedade e o Estado brasileiro devem perseguir nos próximos anos. Confira a seguir.



**O BRASIL É UM** dos países mais injustos do planeta em relação à cobrança de tributos. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as pessoas que recebem até dois salários mínimos despendem 53,9% do que ganham pagando tributos e as que recebem mais de 30 salários mínimos, 29%. Isso ocorre porque cerca de 50% da carga tributária são indiretos, ou seja, incidem sobre o consumo. Para exemplificar, 40% do preço de uma televisão são de tributos. Portanto, de uma TV que custa R\$ 2 mil, R\$ 800 vão para os cofres públicos, sendo que um trabalhador que recebe R\$ 1 mil por mês paga os mesmos R\$ 800 de quem ganha R\$ 30 mil mensais, o que é uma grande injustiça. A reforma tributária que precisa ser debatida e concretizada em nosso país deve se assemelhar ao que ocorre em países como a Inglaterra e a Alemanha, onde a maior parte da carga tributária é direta, incidindo sobre a riqueza, a renda, a propriedade e a herança. Isso permitirá avançar na justiça social em nosso país, possibilitando a diminuição do peso dos tributos sobre os assalariados e as pequenas e médias empresas.

## Odilon Guedes

Economista, mestre em Economia pela PUC-SP, professor universitário, diretor do Sindicato dos Economistas/SP e membro do Conselho da CNTU. Foi vereador e subprefeito na cidade de São Paulo. É autor do livro *Orçamento Público e Cidadania* (LF Editores).



**O GRANDE DESAFIO DO** Brasil é assegurar um projeto de desenvolvimento duradouro e sustentável, com a perspectiva de superar as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais. E, para realizar uma tarefa de tal magnitude, é necessária a construção de uma ampla aliança entre forças de trabalho e de produção. Essa aliança deve ser capaz de realizar reformas estruturais, aprofundar a democratização do Estado brasileiro, gerar forte crescimento econômico, integrar os países do hemisfério sul - em particular na América Latina — e promover um avanço robusto das políticas sociais e redistributivas. E um pilar essencial para assegurar essas mudanças progressistas é o fortalecimento das organizações dos trabalhadores, como sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais. O movimento sindical expressa e representa os interesses dos trabalhadores e deve perseverar na luta para colocar a valorização do trabalho no topo da agenda nacional. Com isso, salários e empregos melhores e estáveis serão incorporados, a aposentadoria será valorizada, os direitos trabalhistas e sindicais consagrados na Constituição serão reconhecidos e os espaços institucionais para a participação dos trabalhadores serão ampliados. A CNTU, pela sua representatividade e relevância política, tem um grande papel a desempenhar no atual contexto do país.

## Nivaldo Santana

Vice-presidente da CTB, ex-deputado estadual por São Paulo em três mandatos, ex-presidente estadual do PCdoB. Foi também presidente por nove anos do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema). É candidato a vice-governador de São Paulo.





**OS CAMINHOS QUE DEVEM** nortear as conquistas exigidas pela população brasileira nos próximos anos têm dois eixos. O primeiro é uma mudança nas lideranças políticas, pondo um fim no descrédito do nosso povo em relação aos seus governantes. É palpável a necessidade de se eleger representantes dignos, idôneos e realmente comprometidos em atender os anseios do nosso povo. O segundo eixo é consequência do primeiro e tem sua meta na redução das desigualdades sociais. Ele será pautado na implantação de projetos e ações, com o objetivo de solucionar problemas seculares, como redução da mortalidade infantil, erradicação do trabalho infantil, mais investimento em saúde e educação, além de uma reforma agrária e tributária. Isso é que todos os brasileiros desejam conquistar nos próximos anos.

### Clésia Silvério

Presidente do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de Pernambuco.



**O BRASIL DO FUTURO:** Todos nós brasileiros e brasileiras temos a felicidade de fazermos parte da grande família brasileira que poderá viver sem fome, analfabetismo, desemprego, superando a grande defasagem entre ricos e pobres. A nossa história na construção da democracia é recente. Em 514 anos, tivemos cem anos de Brasil Colônia, 300 anos de escravidão e o período da República tem pouco mais de cem anos. E nesse mesmo período republicano tivemos duas ditaduras, a do Estado Novo de Getúlio, nos anos 1930, e a Ditadura Militar de 1964, que durou até 1985. Estamos vivendo desde 1980, grande desafio de avançar na Democracia e no desenvolvimento do País. É possível vencer a miséria, a fome, pois temos uma grande riqueza de terras férteis, apoiando o pequeno, o médio plantador, a agricultura familiar que garantir o alimento em nossas mesas. O desafio da Reforma Agrária, poderá ao lado da expansão da agricultura possibilitar a indústria dos produtos produzidos, pois não se desenvolverá sem a ampliação da indústria de base, a Siderúrgica, novas fontes de energia, investimento em novas tecnologias. É preciso acabar o analfabetismo aumentar as universidades, ampliar o acesso e a permanência dos nossos jovens, mulheres e trabalhadores nas universidades. A democracia tem duas faces, como a moeda é preciso avançar na democracia participativa para redefinir a democracia representativa, que está em crise. Por fim, democracia é garantia dos direitos e construção da igualdade entre homens e mulheres, e garantir o voto consciente que não tem preço. Sem a participação das mulheres não há democracia.

### Ana Maria Martins

Ana Maria Martins é professora, assistente social, foi vereadora por dez anos e deputada estadual por quatro anos.



**CONSIDERANDO QUE A SAÚDE** humana é um dos principais indicadores de desenvolvimento sustentável, entendemos que uma sociedade saudável é decorrente de um ambiente também saudável. Recentes pesquisas demonstram a ocorrência de uma redução acentuada no número de alimentos. Esse fenômeno, que decorre de inúmeras causas, tem grandes consequências negativas na saúde pública, como o surgimento de doenças carenciais e o aumento da obesidade, por exemplo. Cabe ressaltar que o desafio não se consiste apenas em ser suprida a demanda de alimento, mas as políticas públicas devem garantir o atendimento aos requisitos de qualidade e quantidade, sem deixar de contemplar a preservação da biodiversidade dos alimentos e seus benefícios para a humanidade.

### Gillian Alonso Arruda

Nutricionista, doutora em Saúde Pública pela USP e coordenadora do Grupo de Trabalho em Segurança Alimentar e Biodiversidade (GTSANBIO).



**PARA O ANO DE 2015,** defendemos a implantação da seguinte “Agenda para a Energia”, com ética e gestão de excelência: a) não misturar política energética de Estado com política partidária de Governo; b) integrar a operação no planejamento de médio e longo prazos, vendo oferta e transporte de energia de forma conjunta; c) definir uma matriz energética/elétrica com cenários de médio e longo prazo; d) definir uma política de preços para os energéticos sintonizada com os objetivos pretendidos pelas matrizes planejadas; e) definir um cronograma anual para previsibilidade de leilões por fonte e por região para eletricidade, petróleo e gás; f) buscar a equação ideal entre a modicidade tarifária e a segurança do sistema; g) aprimorar a gestão do processo de licenciamento ambiental, monitorando os intervenientes para o cumprimento dos prazos estabelecidos; h) fazer uma reforma tributária que venha minimizar os encargos e impostos incidentes no preço da energia; i) melhorar a governança institucional e aprimorar o processo regulatório para assegurar a implantação das políticas públicas, o cumprimento dos contratos e a celeridade nos trâmites burocráticos; j) implantar eficiência e eficácia, não apenas na produção e uso da energia, mas em todos os campos de atuação da ação humana.

### Geoberto Espírito Santo

Engenheiro, Diretor Presidente da Gás de Alagoas S.A. (ALGÁS) e Vice-presidente de Planejamento Energético do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia (FNSE)



**SÃO MISSÕES FUNDAMENTAIS:** consolidar Plano Nacional de Educação; consolidar PACs da Embrapa e Embrapii; criar rede de TV educativa com centrais de produção nas cinco regiões brasileiras; implantar sistema de energia hidroelétrica marítima no litoral brasileiro; implantar rede ferroviária e sistemas de transporte elétrico; criar capitais distribuídas na Federação e estados com política de gestão distribuída; implantar modelo de geopolítica econômica modelo Cepal; implantação de gestão por métodos de sistemas complexos nas áreas de engenharia, saúde, educação, energia logística e ciência, tecnologia e inovação.

### Sérgio Mascarenhas

Físico e professor do Instituto de Física e Química de São Carlos (IFQSC) da Universidade de São Paulo



**O ESTADO BRASILEIRO DEVE** perseguir, nos próximos anos, a defesa e garantia de um dos direitos fundamentais de todo cidadão, que é a saúde. Somente um cidadão saudável estará preparado para enfrentar os maiores desafios de uma sociedade moderna, de forma a ter condições plenas de estudar e trabalhar, produzindo não somente conhecimento, mas também produtos e serviços de qualidade. A saúde bucal deve ser compreendida como um bem fundamental e indivisível da saúde humana. E, nessa área, o Estado brasileiro possui uma dívida social com a sua população, apesar dos avanços do programa Brasil Sorridente. Ainda estamos longe de atingir um patamar razoável. Hoje, temos 19% dos cirurgiões dentistas e uma das melhores odontologias do mundo, mas isso ainda não foi suficiente para garantir o acesso da maior parte da população a uma odontologia de qualidade. De um lado, temos 78% da população nas classes C, D e E, do outro, somente 28% dos cirurgiões dentistas brasileiros no serviço público de saúde. Sem a força e a capacidade de investimento do Estado, teremos poucas condições de reverter esta ainda triste realidade.

### Eduardo Carlos Gomide

Coordenador da Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos da Odontologia (CNCC).



**EM VIRTUDE DA FALTA** de políticas setoriais nos últimos anos, sem o estabelecimento de prioridades claras e largamente apoiadas pelos diversos âmbitos da economia, proponho a criação das Câmaras Setoriais, com participação de todas as representações organizadas possíveis (como governo e sociedade civil) por setor, estabelecendo um plano quinquenal representativo. Devemos dar um basta às políticas oportunistas como a do setor automotivo, à mercê de pressões instantâneas e sem uma visão ampla e estratégica. Uma linha de conduta com base em uma ampla política industrial é necessária para uma justa distribuição entre os vários setores, contribuindo para a melhoria das condições socioeconômicas do nosso País.

### Alexandre Carasso

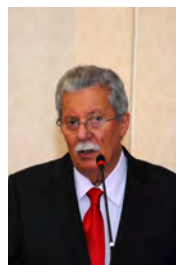
Engenheiro, consultor e professor da FAAP.



**COMPLEXIDADE, ALTO CUSTO** e sonegação fazem da estrutura de impostos brasileira a pior do mundo, conforme apura periodicamente o Fórum Econômico Mundial. A burocracia exige que uma empresa no Brasil gaste, anualmente, 2,6 mil horas apenas para cumprir as determinações do fisco. Na América Latina, o tempo médio é de 380 horas e, na Europa, fica abaixo de 300 horas. Nos Estados Unidos, não chega a 200 horas. Essa disparidade é um dos mais significativos entraves à competitividade da produção nacional. O desembolso das firmas com a gestão tributária no Brasil é de quase R\$ 40 bilhões por ano. Outra grave patologia tributária no país diz respeito à sonegação. A burocracia e as altas alíquotas dos impostos são estímulos a esse tipo de evasão, cuja estimativa do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) é de R\$ 407 bilhões em 2013, equivalente a 8,4% do PIB brasileiro. Uma reforma que simplifique as regras tributárias, reduza o custo dos impostos e elimine a sonegação é uma das principais demandas sociais no Brasil. O país poderia ter avançado nessa área se a PEC 474/01, que cria o Imposto Único, tivesse sido utilizada como base para a racionalização da nossa caótica estrutura fiscal. O projeto está parado há mais de dez anos no Congresso Nacional. Essa é uma conquista que devemos levar adiante

### Marcos Cintra

Vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV)



Manter a atividade empresarial – e expandi-la, se possível –, sob o peso da excessiva burocracia que dificulta a vida das empresas e dos cidadãos, continua sendo um ato de coragem e persistência”. Há 12 anos, especificamente em 11 de abril de 2002, um grupo de empresários bem intencionados fundou a Ação Nacional pela Justiça Tributária (Anjut). Na primeira reunião, lembro que havia mais de 20 entidades representadas e muito entusiasmo em se obter resultados. Foram estabelecidos oito princípios básicos. Cito só o sexto, para não me alongar e porque é suficiente para embasar esta crônica: “O sistema burocrático deve ser simplificado para reduzir os custos das empresas e facilitar a fiscalização pelo governo, assim como contribuir para o fim da corrupção e da informalidade”. Infelizmente, a “Ação Nacional” desintegrou-se com o passar do tempo e foi assimilada por outros movimentos. É preciso coragem para enfrentar o problema da burocracia, simplificação e corrupção. Os possíveis responsáveis por alterações não se arriscam a contrariar grupos retrógrados, sindicalistas mal informados, os poderosos corruptos e os legisladores corporativistas, mas a luta pela ética, pelo desenvolvimento e pela desburocratização continua!

### Antonio Guimarães

Nutricionista



**PARA GARANTIR QUALIDADE** em serviços, é preciso valorizar cada vez mais os recursos humanos no setor, oferecendo ao trabalhador algo mais que os benefícios comuns: há de se pensar em sólido plano de carreira, profissionalização gratuita e até participação nos lucros da empresa, como algumas já estão fazendo.

### Marcia Melo

Nutricionista





**A GRAVE CRISE** econômica mundial, iniciada em 2008, retirou direitos dos trabalhadores e, consequentemente, teve impacto negativo sobre a qualidade de vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Apesar desta crise e de o governo adotar uma política macroeconômica ortodoxa, baseada em juros altos, câmbio supervalorizado e metas fiscais rígidas, o Brasil conseguiu manter a economia aquecida e alcançou patamares recordes nos índices de emprego. Mas para garantir que o Brasil siga gerando emprego e renda, e construa uma política de desenvolvimento social com soberania, o desafio é romper com esse tripé, para tirar uma parte do dinheiro do setor rentista e aplicá-lo em políticas públicas. A contribuição das categorias que participam da CNTU – médicos, farmacêuticos, engenheiros, odontólogos e nutricionistas – é fundamental, uma vez que são profissionais que atuam em áreas nevrálgicas para o desenvolvimento e para a concretização de direitos. Só com iniciativas que garantam um ciclo virtuoso na economia, poderemos avançar em políticas de valorização do trabalho e sermos vitoriosos em conquistas como a redução da jornada de trabalho.

### Gilda Almeida de Sousa

Farmacêutica e Vice-presidente da CNTU.



**A PRINCIPAL META QUE** a sociedade brasileira precisa perseguir nos próximos anos é a volta do desenvolvimento como centro da agenda nacional. Isso só é possível através da retomada do papel do Estado como interventor e planejador da economia. O poder público precisa de fato de fato seu papel democrático. A iniciativa privada tem papel coadjuvante nesse processo.

Sem isso, de nada adianta repetirmos belas palavras sobre saúde, educação e outras áreas essenciais. Elas serão inócuas. Sem Estado forte e democrático não há bem-estar, serviços públicos de qualidade e crescimento econômico.

### Gilberto Maringoni

Arquiteto, mestre e doutor em História.



**O PODER DAS GRANDES** empresas tem aumentado muito nos últimos anos, de tal forma que a grande maioria dos setores econômicos, hoje, é dominada por pouquíssimas megaempresas. O mais incrível é que, com o tempo, mesmo estas poucas megaempresas acabam se fundindo umas com as outras e, dessa forma, se tomam ainda maiores. Esse fenômeno é denominado de oligopolização da economia. Sabe-se, hoje, que 75%

do PIB mundial são produzidos em oligopólios extremamente concentrados, com uma tendência para essa taxa chegar a 90% em 2040.

### Paulo Roberto Feldmann

Professor do Departamento de Administração da FEA/USP e coordenador de projetos da Fundação Instituto de Administração (FIA), onde também faz parte do Conselho Curador.



**PARTINDO DO PRINCÍPIO** de que todos os brasileiros querem um Brasil digno, com segurança pública e meio ambiente preservado, com saúde qualificada, educação para todos, moradia e bons políticos governando o país, é que acreditamos que precisamos ainda aperfeiçoar nossa democracia. Tomando por base o relatório divulgado em fevereiro de 2014, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil deve resolver problemas estruturais, como o acesso desigual à educação de qualidade e deficiências de infraestrutura, para incentivar a criação de empregos e o equilíbrio na proteção social. Reforça ainda que as reformas na área da educação contribuirão para a redução das desigualdades.

### Rosemarly Candil

Presidente do Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Mato Grosso do Sul.



### O BRASIL AINDA TEM MUITO a melhorar!

Aliás, tudo, as pessoas, as coisas sempre têm a melhorar! O primeiro ponto para o país é aumentar o nível médio de educação da população por meio de reformas educacionais que garantam a qualidade do ensino, o controle do conteúdo programático das disciplinas, o aumento da carga horária dos cursos em sala de aula e nos laboratórios. Ampliar o incentivo, com controle, em pesquisas e desenvolvimentos de materiais, dispositivos e sistemas nas áreas social, agricultura, medicina, biotecnologia, aeroespacial, segurança, entre outras, com objetivos preestabelecidos.

### Álvaro Martins

Engenheiro e diretor do Seesp.



Plenária do Conselho Consultivo na 4ª Jornada Brasil Inteligente



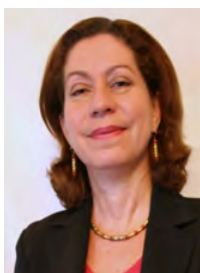


**COM A MUDANÇA DOS** focos de investimento estatal que viemos acompanhando nos últimos governos, de caráter mais popular que os anteriores, foram inúmeros os benefícios, principalmente para as classes mais necessitadas. A Constituição de 1988 é uma constituição dirigente, ou seja, ela enuncia diretrizes e metas

a serem seguidas pelo Estado brasileiro. E o reflexo de um governo voltado para a população de baixa renda é justamente a tentativa da realização de direitos básicos como saúde, educação, moradia, lazer, trabalho, alimentação, entre outros, de uma forma mais ampla, que possa abranger da maior forma possível a nossa sociedade. Como nutricionista, e antes de tudo cidadão, reconheço que o direito humano à alimentação adequada é uma necessidade de primeira urgência. Negar esse direito é negar a cidadania, a possibilidade de uma vida digna. Para ilustrar, cabe parte do discurso de posse do presidente Lula em 2003, que diz: “Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.” Dentre as muitas conquistas, como o Bolsa Família e diversas outras, o Estado brasileiro deve continuar insistindo nas políticas públicas voltadas para equilibrar ou diminuir suas iniquidades.

### Rafael Rocha de Azeredo

Mestre em Nutrição (Epidemiologia dos Agravos Nutricionais), professor Titular II do Centro Universitário Cismac e professor assistente da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Unisal), presidente do Sindut/AL e diretor da Febran.



**APÓS A EUFORIA** inicial, seguida de desapontamento com a Copa do Mundo, o Brasil entra em ritmo de campanha eleitoral. A economia vem crescendo em ritmo lento e paira no ar uma insatisfação generalizada com as questões necessárias ao desenvolvimento do país. Apesar de ter conquistado a posição de sétima economia mundial, os indicadores de qualidade de vida ainda deixam muito a desejar, e o Brasil vem perdendo a Copa da competitividade

econômica em diversas frentes. As principais conquistas que a sociedade brasileira deve perseguir nos próximos anos e cobrar dos seus governantes são básicas e eternas, não se limitando ao ciclo “virtuoso” de quatro anos, seja de Copa ou de eleições. São investimentos em saúde, educação, infraestrutura e transporte coletivo, uma solução efetiva no combate à criminalidade, manutenção da liberdade de expressão tão duramente conquistada, ética e eficiência na administração das empresas públicas e órgãos estatais, além de uma participação maior da sociedade na vida pública e na política. Os resultados da copa são uma lição para quem pretende ser campeão, seja no esporte ou na economia. Não basta ter talento individual, é necessário trabalhar duro, funcionar como um time e investir no longo prazo.

### Ieda Gomes

Consultora de energia independente, conselheira da Câmara de Comércio Brasileira na Grã-Bretanha, diretora do Departamento de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e membro do Comitê do Programa de LNG 18.



**NOSSO BRASIL É** um dos países mais promissores do planeta, em razão dos recursos naturais magníficos e da dimensão da população, uma abundância de recursos humanos. No entanto, a palavra “promissor” significa “cheio de promessas”. Já a palavra “promessa” vem de “atirar para longe”, ou seja, mandar para o futuro. Nosso futuro,

no entanto, caminha para ser igual ou pior que o presente, sem segurança, sem educação de qualidade, com altíssima concentração de renda, sem perspectiva e sem esperança para grande parte da população. Para mudar este quadro desalentador, a sociedade deve buscar mudanças na própria sociedade e no Estado, mas nada mudará se não buscarmos uma reforma política. Existem muitos modelos propostos e podemos convergir para uma síntese. Será uma tarefa difícil, já que esta reforma passa basicamente pela limitação de reeleição interminável em cargos públicos eletivos. Isso acabou criando políticos e dirigentes públicos profissionais, que se eternizam em suas funções, criando para si mesmos benesses dos mais variados tipos. Eles não facilitam e, muitas vezes, não permitem a renovação, que quase sempre é benéfica para a sociedade. Tão importante quanto disseminar a ideia da reforma política é disseminar a busca de uma ampla e radical reforma na maneira de gerenciar os recursos da nação, alocados pelos setores públicos e privados, pois qualquer administração pública ou privada sem gestão competente está destinada ao fracasso. Podemos começar divulgando a gestão de projetos, com base no corpo de conhecimento do Project Management Institute (PMI), lembrando que na reforma política feita na década de 1930 buscou-se também a reforma do Estado e foram criadas as Escolas de Administração Pública. A FGV vem daí.

### Claudionor Rodrigues de Assis

Engenheiro e empresário



**O ESTADO BRASILEIRO DEVE** continuar: empenhando-se no sentido de aprimorar os serviços públicos de habitação, educação, saúde, saneamento e segurança; executando, diretamente ou mediante concessões, os investimentos necessários para ampliar a infraestrutura de transportes, logística, telecomunicações e mobilidade urbana; estabelecendo controles cada vez mais eficientes sobre os agentes públicos, assegurando probidade

e a transparência de suas ações. Já a sociedade brasileira deve perseguir: a criação e o aperfeiçoamento das suas entidades representativas, visando a influir e fiscalizar as ações dos poderes da República; atuar junto no Congresso Nacional para alcançar as reformas política e tributária.

### Carlos Monte

Engenheiro, coordenador técnico do projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE).



**VEJO COMO UM DOS PRINCIPAIS** desafios para o Brasil, nos próximos anos, equacionar a canalização de recursos para o salto na qualidade e universalização dos serviços que são críticos, para termos uma população altamente educada e saudável. O Brasil gera internamente esses recursos. Estão nos fundos dos trabalhadores, especialmente o FI-FGTS e os fundos de previdência públicos e privados. Trata-se

de uma massa de poupança colossal, hoje, direcionada para investimentos para os quais não faltariam capitais privados. A construção de uma engenharia financeira para priorização dos investimentos desses recursos, sob controle social dos trabalhadores – que são os seus donos – é uma questão-chave a ser resolvida para otimizar a reciclagem dessa riqueza em benefício das atuais e futuras gerações. É um desafio cujo enfrentamento deve poder contar com os sindicatos e os centros de pensamento ligados à economia do trabalho. É preciso a formação da consciência coletiva, da pesquisa e desenvolvimento de mecanismos de governança desses fundos (incluindo a sua mensuração e transparência) e do encaminhamento político para mudança das regras de aplicação desses recursos.

### Sérgio Storch

Consultor em planejamento e gestão de mudanças em organizações e redes de valor, baseadas nas tecnologias de informação e comunicação



**SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO** Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho é um dos principais vínculos entre o desenvolvimento econômico e o social. Mas não é qualquer trabalho que garante às pessoas o acesso a uma vida digna e a justa participação nos frutos do desenvolvimento econômico. Para que isso aconteça, é necessário um trabalho decente, que, além de uma remuneração adequada, supõe também o acesso a direitos e à proteção social. Quando combinado com

aumento de produtividade e igualdade de oportunidades no emprego, tem o potencial de diminuir exponencialmente a extrema pobreza e a fome por meio do aumento e melhor distribuição da renda. Dados da Pnad 2012, do IBGE, revelam que 58,5% do rendimento mensal familiar per capita das famílias que recebem até um quarto do salário mínimo são provenientes do trabalho. Isso revela que a maioria desta população – beneficiária do Programa Bolsa Família – de fato, trabalha. Entretanto, ainda são em sua maioria trabalhos precários e informais. É preciso, portanto, que o País continue desenvolvendo políticas e iniciativas de combate à pobreza, por meio do trabalho decente.

### José Ribeiro

Coordenador de Projeto do Escritório da OIT no Brasil



**DEMONSTRAMOS NA COPA** que temos competência para enfrentar desafios. Sabemos que é preciso vencer as desigualdades sócio econômicas e muitas deficiências que temos que estão previstas pela Constituição Federal de 1988. No entanto, temos grande território e população. Para que o Estado recupere o seu papel e a sua capacidade de dar resposta às demandas atuais por serviços públicos de qualidade, será preciso o

investimento na infraestrutura e modernização do Estado, na contratação e capacitação dos trabalhadores públicos. Muito se fala sobre a insuficiência de recursos na educação, na saúde e outros serviços públicos. Eleger prioridades e propor campanhas educativas tem contribuído para ampliar o conhecimento para uma participação mais ativa da população. Há uma tendência natural para um pensamento individualista, para uma cobrança e responsabilização do outro, do Estado ou pelo que deixou de ser feito e esquecemos com facilidade do nosso papel. E muito se pode fazer quando se compreende a importância de ser corresponsável por ações pro ativas. A organização da sociedade e da vida está muito complexa. Não há respostas prontas para as dificuldades e cada realidade é única, mesmo que utilizemos resoluções já testadas por outros. Participar de encontros temáticos nas associações, sindicatos, conselhos e outras instancias é um aprendizado sobre a nossa expressão individual, para uma tomada de decisões coletivas, para a busca de entendimento sem violência que podem sugerir pactos coletivos e desencadear ações que devem ser almejadas e executadas por todos nós.

### Alice Bueno

Especialista em Psicologia Social, funcionária da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo, atualmente comissionada na Câmara Municipal de São Paulo.



**SOMOS UMA NAÇÃO VITORIOSA.** Dos países que sofreram os impactos da colonização econômica e territorial no século 19, e não foram poucos, o Brasil está hoje no grupo restrito dos que mais se moveram em direção ao desenvolvimento integral, inclusivo, e com avanços, embora lentos, em matéria de justiça social. O que nos falta até 2022? Liquidar os imensos latifúndios urbanos e

rurais, democratizando a posse e o uso da terra em nosso imenso e rico território. Pela experiência recente, comprova-se também que o Brasil é um país que sabe inovar e construir instituições solidárias, como é o caso da Unasul e do recente Banco dos Brics, duas entidades que reforçam o exercício da soberania nacional. A trajetória é essa. E a CNTU merece parabéns por se inscrever nessa linha de avanços e solidariedade, através

### Ceci Juruá

Economista com mestrado e especialização em Desenvolvimento e Planejamento Econômico na França, diretora do Sindicato e Vice-presidente da Federação dos Economistas

# Profissionais que fazem a diferença

*Prêmio da CNTU homenageia o trabalho de quem contribui para um Brasil mais justo, democrático e com qualidade de vida para toda a população*

EM HOMENAGEM AOS profissionais que se destacaram na luta por um Brasil melhor, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) promoveu a terceira edição do Prêmio Personalidade Profissional 2013. A homenagem ocorreu na sede do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo (Seep), em 6 de dezembro de 2013, no encerramento do 2º Encontro Nacional da entidade, que debateu os desafios do sindicalismo de profissionais universitários no Brasil



Para a entidade, a premiação é um reconhecimento àqueles que se destacaram em suas áreas de atuação com ousadia e criatividade. Segundo o presidente da CNTU, Murilo Celso de Campos Pinheiro, é um agradecimento “pelos serviços prestados à nação”.

O Prêmio Personalidade Profissional de 2013 agraciou seis profissionais que se destacaram nas categorias abrangidas pela Confederação e um pela excelência na gestão pública. “É uma honra para nós, da CNTU, recebê-los aqui para uma homenagem singela, mas que é feita de coração. Cada um de vocês batalhou nas suas respectivas áreas pelo sonho que todos nós temos de um Brasil mais justo”, ressaltou Pinheiro.

Com a iniciativa, a CNTU reafirma o compromisso em atuar em prol dos trabalhadores, além de estimular a participação dos segmentos representados na política nacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e uma nação democrática, inclusiva e com qualidade de vida para a população.

Homenageado na categoria Economia, Antônio Corrêa de Lacerda destacou que o prêmio da CNTU é uma oportunidade de

abordar a função precípua da economia: “o desenvolvimento e a melhora do bem-estar da população”. Para ele, “hoje há uma disseminação grande de informações da área, mas enviesada, porque as finanças tomaram conta da economia”. De acordo com Lacerda, a forma como a economia é transmitida, por meio da mídia tradicional, passa a impressão de que a sua prioridade é o mercado financeiro. “Ele [mercado financeiro] é muito importante, aliás, é parte do desenvolvimento, mas não pode se sobrepor aos interesses da nação. Nem sempre o que é melhor para o mercado financeiro é melhor para a nação brasileira, e vice-versa”, comentou.

O senador Romero Jucá Filho (PMDB-RR) foi agraciado na categoria Engenharia. “Hoje tudo é um pouco de engenharia, engenharia virou sinônimo de construção; no Senado, falamos em ‘engenharia política’; quando atuamos em programas sociais, falamos em ‘engenharia social’. O sinônimo de engenharia virou algo maior do que a carreira de engenheiro”, disse. Jucá é relator do projeto de lei que institui a carreira de Estado para engenheiros e arquitetos (PLC 13/2013). O senador assumiu o compromisso de estender a proposta também a outros setores universitários da administração pública. “Infelizmente, no serviço público, a maioria das categorias tem um salário-base baixo. Temos que profissionalizar, formar e melhorar o atendimento do setor público brasileiro com remuneração e capacitação”, defendeu.

Na categoria Farmácia, a homenageada foi Maria do Socorro Ferreira, que como estava hospitalizada na ocasião, foi representada por Ulisses Nogueira. “Ela é uma batalhadora, com mais de 40 anos dedicados à formação de profissionais farmacêuticos. Estou extremamente lisonjeado e, ao mesmo tempo, com uma grande responsabilidade de representá-la na CNTU”, afirmou. Em carta, Socorro destacou que, ao longo de sua carreira como farmacêutica, “tem buscado contribuir com um mundo mais justo, mais humano e com a garantia de mais direitos para todos.”



O senador Paulo Roberto Davim (PV-RN) recebeu o prêmio na categoria Medicina. “É uma atividade que absorve demais, mas que também é apaixonante. Sou servidor público e me orgulho de sê-lo. Tenho a vida inteira me dedicado aos pacientes, sobretudo, do SUS [Sistema Único de Saúde]”, disse. “Quando fui para a política partidária foi com o propósito de dar a contribuição para melhorar a saúde do Brasil. Vou continuar trabalhando e sendo solidário com todos aqueles que sonham incansavelmente em ver uma sociedade mais justa e mais igual”, completou.

Ainda na área da saúde, Élio Bonomo foi premiado na categoria Nutrição. Bonomo é um dos principais defensores da Segurança Alimentar e Nutricional, tema de uma das grandes campanhas da CNTU por uma alimentação saudável e sem uso abusivo de agrotóxicos. Ele também alerta para outros desafios para o País, como a produção e consumo de alimentos transgênicos sem a devida precaução e a propaganda de alimentos infantis, que contribui para a formação de um hábito alimentar inadequado. Bonomo defendeu ainda uma agenda comum para os profissionais de saúde.

*“A premiação reconhece aqueles que se destacaram em suas áreas de atuação com osadía e criatividade”*

Maria Helena Machado de Souza, homenageada na categoria Odontologia, também defendeu a carreira de Estado, com valorização e salários dignos para os profissionais de saúde. Para ela, a valorização profissional é determinante para o funcionamento ideal do SUS. “O grande problema do SUS está relacionado à questão do trabalho, à baixa remuneração que esse profissional recebe pela sua atuação.”

A coordenadora da Comissão Nacional da Verdade Rosa Maria Cardoso Cunha foi reconhecida na categoria Excelência em Gestão Pública. “Temos feito um esforço grande em adotar as decisões políticas mais justas e adequar a comissão a experiências

de direitos humanos internacionais. É na verdade mais do que uma justiça de transição, é uma política de transição feita pelos países em que houve um passado de violência, seja de um período autoritário, seja de uma ditadura, como aconteceu no Brasil. São processos mais complexos, e a comissão é apenas uma parte dessa engrenagem. Inclui políticas de memória, de reparação simbólica e material, e também justiça”, disse. Para ela, a partir do trabalho da CNV, “deve-se garantir que os que cometeram crimes de lesa-humanidade não fiquem impunes”. Além de dar voz às vítimas, desnudar a verdade sobre o que ocorreu durante a ditadura militar no Brasil, conforme Rosa, deve incluir a denúncia da cumplicidade civil de empresários para a manutenção do regime de exceção. “Se não houvesse esse apoio, não teria durado tanto.”

## Economia

Antônio Corrêa de Lacerda é professor-doutor e coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP e professor associado da Fundação Dom Cabral e da Fundação Instituto de Administração (FIA). Entre várias atividades acadêmicas, dirige a Agência AC Lacerda-Consultores Associados e tem um vasto currículo profissional, que passa pela função de economista-chefe e estrategista da Siemens Brasil à participação na fundação da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização (Sobeet). Também é ex-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP). Ainda atuou em colegiados de empresas e instituições renomadas como o Conselho Fiscal da Eletrobrás, o Conselho

*“O mercado financeiro é muito importante, aliás, é parte do desenvolvimento, mas não pode se sobrepor aos interesses da nação”*

Superior de Economia (Cosec), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Conselho Temático de Política Econômica (Copec), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. É autor de vários artigos, 12 livros e um dos ganhadores do Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, na área de Economia. Entre os reconhecimentos ao seu trabalho está a Comenda Mario Henrique Simonson, do Corecon-SP, recebida em 2011.



Antônio Corrêa de Lacerda

## Engenharia



Romero Jucá

NAS ELEIÇÕES DE 2010, Romero Jucá foi o candidato mais votado no estado de Roraima para o Senado Federal. Formado em Economia pela Universidade Católica de Pernambuco, com pós-graduação em Engenharia Econômica, começou sua vida política em Recife, atuando em diversos órgãos, como a Fundação Projeto Rondon, em 1985, e a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1986. Dois anos mais tarde, assumiu o cargo de governador de Roraima, de onde alguns anos depois sairia senador pelo PSDB. Passou pela vice-liderança no governo Fernando Henrique Cardoso e, já no PMDB, assumiu a liderança do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cargo que também ocupou na gestão da presidente Dilma Rousseff.

*“Temos que profissionalizar, formar e melhorar o atendimento do setor público brasileiro com remuneração e capacitação”*

---

## Medicina



Paulo Roberto Davim

PAULO ROBERTO DAVIM (PV-RN) tomou posse como senador em fevereiro de 2011, como o primeiro suplente do senador Garibaldi Alves Filho. A militância estudantil foi o seu primeiro passo para a trajetória política, que se fortaleceu a partir de sua atuação no sindicato dos médicos, na Associação Médica do Rio Grande do Norte (AMRN) e também na Associação Médica Brasileira (AMB). Em 2002, foi eleito para a Assembleia Legislativa do RN e, em 2006, além da reeleição para deputado estadual, foi escolhido pelo comitê de imprensa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) o parlamentar do ano. Sua formação é em medicina pela Universidade Federal do RN, com duas especialidades: cardiologia e medicina intensiva.

*“O Profissional médico tem um papel importantíssimo como vetor de transformação social, assim como todos os profissionais da saúde”*

---

## Nutrição



Élido Bonomo

ESPECIALIZADO EM NUTRIÇÃO e Dietética pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestre em Saúde Pública e doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Minas Gerais, Élido Bonomo coordenou, em Minas, as chamadas nutricionais de crianças menores de 5 anos de idade do semiárido brasileiro, de assentamentos rurais e de comunidades quilombolas, em colaboração com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Foi presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de Minas Gerais e membro do Conselho Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. É membro do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional e coordena o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Escola de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto. Presidiu o Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região.

*“É fundamental uma carreira de Estado para todos os profissionais de saúde”*

---

## Farmácia

Maria Socorro Ferreira

GRADUADA EM FARMÁCIA e Bioquímica pela Universidade Federal do Ceará, Maria Socorro Ferreira, tem especialização em Farmacologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui também especialização em Fisiofarmacologia e mestrado em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Farmacologia com ênfase em Farmacologia de Produtos Naturais e em Propaganda e Uso Racional de Medicamentos, tema de uma das atuais campanhas da CNTU.

*“Tenho buscado contribuir com um mundo mais justo, mais humano e com a garantia de mais direitos para todos os brasileiros”*

---



## Odontologia

É GRADUADA EM CIÊNCIAS SOCIAIS pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Ciência Política pela mesma instituição e doutora em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (SBI/Iuperj). É pesquisadora titular do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Desenvolve pesquisa, ensino e cooperação técnica na área de Recursos Humanos sobre o trabalho das várias áreas de Saúde na América Latina e Caribe. É coordenadora do Núcleo de Recursos Humanos em Saúde (Nerhus), do Observatório de Recursos Humanos-Estação Observa RH-ENSP-Fiocruz, e da pesquisa Perfil de Enfermagem no Brasil, que está sendo realizada pelo Nerhus, em parceria com conselhos estadual e nacional de enfermagem. Ex-diretora do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde em duas gestões, janeiro de 2003 e dezembro de 2010. Ex-subsecretária de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (2001-2002).

*“O grande problema do SUS está relacionado ao trabalho, à baixa remuneração que esse profissional recebe pela sua atuação”*



Maria Helena Machado de Souza

## Excelência em gestão pública

GRADUADA EM DIREITO pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1969, mestre em direito penal pela USP e doutora em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), atualmente vinculado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Criminalista, atuou em defesa de presos políticos no Rio, São Paulo e no Distrito Federal. Na advocacia tem trabalhado particularmente nos delitos previstos na legislação penal especial. Integrou o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (1999/2002) e foi secretária adjunta de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1991/1994). É professora concursada da Universidade Federal Fluminense (UFF) e convidada de diversas outras universidades. É autora de livros jurídicos e sobre política. Foi a quarta coordenadora da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre maio e agosto de 2013. Atualmente, é uma das coordenadoras de relações com a sociedade civil e instituições e da Comunicação Social e Ouvidoria, da Comissão Nacional da Verdade.

*“Deve-se garantir que os que cometeram crimes de lesa-humanidade não fiquem impunes”*



Rosa Maria Cardoso da Cunha

## Memória

### VEJA OS PROFISSIONAIS QUE JÁ FORAM HOMENAGEADOS PELA CNTU

#### 2011

**Economia:** Dércio Garcia Munhoz

**Engenharia:** Arnaldo Calil Pereira Jardim

**Farmácia:** Norberto Rech

**Medicina:** Ricardo Albuquerque Paiva

**Nutrição:** Valéria Paschoal

**Odontologia:** Gilberto Alfredo Pucca Júnior

**Excelência de Gestão Pública:** Gilson de Cássia Marques de Carvalho

#### 2012

**Economia:** Paul Israel Singer

**Engenharia:** Fernanda Giannasi

**Farmácia:** Alice Mazzuco Portugal

**Medicina:** Genival Veloso França

**Nutrição:** Sandra Maria Chemin Seabra da Silva

**Odontologia:** Victor Gomes Pinto

**Excelência de Gestão Pública:** Antonio Augusto de Queiroz





CONFEDERAÇÃO  
NACIONAL DOS  
TRABALHADORES  
LIBERAIS  
UNIVERSITÁRIOS  
REGULAMENTADOS



*E seus 99 sindicatos filiados abaixo relacionados*

• Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo

• Sindicato dos Engenheiros no Estado do Acre • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Alagoas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amapá • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amazonas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Distrito Federal • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Piauí • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Roraima • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Tocantins

• Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Acre • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Amazonas • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Espírito Santo • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Goiás • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Maranhão • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Mato Grosso • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Paraíba • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Piauí • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Sergipe • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo

• Sindicato dos Médicos de Alagoas • Sindicato dos Médicos do Amazonas • Sindicato dos Médicos de Anápolis • Sindicato dos Médicos da Bahia • Sindicato dos Médicos de Campinas • Sindicato dos Médicos de Campos • Sindicato dos Médicos de Caxias do Sul • Sindicato dos Médicos do Ceará • Sindicato dos Médicos do Centro-Norte Fluminense • Sindicato dos Médicos de Criciúma • Sindicato dos Médicos do Distrito Federal • Sindicato dos Médicos do Espírito Santo • Sindicato dos Médicos de Goiás • Sindicato dos Médicos de Governador Valadares • Sindicato dos Médicos do Grande ABC • Sindicato dos Médicos de Juiz de Fora • Sindicato dos Médicos do Maranhão • Sindicato dos Médicos de Maringá • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Médicos de Minas Gerais • Sindicato dos Médicos de Niterói, São Gonçalo e Região • Sindicato dos Médicos do Norte de Minas • Sindicato dos Médicos de Novo Hamburgo • Sindicato dos Médicos da Paraíba • Sindicato dos Médicos do Paraná • Sindicato dos Médicos de Pernambuco • Sindicato dos Médicos de Petrópolis • Sindicato dos Médicos do Piauí • Sindicato dos Médicos de Presidente Prudente • Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro • Sindicato dos Médicos do Rio Grande • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Médicos de Rondônia • Sindicato dos Médicos de Santa Catarina • Sindicato dos Médicos de Santa Maria • Sindicato dos Médicos de Santos • Sindicato dos Médicos de São José do Rio Preto • Sindicato dos Médicos de São Paulo • Sindicato dos Médicos de Sergipe • Sindicato dos Médicos de Sorocaba e Região Sul do Estado • Sindicato dos Médicos do Tocantins • Sindicato dos Médicos do Vale do Paraíba

• Sindicato dos Nutricionistas de Alagoas • Sindicato dos Nutricionistas da Bahia • Sindicato dos Nutricionistas do Pará • Sindicato dos Nutricionistas de Pernambuco • Sindicato dos Nutricionistas do Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Nutricionistas de São Paulo

• Sindicato dos Odontologistas do Acre • Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas do Amapá • Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas do Amazonas • Sindicato dos Odontologistas do Ceará • Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal • Sindicato dos Odontologistas do Espírito Santo • Sindicato dos Odontologistas no Estado de Goiás • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais • Sindicato dos Odontologistas do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Odontologistas de Rondônia • Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas de Sergipe

---

SDS Edifício Eldorado, sala 108 – CEP: 70392-901 – Brasília/DF – Telefone: (61) 3225-2288  
[cntu@cntu.org.br](mailto:cntu@cntu.org.br) – [www.cntu.org.br](http://www.cntu.org.br)



# BrasilInteligente

---

Brasil Inteligente é um projeto da CNTU que tem como missão valorizar a inteligência coletiva dos brasileiros, ou seja, mobilizar as capacidades e energias de todos em criar soluções positivas para a vida, para a organização e o progresso social. Busca debater e implementar a boa racionalidade na vida social, ou seja, aquela que tem enfoque no bem-estar coletivo. Acredita, antes de mais nada, no papel primordial da educação, da saúde e da cultura para a existência de indivíduos e coletividades livres. Valoriza o trabalho humano e a formação de competências para o trabalho. Luta pelo direito à educação continuada. Promove permanentemente o desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional. Estimula a criação e a inventividade como poderosas aliadas da inteligência. Reivindica e propõe ações de desenvolvimento sustentável e transformação social. Realiza campanhas de formação e informação da opinião pública e de reivindicação e proposição de soluções decisivas para a melhoria da qualidade de vida e de defesa dos direitos humanos. Com a articulação da CNTU, das federações, dos sindicatos filiados e de seus parceiros, realiza oito campanhas estratégicas em 2013, dentro de um planejamento de conquistas visando o ano de 2022, em que se celebra o Bicentenário da Independência. São todas bandeiras e programas carregados de amplos interesses, contemplando importantes e justas demandas dos profissionais de nível universitário. Todas elas ultrapassando o interesse corporativo, indo ao encontro dos mais nobres interesses coletivos e sociais da população brasileira. É a permanente construção democrática, com a mobilização das suas inteligências coletivas.